

# DIAGNÓSTICO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



ZONA ESPECIAL DE INTERESSE  
SOCIAL MOURA BRASIL



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**

**DIAGNÓSTICO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL MOURA BRASIL**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**REITOR**

Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio

**VICE-REITOR**

Hidelbrando dos Santos Soares

**COORDENADOR-GERAL DO PROJETO**

Hidelbrando dos Santos Soares

**COORDENADORA DO CADERNO**

Maria do Socorro Ferreira Osterne

**Material elaborado através do TDCO nº 001/2019/CIDADES/ FUNECE em  
parceria com o IPLANFOR**

## **EQUIPE TÉCNICA VINCULADA AO PROJETO**

Hidelbrando dos Santos Soares – Coordenador-Geral  
Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães – Coordenador-Geral (agosto de 2019 a novembro de 2019)  
Ana Augusta Ferreira de Freitas – Coordenadora de Caderno  
Daniel Gonçalves Rodrigues – Coordenador de Caderno  
Davis Pereira de Paula – Coordenador de Caderno  
Frederico de Holanda Bastos – Coordenador de Caderno  
Hermano José Batista de Carvalho – Coordenador de Caderno  
Maria do Socorro Ferreira Osterne – Coordenadora de Caderno  
Roberta Nunes – Pesquisadora Plena e Responsável pelo Caderno de Normatização  
Abner Monteiro Nunes Cordeiro – Pesquisador Sênior  
Eduardo Lacerda Barros – Pesquisador Sênior  
Francisco José Maciel de Moura - Pesquisador Sênior  
João Sérgio Queiroz de Lima – Pesquisador Sênior  
Lise Mary Soares Souza – Pesquisadora Sênior  
Maria Zelma de Araújo Madeira – Pesquisadora Sênior  
Nilo Alves Júnior – Pesquisador Sênior  
Rodrigo Guimarães de Carvalho – Pesquisador Sênior  
Samuel Façanha Câmara – Pesquisador Sênior  
Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra – Pesquisadora Sênior  
Alyne Bezerra Tabosa de Holanda – Pesquisadora Plena  
Aryberg de Souza Duarte – Pesquisador Pleno  
Daiane Daine de Oliveira Gomes – Pesquisadora Pleno  
Edmundo Rodrigues de Brito – Pesquisador Pleno  
Elane Mendonça Conde Carneiro – Pesquisadora Plena  
Fátima Regina Lopes Brandão – Pesquisadora Plena  
Felipe Gerhard Paula Sousa – Pesquisador Pleno  
Fernanda de Figueiredo Marques Mattos – Pesquisadora Plena  
Fernando Antônio Alves dos Santos – Pesquisador Pleno  
João Capistrano de Abreu Neto – Pesquisador Pleno  
Lucas Lopes Ferreira de Souza – Pesquisador Pleno  
Luiz Carlos Prata Regadas – Pesquisador Pleno  
Mariana Maia Bezerra – Pesquisadora Plena  
Michelle do Carmo Sobreira Domingues – Pesquisadora Plena  
Pedro Almi da Costa Freire – Pesquisador Pleno  
Thais Oliveira Ponte – Pesquisadora Plena  
Thiago Ayres Barreira de Campos Barros – Pesquisador Pleno  
Tiago Amorim Nogueira – Pesquisador Pleno  
Andrea César da Silveira – Pesquisadora Júnior  
Brena Kelle Carneiro Vasconcelos – Pesquisadora Júnior  
Daniel dos Reis Cavalcante – Pesquisador Júnior  
David Hélio Miranda de Medeiros – Pesquisador Júnior

Denis Barbosa de Lima – Pesquisador Júnior  
Domingos Albano Matos Menezes – Pesquisador Júnior  
Dyego Moraes Silva – Pesquisador Júnior  
Elizangela da Cruz Barros – Pesquisadora Júnior  
Emilio Tiago Vasconcelos dos Santos – Pesquisador Júnior  
Eurides Melo Almeida – Pesquisadora Júnior  
Francisco George Urbano Melo – Pesquisador Júnior  
Francisco Oricélio da Silva Brindeiro – Pesquisador Júnior  
Georgia Alencar de Andrade – Pesquisadora Júnior  
Giovanna Luiza Pinheiro Brito – Pesquisadora Júnior  
Gisele Vasconcelos Cordeiro – Pesquisadora Júnior  
Jéssica Chaves Ribeiro – Pesquisadora Júnior  
Leonardo David Pinheiro – Pesquisador Júnior  
Lúcia de Fátima Bezerra Wirtzbiki – Pesquisadora Júnior  
Luciana Sousa Mendes – Pesquisadora Júnior  
Margarida Kézia de Sousa Pinto – Pesquisadora Júnior  
Mayara Rocha Coelho – Pesquisadora Júnior  
Michaela Farias Alves – Pesquisadora Júnior  
Patrícia de Melo Rodrigues – Pesquisadora Júnior  
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira – Pesquisadora Júnior  
Pedro Vitor Monte Rabelo – Pesquisador Júnior  
Rafael Nogueira Rocha – Pesquisador Júnior  
Rafaela Cajado Magalhães – Pesquisador Júnior  
Raul da Franca Alencar – Pesquisador Júnior  
Rômulo Martins de Medeiros – Pesquisador Júnior  
Thiago Martins de Moraes – Pesquisador Júnior  
Thiago Matheus de Paula Sousa – Pesquisador Júnior  
Ticiane Rodrigues Nunes – Pesquisadora Júnior  
Vita Caroline Mota Saraiva Quinderé – Pesquisadora Júnior  
Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão – Pesquisadora Júnior  
Willia Maria Lima Peixoto – Pesquisadora Júnior  
Alisson Freitas da Silva – Bolsista de Iniciação Científica  
Francisca Fabrícia de Sousa Oliveira – Bolsista de Iniciação Científica  
Francisco Mario Carneiro da Silva – Bolsista de Iniciação Científica  
Hermerson Gustavo dos Santos Soares – Bolsista de Iniciação Científica  
Iara Pereira dos Reis – Bolsista de Iniciação Científica  
Icleane Pinheiro de Carvalho – Bolsista de Iniciação Científica  
Isadora Moura Rodrigues Freitas – Bolsista de Iniciação Científica  
Jéssica Clara da Silveira – Bolsista de Iniciação Científica  
João Oscar de Oliveira Filho – Bolsista de Iniciação Científica  
Laissa Vitória da Silva Limeira – Bolsista de Iniciação Científica  
Lara Lima Lourenço – Bolsista de Iniciação Científica  
Lucas Honório Magalhães – Bolsista de Iniciação Científica  
Marina Lima da Silva – Bolsista de Iniciação Científica

Mateus Cavalcante de Sousa Lima – Bolsista de Iniciação Científica  
Matheus Dayson de Sousa Vasconcelos – Bolsista de Iniciação Científica  
Pablo de Moura Rodrigues – Bolsista de Iniciação Científica  
Paula Carolina de Freitas Souza – Bolsista de Iniciação Científica  
Rachel Maria Félix Monteiro – Bolsista de Iniciação Científica  
Samira Almeida de Souza – Bolsista de Iniciação Científica  
Antônia Eliene Brito de Paula – Articuladora de Campo  
Emanuel Costa Maranhão – Articulador de Campo  
José Maria Tabosa – Articulador de Campo

Sarah Diva da Silva Ipiranga- Responsável pela revisão textual



## **EQUIPE TÉCNICA - Secretaria das Cidades**

**- Secretário das Cidades:**

José Jácome Carneiro Albuquerque

**- Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano:**

Marcos César Cals de Oliveira

**- Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna**

Carlos Edilson Araújo

**- Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – CODUR**

**Coordenador:** Bruno César Nobre

**Assistente Técnica:** Andrezza de Freitas Guimarães

**- Coordenadoria de Regularização Fundiária – COREF**

**Coordenador:** Ricardo Durval Eduardo de Lima



## **EQUIPE TÉCNICA - Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)**

### **Superintendente:**

Eudoro Walter de Santana

### **Superintendente Adjunto:**

Mário Fracalossi Júnior

### **Diretoria de Articulação e Integração de Políticas (DIART):**

Diretora: Juliana Mara de Freitas Sena Mota

### **Gerência de Integração de Políticas Públicas:**

Gerente: Joana e Silva Bezerra Kesselring

### **Gerência de Políticas para Zonas Especiais:**

Gerente: Natália Nunes Saraiva

### **Analistas de Planejamento e Gestão:**

Armando Elísio Gonçalves da Silveira

Gérsica Vasconcelos Goes

Haroldo Lopes Soares Filho



## **CONSELHO GESTOR DA ZEIS MOURA BRASIL**

### **Segmento Sociedade Civil**

Pedro André Nascimento Monteiro – Titular  
Carlos André Souza Braga da Silva – Titular  
Francisco Eduardo Carneiro Albuquerque – Titular  
Antônia Eliene Brito – Titular  
Francyane Ciniro de Souza – Titular  
Rafael Araripe da Silva – Titular  
Paulo Sérgio de Sousa Silva – Suplente  
Expedito de Lima e Silva - Suplente

### **Segmento Poder Público**

Coordenadoria Especial de Participação Social - CEPES  
Gabinete do Prefeito - GABPREF  
Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR  
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA  
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR  
Secretaria Regional Centro

Câmara Municipal de Fortaleza - CMFOR

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório é parte integrante do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Moura Brasil. O PIRF, instrumento previsto no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, consiste em um plano de regularização fundiária elaborado a partir de uma abordagem sistêmica, envolvendo análises do processo de ocupação do território e integração de políticas econômicas, fundiárias, ambientais e urbanísticas. O plano foi desenvolvido de forma democrática e interativa e contou com a colaboração dos moradores da ZEIS Moura Brasil.

O trabalho é resultado de uma parceria interinstitucional entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, via Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), o Governo do Estado do Ceará, via Secretaria das Cidades, e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), representada por sua equipe técnica instituída pelo então Reitor José Jackson Coelho Sampaio, em 2019.

Em um breve relato, as tratativas desse projeto na UECE iniciaram-se ainda em 2018, sob a coordenação do Prof<sup>o</sup> Dr. Hermano José Batista de Carvalho, pessoa responsável pela articulação inicial entre as instituições envolvidas, bem como pela redação da proposta da UECE em atenção à demanda feita pelo IPLANFOR. Entre 2018 e os primeiros seis meses do ano de 2019, diversas reuniões de aperfeiçoamento da proposta foram conduzidas pelo Prof. Hermano Batista e a equipe técnica do IPLANFOR, nomeada pelo seu superintendente, o Ilmo. Sr. Eudoro Walter de Santana. Em agosto de 2019, após quase um ano de construção da proposta, teve início o período de execução por meio do trabalho da equipe técnica da UECE. Nesse período deu-se início aos trabalhos das equipes juntamente com a comunidade no território da ZEIS Moura Brasil.

No dia 22 de agosto de 2019, o Magnífico Reitor da UECE, Prof. Jackson Coelho Sampaio, recebeu as lideranças da ZEIS Moura Brasil para uma acolhida institucional, reforçando os laços e compromissos da instituição com o desenvolvimento pleno do PIRF. Também estavam presentes os parceiros interinstitucionais - Hidelbrando Soares (UECE), Eudoro Walter de Santana (IPLANFOR), Paulo Henrique Lustosa (Secretaria das Cidades), os membros da equipe técnica da UECE, pró-reitores, diretores de Centro e o Chefe de Gabinete.

Por ocasião desse primeiro contato oficial entre os interessados no PIRF, o Prof. Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães, então coordenador-geral pela UECE, deu por iniciadas as atividades oficiais da UECE no desenvolvimento do PIRF da ZEIS Moura Brasil. Ainda no transcorrer dos meses do segundo semestre de 2019, os Planos de Trabalho foram aprovados pelo Conselho Gestor, tendo início a etapa de confecção dos

cadernos temáticos, agora sob a coordenação-geral do Prof. Hidelbrando Soares, que orientou as fases seguintes até a aprovação final de todos os cadernos pelo Conselho Gestor.

Ciente da importância desse projeto na tentativa de contribuir com o planejamento de uma cidade sustentável e com maior equidade social, o grupo da UECE estabeleceu prioridade total para a sua execução com a efetiva participação das comunidades e amparo científico necessário na mediação de interesses antagônicos, visando a garantir, da maneira mais viável possível, o estabelecimento de estratégias objetivas de regularização fundiária para as comunidades envolvidas.

No momento em que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) finaliza o projeto com a entrega do produto final, registramos a honra de ter participado dessa iniciativa de profundo interesse comum para a consolidação da cidadania no município de Fortaleza. Nas palavras do Prof<sup>o</sup> Hidelbrando dos Santos Soares:

A UECE tem muito orgulho de participar desse trabalho que, com certeza, será fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de Fortaleza, com impactos diretos na qualidade de vida da população. O trabalho realizado pelos pesquisadores envolvidos com esse projeto se diferencia por ajudar o poder público a pensar fora do senso comum, mas sem ignorar as demandas das comunidades e dos grupos que habitam esses locais.

## SUMÁRIO

<b>1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>13</b>
1.1 PERCURSO DE APROXIMAÇÃO COM OS TERRITÓRIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS .....	13
1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	15
1.3 METODOLOGIA, CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTAIS....	16
1.4 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	26
<b>2 DIAGNÓSTICO DAS HISTÓRIAS, LUTAS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS.....</b>	<b>30</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ZEIS MOURA BRASIL.....	30
2.2 HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS.....	35
2.3 MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS.....	39
<b>3 CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS: OS DESAFIOS À ARTICULAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA.....</b>	<b>67</b>
3.1 POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	67
3.2 NECESSIDADES E LUTAS.....	78
<b>4 PROPOSTAS PARA O PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....</b>	<b>80</b>
4.1 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO.....	84
4.1.1 Construção do equipamento comunitário – Centro Social e Cultural.....	87
4.1.2 Constituição do Fórum Permanente da ZEIS Moura Brasil.....	88
4.1.3 Formação da Rede de Mulheres.....	88
4.1.4 Fortalecimento da Política de Editais.....	90
4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS E SUJEITOS SOCIAIS.....	91
4.2.1 Formação do equipamento das instâncias de controle social das políticas sociais.....	92
4.2.2 Capacitação dos moradores.....	93
4.2.3 Formação para economia criativa local.....	95
4.2.4 Formação sobre segurança pública e policiamento.....	96

4.3 ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS.....	97
4.3.1 Comunicação Popular e comunitária.....	98
4.3.2 Estabelecimento de parceria comunitária.....	99
4.4 OUTRAS PROPOSTAS.....	100
4.4.1 Espaços apontados pela comunidade para implementação de Infraestrutura.....	101
4.4.2 Indicadores Sociais.....	102
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>111</b>
<b>7 APÊNDICES.....</b>	<b>116</b>

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 1.1 PERCURSO DE APROXIMAÇÃO COM OS TERRITÓRIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

O presente documento abrange a etapa do diagnóstico da ZEIS Moura Brasil, a coleta de dados e a apresentação das propostas para o desenvolvimento social necessárias para a consolidação do Caderno do Diagnóstico e Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social. A UECE está engajada como instituição acadêmica nesse projeto de estudo e na elaboração de Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Lagamar, do Moura Brasil e do Pirambu, em convênio com a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará e o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR).

Esse relatório apresenta um quadro geral sobre a participação comunitária empreendida pelas organizações e pelos sujeitos institucionais e sociais da ZEIS Moura Brasil. Para tal, foi realizada uma pesquisa com os seguintes objetivos: compreender os desafios para a participação social e o desenvolvimento comunitário; identificar e avaliar as fragilidades e as potencialidades do território da ZEIS Moura Brasil no que concerne à organização e à participação comunitária; investigar de que maneira as transformações ocasionadas pelos empreendimentos e obras no entorno impactam a vida das famílias das ZEIS e interferem na constituição do desenvolvimento social sustentável do território; realizar levantamento e mapeamento dos grupos sociais e institucionais que construíram e constroem a participação comunitária neste território e, por fim, apresentar as propostas de intervenção, nos eixos estratégicos das políticas públicas urbanas, de fortalecimento das organizações comunitárias para a participação social e de práticas educativas para as lideranças e os sujeitos sociais presentes na ZEIS, dentre outras.

A apreensão dos perfis e o mapeamento dos cenários das organizações comunitárias nos territórios seguiram uma metodologia política e pedagógica de valorização da participação da comunidade, através do diálogo com os movimentos sociais, organizações e coletivos que compõem o tecido associativo da ZEIS Moura Brasil. O propósito foi garantir a expressão da pluralidade e das especificidades desse

tecido associativo, apostando numa escuta qualificada das práticas e das narrativas dos agentes sociais que lá intervêm.

A aproximação teórica com a realidade dos territórios pela equipe técnica<sup>1</sup> deu-se de agosto a dezembro de 2019, mediante levantamentos bibliográficos, documentais e infográficos que resgataram informações sobre a comunidade, suas histórias, culturas, atores, movimentos, lutas sociais, equipamentos, atividades socioeconômicas, área geográfica, organizações não governamentais e indicadores econômicos, sociais e de violência.

Somam-se aos dados primários as informações disponibilizadas pelas instituições governamentais e os dados secundários que revelaram os indicadores sociais, econômicos e culturais, ações, programas e projetos sociais existentes na ZEIS Moura Brasil. Essas informações sobre as organizações sociais contempladas nos editais de fomento pelas diversas secretarias de governo, mais os mapeamentos dos coletivos e movimentos sociais que atuam no controle social da política de urbanismo, meio ambiente, educação, saúde e assistência social, foram relevantes para a constituição da caracterização do território que conforma esta ZEIS.

Foram registradas as experiências, as percepções e as propostas da comunidade, assegurando a construção coletiva do Diagnóstico e do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social. Para tanto, após a elaboração do Plano de Trabalho, este foi apresentado para ser validado pelo Conselho Gestor da ZEIS, evidenciando a importância deste instrumento de controle social das políticas públicas, em especial da política urbana.

A partir do contato com os conselheiros gestores da ZEIS, foi possível estabelecer uma aproximação com o campo de pesquisa. Durante os meses de setembro a dezembro de 2019, foi feita a coleta de dados em campo. Com a entrada na área de pesquisa, foi possível conhecer as especificidades do território, as lideranças e os movimentos sociais, resgatando o que já havia sido produzido pela comunidade. Desenvolveu-se uma construção conjunta de estratégias de aproximação com a ZEIS, por meio de escutas sobre as percepções dos moradores sobre o território, demandas e principais problemas e desafios a serem enfrentados.

---

<sup>1</sup> A equipe técnica de pesquisadores da UECE foi composta pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne, Coordenadora Geral do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social; Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira, Coordenadora desse Caderno na ZEIS Moura Brasil e as pesquisadoras Daiane Daine de Oliveira Gomes (Pesquisadora Plena), Patrícia Maria Apolônio de Oliveira (Pesquisadora Júnior) e Icleane Pinheiro de Carvalho (Bolsista de Iniciação Científica).

Após a etapa da pesquisa de campo, foram realizadas a tabulação e a sistematização dos dados primários e secundários das informações coletadas e as discussões com a equipe técnica para consolidação do diagnóstico.

A elaboração do diagnóstico acerca da participação comunitária e a construção de um plano para o desenvolvimento social garantiram a abertura de um canal de diálogo entre a Universidade (UECE), a governança pública de Fortaleza e a participação social. De modo geral, tomou-se como norte o cenário que se queria alcançar, qual seja, realizar uma pesquisa capaz de fornecer pistas e criatividade para apresentar estratégias de como garantir crescimento econômico aliado ao desenvolvimento equilibrado, justo e socioambientalmente responsável.

## 1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Estabelecimento do Plano de Trabalho de acordo com o Projeto Básico aprovado pelo IPLANFOR para as ZEIS.
- Garantia da participação do Conselho Gestor das ZEIS na construção e execução do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.
- Respeito à diversidade das organizações comunitárias, considerando a multiplicidade de grupos, coletivos, movimentos sociais e culturais, povos e comunidades tradicionais das ZEIS.
- Valorização dos territórios e do direito ao seu usufruto qualificado pelos indivíduos que os constituem.
- Participação comunitária assegurada em todas as etapas da elaboração do Diagnóstico e do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.
- Estabelecimento de um processo de aprendizagem e construção conjunta do conhecimento, articulando saberes populares e acadêmicos.

## 1.3 METODOLOGIA, CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTAIS



A pesquisa realizou-se por intermédio de metodologia participativa e de escuta qualificada dos agentes/atores sociais e institucionais, com a finalidade de captar de que forma se expressam suas ações, práticas e narrativas, bem como sua visão sobre o que se faz necessário para o êxito de um plano, por meio de leituras de cenários prospectivos e de desenvolvimento social local.

Foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisas on-line de materiais como vídeos, artigos, reportagens e notícias sobre as ZEIS em que seriam desenvolvidos os trabalhos, além de revisão de literatura sobre as categorias basilares – políticas urbanas, participação comunitária, cidadania, esfera pública e desenvolvimento social, bem como sobre a história do bairro Moura Brasil. O conjunto desses materiais ilustrou elementos dos repertórios de ações coletivas no território.

O foco foi caracterizar as forças e as oportunidades, bem como as fragilidades e as ameaças, demarcando as expectativas positivas e/ou negativas sobre o território da ZEIS Moura Brasil. Coube especificar os fatores internos (potencialidades e fragilidades) e os fatores externos (oportunidades e ameaças) para posteriormente constituir as estratégias de qualificação da participação comunitária e os aspectos salustares para a consolidação de um plano de desenvolvimento social/local sustentável. Trata-se da FOFA<sup>2</sup>, uma técnica simples para verificar a posição estratégica da organização no ambiente em questão e identificar seus desafios estratégicos. Essa técnica se tornou adequada para a construção do diagnóstico da ZEIS Moura Brasil por promover um confronto entre as variáveis externas e internas, facilitando não só a geração de alternativas de escolhas estratégicas, mas também as possíveis linhas de ações. Foi de suma importância identificar as forças, as oportunidades, as fragilidades e as ameaças postas para o desenvolvimento urbano do território, para o incremento da participação comunitária e para fazer emergirem futuras possíveis ações que vislumbrem o desenvolvimento social, a partir dos aspectos que impactam a ZEIS.

---

<sup>2</sup> A técnica FOFA (SWOT em Inglês) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de contexto (ou de cenários), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma organização social ou empresa, mas podendo, devido a sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário. <https://domingosarmani.files.wordpress.com/2009/02/swot-fofa-orientac3a7c3b5es-para-utilizac3a7c3a3o-armani.pdf>

A ZEIS Moura Brasil, como campo de pesquisa, traz especificidades típicas de territórios com crescimento urbano e ocupação desordenados, portanto, trata-se de um território marcado por fragilidades sociais, políticas e ambientais. É notável o aprofundamento das desigualdades sociais e a desarticulação entre governança pública e participação social.

Os empreendimentos do entorno, os projetos de expansão urbana e os projetos de investimentos têm impactado esta ZEIS. Um destes projetos está relacionado ao Sistema Metropolitano de Fortaleza atualmente conhecido como Metrofor<sup>3</sup>, operante na Região Metropolitana de Fortaleza. O Moura Brasil faz parte da Linha Oeste, sendo uma das estações. A construção dessa linha por onde o metrô passa impactou muitas casas, provocando rachaduras e transtornos aos moradores. Por localizar-se no centro da cidade, o bairro Moura Brasil está próximo de um importante equipamento de saúde, a Santa Casa de Misericórdia, além de também ficar próximo a estabelecimentos comerciais, shopping e lojas do centro da cidade. O Centro Fashion Fortaleza, a Empresa Cearense de Turismo (Emcetur), o Hotel Marina Park e a Escola de Gastronomia (ainda não concluída) também se localizam próximos ao Moura Brasil.

A partir do conhecimento do território da ZEIS Moura Brasil, localizada entre a Avenida Leste-Oeste e o centro de Fortaleza, partiu-se para o mapeamento dos projetos de ações sociais e institucionais realizados e em continuidade. Isso possibilitou a efetivação de contatos com os interlocutores qualificados a fornecer dados importantes sobre a ZEIS e sua trajetória de ativismo. As principais instituições, movimentos sociais e coletivos que estão atuando diretamente ligadas aos conflitos urbanos do local são: Conselho Gestor da ZEIS; Bloco carnavalesco A Turma do Mamão; Escola de Esporte (surf, capoeira e reforço escolar); grupo religioso evangélico da Igreja Revival; Escolinha de futebol – Sementinha; Coletivo de jovens – Raízes da Periferia; Projeto Corre para a Vida; projeto de ação social da Igreja Videira; atuação pujante das lideranças femininas e profissionais do serviço de saúde.

A aproximação com o território do Moura Brasil iniciou-se em uma reunião de convocação para o lançamento da pesquisa, na UECE. Foram convidados os conselheiros das três ZEIS (Moura Brasil, Lagamar e Pirambu) e lá se deu uma conversa inicial com os conselheiros do Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil,

---

<sup>3</sup> Sistema Metropolitano de Fortaleza atualmente conhecido como Metrofor. A partir de então, no decorrer do texto, será utilizada a sigla Metrofor, embora saibamos que a referida sigla pode ser alterada no futuro.

oportunamente contatos telefônicos foram trocados. Após esse momento, a equipe técnica que ficou responsável pela pesquisa nesse território fez uma primeira visita à comunidade, juntamente com pesquisadores dos outros cadernos, a saber: Urbanístico, Trabalho e Renda, Técnico Ambiental e, por fim, Regularização Fundiária, com o objetivo de explicitar para o Conselho Gestor como a pesquisa seria realizada e tê-lo como porta de entrada para a efetivação da pesquisa de campo.

Foram realizadas reuniões sistemáticas com as três equipes do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social (Pirambu, Lagamar e Moura Brasil) para a constituição dos instrumentais de pesquisa, a elaboração do roteiro das entrevistas individuais (ANEXO 2) e o planejamento das oficinas e do grupo focal (ANEXO 3). Realizou-se um grupo focal com o Conselho Gestor e, ocasionalmente, entrevistas com os participantes também foram realizadas. O roteiro foi composto pelas seguintes questões: perfil do entrevistado, percepções sobre o bairro, estratégias e ações de fortalecimento das organizações, parcerias, lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária no tocante às responsabilidades individuais e coletivas dos beneficiários dos serviços e dos equipamentos implantados.

A pesquisa de campo deu-se por meio de reuniões para constituição de mapas sociais, de entrevistas semiestruturadas com uso do gravador (apenas uma entrevistada não permitiu que se usasse gravador), de grupo focal com o Conselho Gestor da ZEIS, de participação nos Diálogos Urbanísticos e Sociais (com o Caderno da Arquitetura e Urbanismo), de realização da visita técnica pelo bairro, com o propósito de identificar os espaços de sociabilidade, as formas de participação e os trabalhos de cunhos social e cultural existentes. Além da observação não participante, em que o pesquisador permanece como espectador, não interferindo na realidade observada, também foram feitas anotações em diário de campo.

Os sujeitos entrevistados foram: os conselheiros do Conselho Gestor da ZEIS, as lideranças femininas, o Coletivo de jovens Raízes da Periferia, a diretora da Escola de Surf, o médico do Posto de Saúde Maria Cirino e os membros da diretoria do Bloco carnavalesco A Turma do Mamão.

**Quadro 1 – Eventos, reuniões e atividade de pesquisa na ZEIS Moura Brasil**

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Público</b>	<b>Territórios (s)</b>	<b>Local</b>	<b>Nº participantes</b>
22/08/2019	Seminário de Apresentação do Plano de Trabalho para as ZEIS	Conselho Gestor ampliado	Moura Brasil, Lagamar e Pirambu	Auditório Paulo Petrola – UECE	-----
26/08/2019	Reunião de socialização entre a ZEIS Moura Brasil e a Equipe da UECE (de todos os Cadernos)	Conselheiros da ZEIS e Equipes da UECE	Moura Brasil	Igreja Revival	20
10/09/2019	Reunião para apresentação e validação do Plano de Trabalho	Conselheiros da ZEIS e moradores da comunidade	Moura Brasil	Igreja Revival	15
11/09/2019	Visita institucional para solicitação de dados à SECULTFOR/PMF	Equipe Técnica e gestores das respectivas secretarias	SECULTFOR	SECULTFOR	4
06/09/2019	Visita institucional para solicitação de dados na Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS)	Equipe Técnica e gestores das respectivas secretarias	SDHDS/PMF	SDHDS	4
21/09/2019	Oficina de mapeamento comunitário	Conselheiros da ZEIS e moradores da comunidade	Moura Brasil	Escola Moura Brasil	50
23/10/2019	Entrevista com a liderança feminina	Mulheres	Moura Brasil	Residência da entrevistada	1
31/10/19	Entrevista com o fundador do Coletivo Raízes da Periferia	Jovens	Moura Brasil	Espigão do Moura Brasil (em frente ao hotel Marina Park)	1
16/11/2019	Entrevista com médico do Posto de Saúde Maria Cirino	Serviço de saúde	Meireles	Residência do Médico	1
22/11/2019	Grupo Focal com o Conselho Gestor da ZEIS	Conselho Gestor	Moura Brasil	Igreja Revival	4

23/11/2019	Diálogos Urbanísticos e Sociais - Atividade com o Caderno Urbanístico	Conselheiros da ZEIS e moradores da comunidade	Moura Brasil	Igreja Revival	20
27/11/2019	Visita ao bairro para conhecer os espaços comunitários	Conselheiros da ZEIS e Equipe do Caderno Participação Comunitária e Desenvolvimento Social	Moura Brasil	Praças, instituições etc.	4
07/12/2019	Entrevista com a presidenta do Bloco do Mamão	Diretoria do Bloco Carnavalesco	Moura Brasil	Sede do Bloco Residência	1
07/12/2019	Entrevista com diretor do Bloco do Mamão	Diretoria do Bloco Carnavalesco	Moura Brasil	Sede do Bloco Residência	1
16/12/2019	Entrevista com a diretora da Escola Beneficente de Surf Moura Brasil	Diretora	Moura Brasil	Escola Beneficente de Surf Moura Brasil	1
18/01/2020	Apresentação do Diagnóstico para a Comunidade	Conselho Gestor da ZEIS e moradores da comunidade	Moura Brasil	Igreja Revival	Aprox. 120
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>					Aprox. 247

Fonte: elaborado pela autora.

Realizou-se, em setembro de 2019, uma oficina para a construção participativa de mapas de modo que os participantes identificassem onde estão situados os equipamentos sociais e culturais, bem como a localização de funcionamento de determinados serviços. Para atingir o propósito da atividade, a equipe técnica elaborou um roteiro contendo algumas questões norteadoras: os tipos de ações voluntárias, as políticas públicas existentes no território das ZEIS, a natureza dos eventos e o local onde esses encontros acontecem de forma sistemática. Os eventos referidos são de vários tipos: festas; práticas esportivas e de lazer; atividades religiosas; reuniões associativas; formas de veiculação das informações dentro da comunidade; organização de mulheres, de jovens e de idosos; mapeamento de grupos culturais e de projetos

sociais; equipamentos de atendimento à saúde, de política de assistência social, dentre outros.

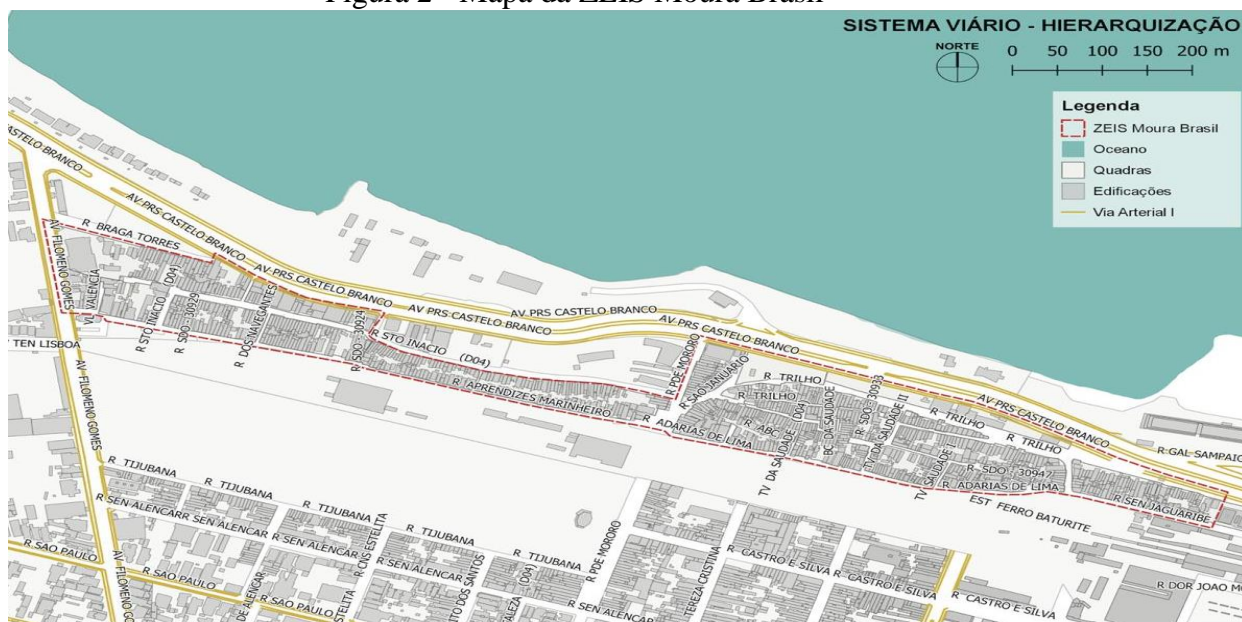
Figura 1 - Foto da reunião realizada em setembro de 2019 para a construção dos mapas sociais na Escola Moura Brasil



Fonte: Acervo do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.

Essa atividade foi importante por dar oportunidade para que a equipe técnica tivesse um melhor entendimento de como os moradores percebem o espaço físico e as relações de pertença à ZEIS Moura Brasil. Eles explicitaram que a ZEIS está dividida, de modo geral, pelas seguintes características: na parte de baixo tem-se o Oitão Preto, marcado por muitas vulnerabilidades, constituindo-se como a parte mais precária e mais atingida pela segregação urbana; no meio tem-se o Morro do Ouro, área caracterizada pelo forte conflito entre as facções devido ao tráfico de drogas; e o lado de cima foi considerado a parte onde vivem as famílias com melhor poder aquisitivo.

Figura 2 - Mapa da ZEIS Moura Brasil



Fonte: Google Earth

Foi possível identificar várias potencialidades e ações que contribuem para o desenvolvimento social na comunidade, bem como conhecer algumas lideranças de mulheres e jovens (educador/mobilizador/“ativista” social), contribuindo com diversas informações de como a mobilização social na ZEIS Moura Brasil é organizada e consolidada para a inclusão da população em diversos projetos e propostas de ação social para as famílias do território.

Participaram dessa oficina da construção dos mapas comunitários aproximadamente 50 (cinquenta) moradores da ZEIS. Na ocasião, a natureza e os objetivos do PIRF foram explicitados: esclareceu-se a diferença entre as obras do Sistema Metropolitano de Fortaleza atualmente conhecido como Metrofor, a requalificação habitacional que beneficiará 150 famílias de responsabilidade da HABITAFOR<sup>4</sup> e o trabalho de pesquisa das equipes da UECE, com o intuito de dirimir

<sup>4</sup> A requalificação inclui a instalação de áreas de convivência, a reestruturação de espaços públicos, a padronização de calçadas, além da implantação de escadarias para pedestres e de rotatória para veículos, otimizando a acessibilidade local. O cronograma de execuções incorpora, além de aprimoramentos habitacionais, a concessão de 250 títulos de regularização fundiária e trabalhos sociais envolvendo a comunidade. Paralelamente, o pacote de ações contempla a retirada de pontos de entulho e o reforço na contenção do morro. As intervenções, orçadas em R\$ 1,8 milhão, têm prazo de conclusão previsto para o segundo semestre de 2020, os recursos destinados à requalificação foram assegurados pelo então deputado federal, hoje vice-prefeito, Moroni Torgan, por meio de emenda parlamentar. Notícia de 07 de agosto de 2019. <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-autoriza-requalificacao-da-comunidade-moura-brasil>

as possíveis dúvidas e confusões. Foi possível observar relações de conflito entre as narrativas dos Conselheiros da ZEIS e a comunidade em geral. Foram expostas muitas demandas: descontentamentos com a falta de muitos serviços, como acesso para transitar internamente uma ambulância; ausência de estabelecimentos comerciais, como farmácia dentro da ZEIS; desejo de alguns de serem construídas novas unidades habitacionais; reclamações por parte daqueles que não serão contemplados com as benfeitorias dos banheiros sanitários de responsabilidade da HABITAFOR, pois alegaram que não foram visitados na fase do diagnóstico para saber quem precisa ou não das intervenções. Predominaram, portanto, indicações e privilégios no atendimento de alguns e exclusão de outros. O recurso para as reformas tem como fonte financeira uma emenda parlamentar e nessa etapa contemplará 150 unidades habitacionais.

A interferência dos interesses político-partidários, a violência que provoca isolamento, o sentimento de exclusão no acesso a alguns benefícios e serviços sociais e o descontentamento daqueles que afirmam não serem consultados pelos conselheiros gestores da ZEIS no momento de efetivação dos projetos que chegam à comunidade são fatores que têm prejudicado uma maior participação comunitária e causam conflitos e discussões entre os representantes do Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil, que atuam por meio da participação institucional, e algumas lideranças que priorizam ações coletivas não institucionais e fora da ZEIS.

A partir da oficina de mapeamento comunitário e da pesquisa via internet e redes sociais sobre ações sociais realizadas dentro dessa ZEIS, detectou-se a atuação do Coletivo Raízes da Periferia e da Escola Beneficente de Surf Moura Brasil, coletivos que realizam um trabalho com foco, principalmente, em crianças, adolescentes e jovens do bairro.

Tornou-se estratégica ainda a coleta de dados secundários, como informações estatísticas, indicadores socioeconômicos e culturais. Na busca por tais dados, foram visitadas algumas instituições governamentais de Fortaleza, como a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Procurou-se ter acesso aos dados do Cadastro Único e informações de quais e quantas famílias acessam programas sociais de transferência de renda e quais ações socioeducativas da política de assistência social e de direitos humanos são realizadas na ZEIS. Outra Secretaria visitada foi a Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (Secultfor); essa visita teve



como objetivo conseguir informações sobre os principais coletivos e políticas culturais que os moradores do Moura Brasil conseguem acessar. Neste sentido, foram mapeados um bloco carnavalesco (A Turma do Mamão), os festivais de quadrilhas juninas e o projeto Leitura na Praça<sup>5</sup>. Este último trata-se de um projeto que leva quiosques com livros infanto-juvenis para despertar o interesse, principalmente, das crianças pela leitura. Ele funciona na Praça dos Navegantes, no Moura Brasil, e sua gestão é feita pela própria comunidade. O adotante atuará de forma voluntária e firmará um Termo de Compromisso com a Prefeitura de Fortaleza para definir o horário de funcionamento e a organização. O livro fica disponível para uso exclusivo no espaço do projeto Leitura na Praça.

Após a validação do Plano de Trabalho pelo Conselho Gestor e da oficina para traçar os mapas comunitários, iniciou-se a fase de coleta de dados através do grupo focal e das entrevistas semiestruturadas individuais. As primeiras aproximações se deram junto às mulheres que têm atuado de modo efetivo em muitas ações coletivas no Moura Brasil. Diante disso, foi entrevistada uma liderança feminina; depois uma liderança juvenil, que apresentou outro interlocutor que realiza um trabalho interessante na área de saúde pública e nos processos de organização comunitária garantidores da produção de saúde, o médico do Posto de Saúde Maria Cirino.

Considerou-se importante a utilização do grupo focal como instrumento de coleta de dados junto ao Conselho Gestor da ZEIS. Essa técnica possibilita apreender percepções, opiniões e sentimentos frente a um tema determinado num ambiente de interação e produz dados válidos e confiáveis. Estrategicamente, o grupo focal tem sido usado quando se intenciona avaliar a implementação de programas ou gerar subsídios do grupo pesquisado acerca de tomadas de decisão, o que guarda total relação com o Conselho Gestor como espaço de caráter consultivo e deliberativo.

(...) o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços (TRAD, 2009, p.780).

---

<sup>5</sup> O projeto Leitura na Praça foi inaugurado na ZEIS Moura Brasil em 13 de agosto de 2019, conforme informação do site: Prefeitura de Fortaleza lança projeto Leitura na Praça com programação especial para crianças. <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-lanca-projeto-leitura-na-praca-com-programacao-especial-para-criancas>

Por meio da técnica do grupo focal, foi possível reunir parte dos conselheiros representantes da sociedade civil da ZEIS Moura Brasil para discutir e comentar acerca de sua missão enquanto instrumento de controle social da política urbana, sua vinculação ao Plano Diretor Participativo de Fortaleza e o seu propósito de acompanhar a elaboração, a implementação e o monitoramento do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) dessa ZEIS, em particular, sua visão sobre os processos de organização, mobilização e participação popular e comunitária. Foi estratégico metodologicamente abrir a reflexão entre os pares, fazendo com que os mesmos expressassem como verificam o nível de participação dos moradores, os aspectos facilitadores e os óbices para manter uma comunidade informada, mobilizada e participativa. Coube também perguntar pelos tipos de lideranças atuantes e o tipo de relação que as mesmas estabelecem com a instância governamental.

Durante a aplicação da técnica, surgiram importantes informações sobre a participação e o modo como as famílias entendem os problemas presentes no cotidiano do bairro e as iniciativas que os moradores acreditam ser necessárias para melhorar a qualidade de vida dos que ali moram. Por meio do grupo focal, apuraram-se percepções, crenças, hábitos, valores, restrições e simbologias relevantes para a participação e o desenvolvimento social. Contudo, notou-se o quanto o Conselho Gestor necessita de qualificação para o aprimoramento do exercício do controle social e a qualificação de suas iniciativas em prol dos processos democráticos e da ampliação da cidadania dos moradores do Moura Brasil.

Como o diagnóstico é uma etapa fundamental para efetivar o PIRF da ZEIS, faz-se oportuno considerar a visão de diferentes sujeitos, em particular a dos conselheiros. Dessa forma, procurou-se propiciar um debate aberto e acessível em torno de um tema de interesse comum aos participantes, ou seja, sobre as reivindicações dos movimentos urbanos e a concepção ampliada de moradia para além da unidade residencial, incluindo as ações e os equipamentos urbanos que possam garantir o desenvolvimento humano dos moradores, como escolas, hospitais, saneamento básico, fornecimento de água e energia elétrica, equipamento de mobilidade urbana, artístico-cultural, de lazer e esportivo. Também foram debatidos assuntos referentes ao fortalecimento da participação comunitária e a constituição de um plano de desenvolvimento social revelador do engajamento da participação e dos processos

democráticos na concretização do direito à cidade (PANDOLFI; ESPÍRITO SANTO, 2014).

Ao final da realização do grupo focal, foi marcada uma visita pela comunidade, percebendo, a partir dessa atividade, que era preciso conhecer o bairro como um todo, ação essa realizada a cada ida da equipe técnica ao Moura Brasil. A visita exploratória deu-se em novembro e foi guiada por três membros do Conselho Gestor, oportunizando conhecer em detalhes os lugares de sociabilidade, como o Mirante, local onde acontecem os cursos e as formações organizadas principalmente pelo médico, em parceria com o Coletivo Raízes da Periferia, e as praças onde os moradores se encontram e realizam as ações coletivas e culturais.

A dinâmica das ações e das forças discursivas dessa gama de instituições e lideranças atuantes no Moura Brasil é bem superior à que foi possível registrar e analisar, considerando o tempo limitado disposto para realização da pesquisa de campo e a riqueza das práticas realizadas por esses sujeitos sociais, bem como o sentido que os mesmos atribuem à luta popular pelo direito à cidade. O campo revelou-se amplo pela diversidade de ações coletivas presentes: uma diversidade rica e desafiadora de ser mapeada e interpretada em tempo limitado.

#### 1.4 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Quanto aos resultados parciais encontrados, listam-se aqui os mais importantes:

1. A ZEIS Moura Brasil conta com uma diversidade de pessoas e entidades interessadas no desenvolvimento social com diferentes linhas de atuação no território, tais como: associação de moradores, Conselho Gestor, bloco carnavalesco, educadores sociais, ativistas jovens, mulheres, escola de surf, grupos religiosos.
2. Os interlocutores da pesquisa consideram que o Moura Brasil tem uma excelente localização geográfica, estando próximo ao centro da cidade, ao comércio, aos meios de transportes coletivos, à Santa Casa de Misericórdia e ao Centro Cultural Dragão do Mar. Conta com uma bela vista para o mar e o conjunto de tudo isso faria dele um bom lugar para viver. O depoimento ilustra bem essa ideia:

Aqui tem tudo, não precisamos de shopping. A gente tem cinema, nós temos o Dragão do Mar, temos o Centro Fashion, se quiser vai andando, vem andando, tem o Beco da poeira, tem o teatro José de Alencar, tem a Praça do Ferreira. Vocês não têm noção de como a gente é privilegiado. Tem o Museu da Estação; tem a Praça da Estação, que vai se transformar em um grande espaço de lazer; o metrô, que tá com uma obra muita grande e vai beneficiar a gente; tem o mar, é maravilhoso, você tá estressado, amarra os cabelos e vai tomar banho de mar (Conselheiro).

A pesquisa apontou o forte vínculo dos sujeitos com o território e foi visível o quanto eles não querem sair da área da ZEIS. Posto isso, esses sujeitos temem muito a remoção, querem garantir a permanência em seus territórios e conter a segregação socioterritorial. É preciso ter em conta que a proximidade aos serviços e aos equipamentos não significa diretamente o acesso a eles.

3. Revelou-se que determinantes sociais têm impactado a vida das mulheres na ZEIS Moura Brasil, em particular sua saúde. A partir do atendimento médico, foi revelador que determinações sociais como a questão da violência relacionada ao tráfico de drogas, a ação truculenta da polícia e a situação de desemprego e de estresse acabam provocando adoecimento nas mulheres (ou agravando doenças já existentes). Aumento da hipertensão arterial, gastrite e comprometimento da saúde mental são algumas das doenças citadas e que repercutem nas dinâmicas familiares.
4. A ZEIS Moura Brasil comporta cenário de pobreza, desemprego, uso e tráfico de drogas ilícitas, moradia em situação de rua, violência urbana e violência policial. A população convive com o estigma, o confinamento territorial e a segregação institucional, sem acesso, por vezes, aos bens públicos e às oportunidades materiais.
5. Foi possível constar a recorrência de narrativas que afirmam a grande dificuldade dos moradores participarem das ações coletivas, conforme disseram algumas lideranças e Conselheiros do Conselho Gestor. Estes alegam a não adesão daqueles aos convites das lideranças e relatam também o pouco esforço para garantir a mobilização e o envolvimento nos empreendimentos coletivos voltados à melhoria do bairro. Consideram que os moradores são apáticos, não participam, mas gostam de reclamar e de exigir. De modo geral, visualiza-se a

predominância de um comportamento de culpabilização das pessoas que não querem fazer parte, nem buscam saídas e nem firmam compromissos. Na esteira dessa compreensão, um dos conselheiros afirma: “Infelizmente, a comunidade está descrente, fica se perguntando se esse projeto vai acontecer mesmo, acresce que nesse horário é complicado eles virem” (Conselheira).

No entanto, esse dado da desmobilização dos sujeitos pode guardar relação com vários fatores, dentre eles a falta de credibilidade no projeto de regularização fundiária da ZEIS. Os moradores acusam que são feitas muitas promessas e nada se cumpre, por isso estão cansados de tanto problematizarem as situações e não verem mudanças, isto é, ações concretas que não se efetivam ao longo de muitos anos. Falam sobre a não legitimidade da representação do Conselho Gestor como espaço de participação institucional; horários de reuniões inadequados, pois pela manhã as pessoas têm seus afazeres, além de acontecerem também outras práticas sociais concomitantemente acontecendo na ZEIS, como distribuição de cestas básicas, sopas, serviços de estética, que concorrem e acabam despertando mais interesse. Assim, podem-se afirmar os seguintes fatores consideráveis como causas da pouca participação comunitária: descrédito nas instâncias de representação política e comunitária, questões de ordem econômica que se tornam mais urgentes de resolver e descrença nas instâncias públicas para atender às suas reivindicações.

6. O Conselho Gestor de política apresenta fragilidades no entendimento sobre categorias basilares para os representantes do controle social da política social, especificamente a política urbana, e poucos conhecimentos sobre mobilização social, participação comunitária, democracia e cidadania. Diante da falta de apropriação crítica de temas de suma relevância, como a politização da questão social, ficam prejudicadas as formas de intervenção desses conselheiros na comunidade.
7. Dificuldade na comunicação por parte das instâncias de representação institucionalizadas em divulgar suas atividades e mobilizar os moradores para participarem de fóruns de consulta e decisão. Em geral, a população desconhece as ações e tem baixa adesão ao chamamento para participar.

Este Diagnóstico retratou uma diversidade e uma pluralidade de sujeitos urbanos com suas diferentes formas organizativas e com lutas específicas que vão desde o esforço pelo reconhecimento identitário e social até o acesso aos bens e serviços públicos. Apontou, igualmente, os grandes desafios postos ao ativismo popular na cidade de Fortaleza e a necessidade de criar estratégias para alavancar a sociedade civil para participar e contribuir para a transformação da realidade atual. O cenário contemporâneo está marcado pela urbanização caótica, pela mercantilização, pelo empobrecimento, por uma democracia controlada por formas organizativas hierarquizadas, pelo crescimento do neoconservadorismo e pelo autoritarismo, com destaque para o discurso de ódio, para o racismo e a misoginia e para o ambiente atravessado pela violência do Estado e dos grupos que comercializam as drogas ilícitas.

Após a explicitação dos aspectos que demarcam a ZEIS Moura Brasil no tempo presente, segue a trajetória histórica de constituição desse assentamento precário, que deixou marcas profundas de um passado de exclusão e hoje se retraduz como herança e recriação de cenários de desproteção, marginalização e de desvantagens sociais e econômicas.

## 2 DIAGNÓSTICO DAS HISTÓRIAS, LUTAS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ZEIS MOURA BRASIL

Ao tratar de Fortaleza, pode-se afirmar que, entre os anos de 1846 e 1877, a cidade viveu um período de enriquecimento, de transformações urbanas e de melhoria nas condições urbanísticas. Com a exportação do algodão, foram realizadas importantes obras como a construção do Liceu do Ceará e o Farol do Mucuripe em 1845; a Santa Casa de Misericórdia em 1861; o Seminário da Prainha em 1864, que contou ainda com a construção de um sistema de abastecimento de água em 1866; a Biblioteca Pública em 1867 e a Cadeia Pública em 1870 (GARCIA, 2009). A expansão urbana do final do século XIX deu destaque à importância da limpeza e da higiene para a saúde e bem-estar das famílias.

Rodolfo Teófilo, por meio de sua obra, demonstrou que o Ceará sofreu com a grande seca de 1877, apontando os sérios impactos na vida da população em Fortaleza. Um grande número de sertanejos que acorriam à capital do estado do Ceará fugindo da seca – os chamados retirantes – abrigavam-se de forma precária em abarracamentos, verdadeiros campos de concentração pelas imediações do Passeio Público<sup>6</sup>. Tal fato voltou-se a repetir com a seca de 1915 e em 1932, quando milhares de pessoas fugiram do sertão para Fortaleza em busca de sobreviver e dispostas a migrarem para outras regiões do país.

É importante destacar os agravantes advindos do período das secas, como os efeitos não climáticos, as doenças contagiosas, o racismo, as migrações forçadas, os processos de segregação socioespacial, dentre outros. Diante disso, iniciou-se o processo de higienização ou limpeza social, ou seja, o processo responsável pela exclusão de determinados grupos sociais tidos como indesejáveis, marginais, nocivos, degenerados e promíscuos. Tal prática teve e tem por base o discurso elitista e o desejo utópico de uma cidade limpa e saudável no ambiente urbano, sem a presença dos “viciados” e “ociosos” prejudiciais que representam ameaça e perigo à modernização e

---

<sup>6</sup> “A Praça dos Mártires, também conhecida como Passeio Público, é a mais antiga praça da cidade. Além da bela vista para o mar, a praça possui como atrativos naturais diversas árvores centenárias, como o famoso baobá plantado por Senador Pompeu em 1910. Seu nome atual foi definido em 11 de janeiro de 1879 pela Câmara Municipal de Fortaleza”. Fonte: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/278/>

ao desenvolvimento da sociedade (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013).

A partir das transformações urbanas de Fortaleza, do problema das migrações com as secas, dos confinamentos dos retirantes e do processo de higienização e segregação socioespacial, constituiu-se o Arraial Moura Brasil nas proximidades do centro de Fortaleza. Ao fazer referência à construção de Campos de Concentração na seca de 1932, Pinheiro Neto (2014, p. 125, grifo nosso) assinala:

Nesta seca, Fortaleza contou com dois espaços de confinamento, embora um destes, no bairro de Otávio Bonfim, teve curta duração. Alguns melhoramentos e cuidados foram tomados a fim de evitar que se repetisse a mesma tragédia de 1915: o local escolhido para o chamado Campo de Concentração do Urubu era a beira mar, o que facilitava o escoamento dos dejetos humanos, e próximo ao cemitério São João Batista, que possibilitava o enterro de possíveis mortos sem a necessidade de cruzar o espaço urbano. Ao final daquela estiagem, boa parte dos concentrados permaneceu morando na região que deu origem ao atual bairro **Moura Brasil**.

Enquanto população insurgente e considerada perigosa, essas pessoas sobreviviam em meio a imundícies, casebres, barracos sem condições sanitárias, com a presença de prostíbulos e com a estigmatização dos seus comportamentos, representando uma ameaça à própria moralidade burguesa cristã da família. Assim, conjuntamente à questão urbana, constrói-se a questão social<sup>7</sup>, com o surgimento da pobreza e os processos de exclusão.

Em matéria datada de 8 de abril de 1934, intitulada “A Macumba no Arraial Moura Brasil: onze pessoas presas num Catimbó”, Pereira (2012, p. 66) destaca:

O Arraial Moura Brasil está apresentando quase todas as características de uma favela Carioca. Samba, bebedeiras, lutas, complicações e agora para completar a equivalência, surge, com toda a sua altivez pagã, a Macumba filha da ignorância e do desespero. A polícia daquele bairro proletário tivera conhecimento de que, na casa de D. Maria Holanda Alves, se realizava animado Catimbó, no qual tomavam parte inúmeras pessoas. Todos os guardas do destacamento do Arraial foram designados para fazer o cerco na casa indicada que está situada à rua Coqueirinho. Presos todos os presentes o fato foi comunicado à Delegacia Auxiliar que enviou ao local o Inspetor

---

<sup>7</sup> Para Octávio Ianni (1989) a questão social define-se como complexidade de problemáticas sociais, apresenta diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais. Uma vez envolve dimensões importantes dos movimentos da sociedade nacional, principalmente operários, camponeses, indígenas, população negra. A questão social está na base das experiências democráticas e dos surtos de autoritarismo que caracterizam a história do Brasil Republicano. Ajuda a explicar avanços e recuos do processo político nacional. Assim, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social.



Catão, juntamente com o guarda 17, os quais transportaram os onze macumbeiros e seus objetos para essa repartição policial.

A notícia evidencia como eram tratados os moradores desse território, considerados as classes perigosas, os marginalizados, os não civilizados, na sua grande maioria formados pela população negra e pobre. Tinham suas formas de vida negadas, tendo sua cultura e crença identificadas como costumes bárbaros e selvagens, em particular, a religião de matriz africana que professavam.

No passado, nas proximidades do Moura Brasil, predominavam atividades econômicas importantes da zona portuária. A área contava com grande variedade de estabelecimentos como a alfândega, o escritório de exportação, os armazéns e os depósitos de mercadorias. Os habitantes daquele território eram aproveitados por sua mão de obra barata para as atividades portuárias. Contudo, na década de 1950, com a mudança do porto para o Mucuripe, houve profundas mudanças no local, tornando-se uma área abandonada, com uma população de baixa renda com muitas vulnerabilidades.

Nos anos de 1970, Fortaleza passou por um reordenamento urbano, com o início da construção da Avenida Leste-Oeste (Avenida Presidente Castello Branco), o desmonte de dunas e a transferência de famílias para outros bairros. Com isso, o Moura Brasil ficou com uma reduzida e estreita faixa de terra entre a Avenida Leste-Oeste, a via férrea e o Cemitério São João Batista.

Com a construção da Avenida Leste-Oeste, predominou a ideia de que acabaria o que se considerava como o atraso, a miséria, a sujeira, os vícios, a promiscuidade etc., fazendo ressurgir a ordem, a limpeza, o progresso e o melhoramento da paisagem. Nesse âmbito, são elucidativas as palavras de Barros e Maupeou (2015, p. 99):

Pelos jornais analisados, percebemos o quanto o Arraial Moura Brasil era visto e caracterizado como o atraso da cidade, um local insalubre, cheio de prostitutas, doentes e miseráveis. Supomos que essa construção e propagação da imagem do Arraial serviam para consolidar os projetos municipais de urbanização. Com a propaganda, a elite “espantava-se e temia” aquele espaço tão incompatível com o desenvolvimento urbano almejado e, assim, exigia o desfavelamento. Por outro lado, criava-se uma expectativa de elevação da qualidade de vida por parte dos moradores do Arraial, pois, finalmente, eles teriam um local digno para morar e sairiam daquela péssima condição socioespacial.

A mudança na paisagem significou novas formas de estabelecimento de

poder e demarcação de territórios. Isso foi possível verificar na trajetória do bairro Moura Brasil desde sua constituição como campo de concentração dos retirantes da seca numa cidade que se urbanizava no final do século XIX até depois, no século XX, com a construção da Avenida Leste-Oeste. Na atualidade, há os impactos que o bairro sofre com a construção do Metrofor.

Hoje, a ZEIS Moura Brasil é formada por um único assentamento precário, denominado Arraial Moura Brasil, com característica tipológica de favela, localizada dentro da Secretaria Regional do Centro (SER I), apresentando uma área de 106.768m<sup>2</sup>, composta por uma população estimada de 4.681 habitantes distribuídos em 1.170 famílias e ocupantes de 1.104 imóveis.

A produção do espaço urbano ao longo da avenida Leste-Oeste aconteceu de forma diferenciada, em função de variados atores sociais, da renda da população, do momento em que ocorreu sua construção até os dias atuais. A Avenida atraiu para as suas margens grande quantidade de equipamentos urbanos, como o Hotel Marina Park, o Instituto Médico Legal – IML, a Estação de Tratamento de Esgoto da CAGECE, a Igreja de Santa Edwiges, dentre outros, como estabelecimentos comerciais instalados para atender tanto a população destes bairros como os transeuntes (PINHEIRO, 2007, p.12).

Nos dias atuais, o bairro tem suas divisões, há ruas precarizadas e uma nítida divisão da comunidade. Na parte de cima (localizada próxima ao Marina Park Hotel), a situação da comunidade é de muita vulnerabilidade, pois há uma forte presença de pessoas em situação de rua que fazem uso de drogas. Há integrantes de igrejas que fazem intervenções junto à população. Os donos de comércio reclamam da ação policial no bairro, pois há o toque de recolher por parte da polícia e as abordagens aos moradores são violentas e desrespeitosas.

Caso seja encontrado algo ou alguém no horário posterior ao de 22 horas, o negócio é feio e vão com tudo. Existe o domínio de facção (...) na comunidade, mas eles são tranquilos, o que incomoda é a presença e a violência da polícia (Comerciante da comunidade).

Os moradores da parte de cima, principalmente das ruas em situações mais precárias, dizem que são pessoas esquecidas, tanto pelos agentes públicos quanto pelas lideranças locais, pois apontam ações e projetos, sobre os quais não são informados e, quando ficam sabendo, esses já foram realizados. Afirmam que:

Os moradores não têm desentendimento com quem vende e nem com quem consome. Os moradores de rua são pessoas abandonadas e ladrões de

pequenos furtos, que se escondem/acolhem na comunidade, mantendo a compra e venda de drogas além da presença forte de prostituição (Morador da ZEIS Moura Brasil).

A frágil articulação entre os líderes comunitários dificulta a união da comunidade em torno de ações coletivas. As associações existentes (Maná e Moura Brasil), segundo alguns moradores e pessoas não participantes do Conselho Gestor da ZEIS, só beneficiam os mais próximos a elas. Portanto, a população não reconhece e nem se sente representada por essas associações.

Quanto aos espaços e atividades de lazer, foram identificadas as praças, onde são realizadas as diversas intervenções culturais dos grupos e coletivos citados e onde também se situam lanchonetes, pastelarias, bares, pontos de açai etc. Os blocos de carnaval (Unidos do Morro e Bloco da Turma do Mamão) também levam alegria para a comunidade e promovem ações para os moradores. Os festivais juninos, ocorridos na Igreja Santa Edwiges e nas praças do território da ZEIS, animam temporariamente o lugar. Antes, havia intensa atividade de pescadores, os quais faziam comércio nessa área; na atualidade, há pescadores, mas eles só vendem para a comunidade.

Na outra parte da ZEIS denominada de parte baixa, os moradores não contam com muitas atividades. Expressam sentimento de descrença com as ditas associações, pois há promessa de melhoria para as casas, porém esses projetos nunca foram efetivados. Nesse local, que é quase deslocado da comunidade Moura Brasil, residem as famílias com melhor poder aquisitivo em comparação aos pequenos comércios existentes nas áreas mais próximas.

Nesse sentido, é possível notar, olhando para o passado de sua formação e para a sua constituição presente, como a ZEIS Moura Brasil sofre os impactos da expansão urbana, da ocupação desordenada e dos grandes projetos de investimento alavancados, principalmente pelo Metrofor. O conjunto de tudo isso provoca o aprofundamento das desigualdades sociais, dos problemas ambientais agravados pela desarticulação entre governança pública e participação social (PEREIRA, 2020).

Dessa forma, é possível dizer que o espaço urbano é constantemente reorganizado segundo as necessidades de alguma época e/ou de alguns segmentos da sociedade; em cada reordenamento, haverá sempre os beneficiados e os excluídos. É preciso uma organização coletiva para uma real transformação da sociedade.

## 2.2 HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

Tratar de políticas públicas para um território exige o exercício de revisitar a história que lhe deu forma e conteúdo no presente e também o universo cultural vivenciado nesse território, suas principais reivindicações de melhorias e suas potencialidades. Para pensarmos sobre a ZEIS Moura Brasil, é necessário compreender o desenvolvimento do espaço urbano de Fortaleza que, principalmente a partir da segunda metade do século XX, ocorreu acompanhado de uma acentuada explosão demográfica e de forma desordenada.

Nas primeiras duas décadas do século XX, o processo de crescimento populacional de Fortaleza torna-se bastante visível no contexto estadual, cujo incremento populacional foi de cerca de 63%, passando de 48,4 mil habitantes em 1900, para 78,5mil em 1920. A migração desse período não chegou a ser registrada, mas nos anos seguintes (entre 1920/40) teve forte impacto no crescimento populacional de Fortaleza, haja vista o incremento de 101,7mil pessoas, sendo 55% (56,2 mil pessoas) decorrente da migração. Em 1940, a população migrante correspondia à metade da população economicamente ativa- PEA em Fortaleza, estimada em 112,5 mil. A cidade passou a ter uma população total de 180 mil habitantes, um contingente bastante expressivo, comparável com a contagem populacional feita em 1996 para Juazeiro do Norte, cidade interiorana de maior expressão populacional no interior, cuja população foi registrada em torno de 189 mil pessoas (ARAÚJO, 2001, s/p).

Entre 1960 e 1970, ocorreu notável aprofundamento das disparidades interestaduais. Fortaleza ampliou a concentração da população do estado de 15% para 20%. Em relação à população urbana, a concentração na capital evoluiu de 53 para 60%. Esse crescimento populacional expressivo se deu pela continuidade do processo migratório.

A migração do interior para a capital, contudo, ocorreu de forma caótica, gerando aglomeração da população pobre que disputava as limitadas possibilidades de sobrevivência na cidade, encontrando ocupações precárias no tocante à remuneração e à proteção social.

A periferização da cidade na forma de núcleos de favelas é a mais contundente prova de que a bela e moderna capital não era suficiente para todos, ou não possuía condições de abrigar tantos cearenses. Datam de 1930-1955 os principais núcleos de favelas que ainda hoje têm expressão ou reminiscência: Cercado do Zé Padre (1930); Pirambu (1932); Mucuripe (1933); Lagamar (1933); Morro do Ouro (1940); Praça da Graviola (1940);

Varjota (1945), Meireles (1950); Papoquinho (1950); Campo do América (1952); Estrada de Ferro (1954). Chama atenção ainda que, de uma amostra de 1.000 habitantes residentes em favelas de Fortaleza, nos anos 60, constatou-se a incidência de 827 migrantes, um índice de 82,7% (SILVA 1997: 29 e IJPNS: 1967, Apud ARAÚJO, 2001; s/p).

A partir da década de 1970, a problemática de um crescimento populacional não acompanhado pelo crescimento da cidade gerou uma nova ordem urbana. Em busca de condições de vida mais prósperas, a população migrante ocupou, principalmente, áreas de Fortaleza com maiores possibilidades de geração de emprego e renda. Os bairros foram sendo povoados sobretudo na porção oeste da cidade pela proximidade com o centro comercial, com o antigo polo industrial e com a área portuária que ali se localizava à época.

A infraestrutura urbana passou, principalmente durante a administração municipal do prefeito engenheiro Vicente Fialho, por um plano desenvolvimentista cujo intuito era “restabelecer o equilíbrio urbano” justificado pela construção de quatro grandes vias de circulação (Borges de Melo, Aguanambi, José Bastos e Leste-Oeste). Estas avenidas passaram a interligar as mais diversas regiões de Fortaleza, facilitando mais integração de vários bairros à malha urbana. Desta forma, percebe-se que a cidade passou por transformações importantes, alvos de interferências das mudanças do sistema capitalista contemporâneo (PINHEIRO, 2007).

A Avenida Castelo Branco, conhecida popularmente como Leste-Oeste, foi construída com o propósito inicial de facilitar e tornar mais rápida a ligação da zona industrial da Francisco Sá ao porto do Mucuripe. Sua inauguração, em 1973, é considerada um marco na história dos bairros do litoral oeste de Fortaleza, que de certa forma foram integrados à malha urbana, assim como ao desenvolvimento econômico do estado. É possível perceber, nesse período, uma ação intensa do poder público, visando à interligação de bairros e áreas de produção nos sentidos norte-sul e leste-oeste, dando-lhe um caráter de desenvolvimento urbano. Observa-se que a cidade de Fortaleza adotou uma política desenvolvimentista que predominava em todo o País durante o governo militar. Como resultado desta política, sob a ótica da mobilidade espacial urbana, nota-se que foram empreendidas várias obras, facilitando o deslocamento entre bairros circunvizinhos, com o centro comercial de Fortaleza e ainda com os outros setores da Cidade.

Ao mesmo tempo, esta obra provocou mudanças de ordem social, pois a transferência da população das áreas cortadas pela Avenida, como das favelas das Cinzas, Moura Brasil, Oitão Preto, Braga Torres e Soares Moreno, para áreas periféricas de Fortaleza, como o Conjunto Rondon, Conjunto Vicente Pinzon, além da Jurema, em Caucaia, desestruturou relações de vizinhança, distanciando-a do mercado de trabalho e do centro comercial. Se na visão administrativa a construção da Avenida e as transformações espaciais urbanas deste período tiveram um aspecto integrador, o mesmo não se constata ao analisarmos a visão populacional. Em decorrência, sobretudo, deste crescimento desordenado, a Cidade não reunia condições suficientes para a promoção de políticas públicas voltadas para a geração de empregos, para a redução do déficit habitacional e melhoramento dos serviços públicos de saúde, saneamento, educação, transportes etc. (PINHEIRO, 2007, p. 43).

A resistência e as ações da própria população que permaneceu no espaço foram determinantes para o desenvolvimento das áreas antes chamadas de favelas. Por meio de lutas e reivindicações e de seu próprio investimento, o padrão habitacional também se alterou e barracos de madeira, papelão, palha e taipas foram sendo substituídos por casas de alvenaria (tijolo e telha), melhorando um pouco a qualidade de vida dos habitantes destes bairros.

Outras modificações no uso do solo urbano, pós avenida Leste-Oeste, foram decorrentes da ação do Poder Público e do setor privado. Vários equipamentos urbanos e alguns serviços foram instalados, tais como o Instituto Médico Legal, Estação de Tratamento de Esgotos da CAGECE, Marina Park Hotel, Igrejas católicas (santa Edwiges, Casa Paroquial, Altar do Milênio), evangélicas, unidade do Corpo de Bombeiros, postos de gasolina, lojas de autopeças, bares, mercearias, açougues, dentre outros (PINHEIRO, 2007, p. 46).

Apesar dos avanços, o processo de urbanização a que a cidade foi submetida trouxe para alguns setores da população aprofundamento da pobreza urbana, da segregação espacial, do crescimento de favelas e de áreas periféricas, com os chamados conjuntos habitacionais, proporcionando a muitos, dentre estes os moradores do Moura Brasil, precarização das condições de vida, ampliação de vulnerabilidades sociais, sobretudo pela ausência de serviços de saúde, educação e pela falta de perspectivas de ocupação e de trabalho para seus moradores.

O antigo Arraial Moura Brasil tem sua história iniciada por sertanejos que fugiam das secas que assolavam o estado no fim do século XIX. A maioria se dirigia à capital em busca da sobrevivência e de melhores condições de vida. O historiador Frederico de Castro Neves relata, no artigo “Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)”, que a chegada dos retirantes levou a uma série

de problemas urbanos em Fortaleza. A recepção dada aos retirantes não era das mais hospitaleiras: muitas vezes, eles eram levados para os chamados “campos de concentração”, onde ficavam confinados. Um desses campos foi instalado onde hoje existe o bairro Moura Brasil, que fica “espremido” entre o Centro e a praia. A região também já foi conhecida por “Curral” e “Arraial Moura Brasil” (O POVO, 2013)<sup>8</sup>.

Assim foi sendo iniciada a história do Arraial Moura Brasil, carregando um ranço histórico de ser área de concentração de pobreza. Sem assistência, a região se estigmatizou pela prostituição, drogadição e proliferação de bares. A particularidade da proximidade ao centro da cidade proporcionou um fluxo intenso de pessoas em situação de rua, usuários de drogas e outras pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A zona tem um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos de Fortaleza: 0,284. A luta de seus moradores se iniciou e segue em busca da garantia do acesso aos serviços públicos de qualidade, ao direito ao território, ao respeito e à preservação dos vínculos estabelecidos com o espaço e com as pessoas. Além disso, os que vivem no Moura Brasil buscam também o fim da violência institucional, a superação dos estigmas e a infraestrutura adequada para que tenham qualidade de vida.

Mais de 40% da população de Fortaleza – a quinta maior capital do Brasil – vive em áreas de assentamentos precários: lugares de produção de injustiça, de segregação e de extrema desigualdade socioespacial. Nesses territórios, o acesso a direitos básicos, como educação, saúde e lazer, é ínfimo ou inexistente (TRIBUNA DO CEARÁ, 2018).

O Moura Brasil não foge dessa realidade de segregação socioespacial e segue resistindo do alto do morro com vista pro mar. Diante disso, dentro das demandas das classes excluídas do direito à cidade e devido às normativas definidas pela Constituição Federal sobre a função social da propriedade privada, foram criados diversos instrumentos de ordenamento do território através do Estatuto da Cidade, dentre eles, as ZEIS, que são importantes ferramentas para a garantia do direito à cidade.

Enquanto ZEIS, nota-se que o Moura Brasil carrega a peculiaridade de ser área central, zona de orla, assentamento histórico e área de interesse social. Tudo isso traz impactos para o seu desenvolvimento social, para a compreensão sobre o interesse econômico em torno do espaço que ocupa e, na mesma proporção, a dificuldade para ter suas demandas atendidas pelo poder público.

---

<sup>8</sup><https://www20.opovo.com.br/app/colunas/opovonosbairros/2013/09/05/noticiasopovonosbairros.3123766/moura-brasil-ja-foi-campo-de-concentracao-de-retirantes-da-seca.shtml>

As vulnerabilidades que impõem obstáculos ao desenvolvimento de um terreno fértil para a participação comunitária têm sido contraditoriamente combustível para que esta comunidade busque estratégias de sobrevivência e desenvolvimento. Ao mesmo passo, os moradores seguem retroalimentando a ligação com o lugar onde construíram suas histórias pessoais e familiares, onde fincaram raízes e coletivamente formaram uma comunidade

### 2.3 MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Pela pesquisa foi identificada uma diversidade de organizações e de agentes sociais existentes na ZEIS Moura Brasil.

#### *Conselho Gestor da ZEIS*

Figura 3 - Conselheiros integrantes do Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil



Fonte: Acervo do Conselheiro do Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil Pedro André Nascimento

O avanço das políticas urbanas tem como marco a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, ao reconhecer a gestão democrática das cidades como um direito, assegurado por meio de instrumentos como: órgão colegiado, debates, audiências,



consultas públicas, conferências, iniciativas populares de projetos de lei, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (SANTOS JUNIOR, 2019).

(...) Em outras palavras, se do ponto de vista mais geral a institucionalização da representação de interesses na construção de políticas públicas significa um grande avanço na construção de uma sociedade democrática, por outro lado observa-se considerável distância entre o que dispõe a norma jurídica e o que acontece na realidade concreta (GURGEL; JUSTEN, 2013, p. 369).

Instaurou-se um novo modelo de gestão pública e participativa, como o Conselho Gestor das ZEIS, criado com o propósito de mobilizar moradores, lideranças sociais e políticas, ativistas, representantes das organizações governamentais e não governamentais, para defenderem seus interesses e ampliarem sua representação e participação. Tal Conselho vem com o intuito de exercer o controle social, compreendido como um conjunto de instrumentos empregados pela sociedade, capaz de exercer a democratização da gestão pública brasileira. Posto isso, é importante destacar que esses espaços de decisão de políticas públicas são espaços de gestão democrática, ou seja, são espaços de diálogo e deliberação direta entre representantes da sociedade civil e do governo.

De acordo com o Regimento Interno, esse Conselho é de natureza consultiva e deliberativa. Tem como objetivo acompanhar a elaboração, a implementação e o monitoramento do PIRF da ZEIS Moura Brasil. Portanto, assume relevância para o caderno que trata da participação comunitária e do plano de desenvolvimento social.

De acordo com o seu Art. 6º, o Conselho Gestor da ZEIS é composto por 6 (seis) representantes eleitos entre os moradores da comunidade; 6 (seis) representantes do Poder Público e seus respectivos suplentes. Quanto aos conselheiros representantes da esfera governamental, estes estão distribuídos da seguinte forma: a) Gabinete do Prefeito; b) Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR); c) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR); d) Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS); e) Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA); e f) Secretaria Regional correspondente.

O Conselho Gestor foi eleito em outubro de 2018 e é composto por 6 membros: Pedro André Nascimento Monteiro, Carlos André Souza Braga da Silva, Franciane Ciniro de Souza (Fran), Francisco Eduardo Carneiro Albuquerque, Antônia Eliene Brito (Leninha) e Rafael Araripe da Silva, e os suplentes Paulo Sérgio de Sousa Silva e Expedito

de Lima e Silva. O mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, admitindo-se sucessivas reeleições ou reconduções por igual período.

Todos os membros do Conselho Gestor, que nasceram e se criaram dentro da comunidade, percebem o bairro como um ótimo local para a moradia, pois sua localização fica perto de tudo (mar, cinema, centro comercial, hospital etc.). Quando foram provocados a dizer o que o Moura Brasil representa para eles, expressaram o sentimento de pertença ao território:

O Moura Brasil pra mim é a minha vida, é a esperança de um bairro melhor, nasci e me criei no Moura Brasil. Nasci no bairro por uma parteira da comunidade mesmo e tem muitos moradores que também foram por ela; e, assim, cresci dentro do meio de onde tudo acontece na criminalidade, mas assim nunca me envolvi com nada errado, sempre busquei uma coisa melhor pra mim e pra minha vida (...) (Conselheiro 2).

Ou ainda:

Eu coloquei que é a extensão da minha família, por quê? O Moura Brasil é um bairro pequeno, eu nasci e me criei aqui, conheço praticamente todo mundo e sou ainda agente comunitária de saúde. Conheço várias famílias, sei o problema lá de dentro da sua casa. Então, é assim, onde eu chego digo que é o melhor bairro de Fortaleza, estamos próximo da praia, próximo do centro de Fortaleza, próximo da Santa Casa, próximo do metrô, tudo pra nós é próximo. Então, é o amor da minha vida o Moura Brasil; a menina dos olhos. Já me mudei pra Parquelândia e não passei nem quatro meses (Conselheira 4).

Percebe-se a força do grupo de conselheiros para implementação de melhorias e mudanças no bairro. Porém, alguns projetos prometidos aos moradores pela instância governamental não foram cumpridos. Isso provoca desconforto em uma parte considerável da comunidade, que atribui essa responsabilidade ao Conselho Gestor, pois muitos acreditam que tal tarefa é exclusiva dos conselheiros. Na esteira dessa compreensão são elucidativas as palavras de um conselheiro durante o grupo focal sobre a função do Conselho:

Ouvir os moradores, procurar entender as dores deles e buscar soluções. Às vezes, eles cobram muito, pegam a gente como lideranças e que tá correndo atrás e tudo e, às vezes, a gente fica muito chateado com eles porque só sabem cobrar, mas quando a gente chama eles pra uma reunião, pra falar o que quer, o que realmente precisa na comunidade e tudo, eles não participam. Já tá na cabeça deles de que nada vai pra frente, pensam que ‘esse posto não vai sair não’, a creche do mesmo jeito, ‘vai pra frente isso aí não’, ‘vou morrer e esse posto não vai sair’. E aí tem gente que pensa assim ‘do que adianta ter posto se não tem médico?’, ‘do que adianta ter posto e não ter remédio?’ Sempre vão criticar, sempre vão procurar um jeito (Conselheiro 3).

O grupo dos conselheiros ressalta a falta de interesse social e de envolvimento social da comunidade. Afirmam que, quando conseguem alguns benefícios ou projetos, são acusados de favorecerem somente aos familiares e às pessoas com quem mantêm relações mais próximas. Relatam a realidade desafiante e os grandes obstáculos que enfrentam, principalmente porque a comunidade não reconhece o esforço dos conselheiros e alguns resultados alcançados. Asseguram não ser fácil buscar os benefícios para uma comunidade para qual o poder do Estado está vendando os olhos.

O passado mais recente e o presente do Brasil expõem uma sociedade desmobilizada, pouco disposta à atuação coletiva, inclinada a resolver seus problemas e alcançar seus objetivos no âmbito privado e, por isso, despolitizada ou despolitizando-se (...) (GURGEL; JUSTEN, 2013, p. 373).

Segundo relatos dos conselheiros, estes enfrentam inúmeras dificuldades, desde a morosidade para execução dos projetos de desenvolvimento urbano e sociais até as alterações nos projetos sem a devida participação dos representantes institucionais de participação dentro da ZEIS. Os depoimentos seguintes expressam a preocupação e o desgaste dos conselheiros: “A gente fez um ano agora do Conselho das ZEIS (...), aí a gente falou assim ‘o que foi que a gente já fez?’ já fizemos várias reuniões, já corremos e nada aconteceu ainda” (Conselheiro 2).

Ou ainda:

Nós somos muito participativos, esses projetos vieram antes das ZEIS, projeto de urbanização, nós participamos de tudo, da licitação, com a CAIXA, com tudo, tudo. O projeto em si, olhando, conversando com os moradores, falando um pouco de como seria o projeto, mas aí embargou né, embargou assim, já tão modificando, porque assim o prefeito deu uma ordem de serviço, antes da CAIXA aprovar, e aí foi mexido no projeto, e aí também veio uma equipe da HABITAFOR, ele fez um diagnóstico da comunidade, quando a gente viu o projeto, que a gente já tinha visto o primeiro plano e tava ok, eles modificaram sem conversar com a gente. Quem mora aqui é a gente, nós que conhecemos a realidade da comunidade, eles tinham tirado a escada que a gente tinha pedido pra colocar, tinham tirado a rampa de acesso, e aí teve que modificar tudo de novo e mandar pra CAIXA pra ela aprovar, disseram que em janeiro começa a obra da associação, e aí, a partir do momento que começar, acredito que os moradores vão ficar olhando, vão ver o que tá acontecendo, né? Enquanto não começar eles ficam dispersos. Eles cobram demais da gente, ainda mais não vendo muita coisa acontecer, tudo o que a gente publica de reunião nas redes sociais eles cobram, pra gente é muito frustrante essa parte (Conselheiro 1).

Para alguns interlocutores da pesquisa, o Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil tem grande potência para trazer melhorias para a comunidade. No entanto, dentro da comunidade há uma falta de interesse grande, pois a população não participa de quase nada, portanto é desafio desenvolver as propostas de interesses coletivos. Os conselheiros têm um grupo engessado, indo muito pelo movimento de promessas político-partidárias, dividindo muito, inclusive, o próprio grupo dos conselheiros.

### *Bloco Carnavalesco do Mamão*

Figura 4 - Integrantes do Bloco A Turma do Mamão



Fonte: Acervo do Bloco A Turma do Mamão.

Uma das potencialidades do bairro é seu grande engajamento para trazer diversão e entretenimento cultural aos moradores. Nessa direção, tem-se o Bloco da Turma do Mamão que iniciou sua ação no carnaval de 1975 e começou com um grupo de jovens brincantes que fazia seu cortejo com batuques pela Avenida Duque de Caxias. Depois, com o crescimento dos acompanhantes do batuque, necessitou de mais

organização. Posteriormente, foi intitulado Bloco do Mamão, devido a um dos rapazes fundadores que tanto vendia como usava o mamão para tira-gosto.

Ana Lúcia, mais conhecida como Lucinha, assumiu a direção em 2009, juntamente com seu marido, Sr. Raimundo. Depois do falecimento do fundador, que era seu irmão, Lucinha encontrou dificuldades para oficializar o bloco carnavalesco, buscando sempre editais para consolidar a oficialização. Seu propósito era organizar para assumir a posição de bloco carnavalesco. A organização do desfile mobiliza diversas pessoas (jovens, adultos, costureiras, familiares etc.) de dentro e de fora do bairro. É uma atividade cultural que impacta a ZEIS Moura Brasil e que toma boa parte do tempo de muitos durante o ano, o que exige desses participantes bastante dedicação, já que os mesmos serão responsáveis por tudo, desde a composição do samba enredo até o preparo das fantasias, os ensaios e as apresentações. O depoimento abaixo revela a importância que o bloco assume na comunidade:

(...) tem a capoeira e o jiu-jitsu, tem o bloco também que já tem mais de 40 anos, que muita gente da comunidade participa, criança, jovem e adulto, tem as batucadas, os instrumentos, muitos jovens se afastaram das drogas por conta do bloco, se apropriaram muito com o Raimundo porque ele exige muito, exige tá estudando, não tá envolvido com nada e muitos são próximos do Raimundo, chamam ele de tio, vão pra casa dele, tem pais que vai na casa do Raimundo chorar porque o filho tá envolvido com a droga e quer que comecem logo os ensaios pra chamar eles entendeu? (Conselheira 3)

No conjunto das ações realizadas, tem-se deparado com algumas dificuldades que envolvem alguns dos componentes do bloco. Isto é, rivalidades entre os grupos de facções de tráfico de drogas na disputa pelo controle dos territórios. Assim, nem sempre o trânsito entre os territórios é tranquilo. Anualmente, o Bloco A Turma do Mamão participa de editais da Prefeitura de Fortaleza, assim, validando, muitas vezes, o patrocínio para realizar o desfile. Contudo, esse apoio não tem sido suficiente para beneficiar as pessoas que se propõem a ajudar.

Lucinha expressou seu desejo de que o recurso financeiro fosse suficiente para pagar a todos que contribuem, por meio de seu trabalho, para que todo ano o Bloco Turma do Mamão se apresente na avenida sem problemas financeiros. As ideias e os temas são decididos coletivamente, tanto nas reuniões de planejamento como nas redes sociais. Todos ajudam, seus filhos estão sempre à frente, cantando os sambas que a mesma compõe.



A sede do referido bloco carnavalesco é mesmo em sua residência, onde as alegorias e os instrumentos passam a ocupar todos os compartimentos da casa. Nesse local, ocorrem os pré-carnavais e os ensaios. Anteriormente, ocupavam o espaço do Ciclo Operário como sede por oito anos. No entanto, posteriormente o espaço foi colocado à venda.

Em 2020, o Bloco da Turma do Mamão foi o vice-campeão no carnaval de Fortaleza, entrou na avenida com enredo em homenagem à sambista Bete Carvalho, falecida no dia 30 de abril de 2019, aos 72 anos, valorizando a resistência.

Figura 5 Bloco A Turma do Mamão desfilando no Carnaval de 2020



Fonte: Acervo do Bloco A Turma do Mamão.

O bloco já conquistou três títulos nos últimos cinco anos. Assim, ao longo dos anos, vem tomando forma o caráter cultural e socioeducativo como bloco carnavalesco e tem fortemente contado com o apoio e a adesão dos moradores.

*Coletivo Raízes da Periferia*

Figura 6 – Identidade visual do Coletivo Raízes da Periferia



Fonte: Instagram @cltvraizesdaperiferia<sup>9</sup>

O Brasil tem hoje uma população de mais de 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos, e o Ceará conta com cerca de 2,4 milhões (IBGE/2010). Muitos desses jovens possuem suas sociabilidades marcadas por vulnerabilidades, com trajetórias perpassadas por sofrimento humano e social, mas também por experiências criativas de participação cultural e política nos seus territórios.

Os dados referentes à população residente no bairro Arraial Moura Brasil, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, conforme censo do IBGE/2010, revelam que o total da população é de 3.765. Ela está distribuída entre os que se autoafirmam brancos (1.122), pretos (276), pardos (2.307), indígenas 11 e amarelos 49. Quando somados pretos e pardos tem-se a maioria de negros (2.583). Na ZEIS Moura Brasil é notável o fenômeno da ‘pardalização’, seguindo a tendência do estado do Ceará. O termo pardo é maioria – corresponde a 65,71% – e remete à miscigenação de origem preta ou indígena. Como coringa, agrega infinitas nomenclaturas numa mistura de fenótipo e descendência, recheado de indefinições. Captura todos aqueles que não se

<sup>9</sup> [https://www.instagram.com/tv/CDG-wTqFETI/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/CDG-wTqFETI/?utm_source=ig_web_copy_link).

enquadram nas outras categorias, mas não é usado pela maior parte da população. Como grande guarda-chuva, abriga ambiguidades, evitando um debate crítico e propositivo de classificação racial, em que negros e indígenas não sejam invisíveis, e que não impeça o estudo das desigualdades entre brancos e não brancos (MADEIRA, 2020).

É nos territórios periféricos que a desigualdade sociorracial, a falta de segurança pública, o racismo institucional e a violência letal deitam suas raízes. Acrescentam-se as desigualdades no âmbito da educação com a distorção idade-série no ensino público, taxa de abandono, em especial no ensino médio, aumento da taxa de desocupação com a crise econômica. No Ceará, aproximadamente 750.000 jovens entre 15 e 29 anos não estudam e não trabalham (PNADC/2017). Desses 61% dos Nem-Nem são mulheres que não buscam trabalho por conta dos afazeres domésticos e dos cuidados com o(s) filho(s), marca de uma sociedade de ranço patriarcal (MADEIRA, 2018).

É nesse contexto que foi criado em 2017 o Coletivo Raízes da Periferia, por iniciativa de um jovem negro “artista” que conhece a comunidade desde seu nascimento, em 1991. Sua mãe é de Itarema, possui descendência indígena, trabalha desde os 11 anos, é analfabeta e cria os três filhos. Seu pai é negro e teve sua vida marcada pelo uso de drogas. Quanto ao seu processo de escolarização, afirmou que estudou em escola pública, na Escola Juvenal Galeno, localizada no bairro Jacarecanga, e é formado em Recursos Humanos pela Universidade Vale do Acaraú. Seu envolvimento com a comunidade e com a ação social iniciou-se a partir da religião, primeiramente na católica, distribuindo alimentação e atuando no grupo de jovens etc. Depois envolveu-se na igreja evangélica como líder de pequenos grupos, participando da escola dominical e outras atividades.

As condições econômicas de sua família o fizeram adentrar o mercado de trabalho muito cedo. Ao cursar o ensino superior, seu pensamento e olhar se tornaram mais críticos, intensificaram seu ativismo na comunidade, preocupando-se com as várias vulnerabilidades da comunidade. Diante de tudo isso, viu a necessidade de construir algo e sua ideia foi o Coletivo Raízes da Periferia:

Porém, nesses territórios surgem expressões de resistências culturais e políticas, por parte da juventude, que constroem experiências de sociabilidade e lutas alternativas e descolonizadoras, por meio de uma diversidade de linguagens e intervenções: meios de comunicação digitais,



fotografias, cinema, música, teatro e outras expressões artísticas e culturais com o potencial de estimular novas formas de comunicação e educação (MADEIRA, jornal O POVO, 2018).<sup>10</sup>

O Coletivo de jovens considera que territórios como o Moura Brasil carregam historicamente o peso da segregação socioespacial, e, por apresentar essas especificidades, precisa fortalecer seu tecido associativo, porque as condições postas se configuram como elemento de empoderamento de uma participação social voltada para coletivização dos interesses e união das pautas de reivindicações. Nesse sentido, caracteriza a comunidade como:

O centro sempre foi elitizado, chutavam as pessoas para a praia, assim nasceu o Pirambu, a Barra do Ceará e o Moura Brasil, antes Oitão Preto, conhecido assim por conta de um prostíbulo que ali existia e era famoso. Foram campo de concentração onde a camada mais pobre e desabrigada das ruas de Fortaleza foi morar, a partir disso se teve a marginalização [...]. A galera se habituou a tudo, se naturalizou o tráfico, a prostituição, a falta de direitos. A população foi violada de várias formas, inclusive por acessos e isso implica na participação social, o que eles têm é deles e está bom assim (Coletivo Raízes da Periferia).

No que tange à inserção da polícia na ZEIS Moura Brasil, o entrevistado retrata que há um medo coletivo da polícia, pois as abordagens não são pacíficas. Ele mesmo já teve a casa invadida e já sofreu agressão por policiais. Por isso pontua que o que pode ser considerado ruim no Moura Brasil é:

O sentimento da falsa segurança, pois as abordagens policiais são violentas, eles entram cada vez mais no bairro e não possuem um filtro de quem está ou não no crime, de quem é ou não usuário, de quem trafica ou não as drogas. Vem, aborda qualquer um à base da violência. Os acessos a aparelhos como postos de saúde (com mais estrutura e profissionais), CRAS, entre outros. E a escassez de projetos sociais para criança e adolescente, jovens no geral (Coletivo Raízes da Periferia).

O Raízes da Periferia tem como desafio fortalecer os jovens na constituição de suas identidades e no enfrentamento às situações de vulnerabilidade, além de despertar o interesse pela participação no meio urbano das comunidades periféricas e marcadas pela pobreza de Fortaleza.

---

<sup>10</sup> Artigo de Zelma Madeira Juventudes e sociabilidades culturais e políticas de 07 de junho de 2018, Jornal O Povo. <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/06/juventudes-e-sociabilidades-culturais-e-politicas.html>

O Coletivo nasceu em 28 de setembro de 2017, trabalha com jovens, adolescentes e crianças, com o objetivo de quebrar as estatísticas negativas para os jovens, de ressignificar a identidade. Tendo de trabalhar para alterar algumas mentalidades como não visualizar a Polícia Militar como vilão, algo que é difícil de mudar devido às abordagens violentas que ocorrem dentro da comunidade. Mas precisamos tirar a ideia de herói do traficante, outro fato também que é difícil de modificar, pois muitos dão suporte tanto financeiro quanto afetivo a muitos que moram no Moura Brasil (Coletivo Raízes da Periferia).

Do contato com outras organizações ativas que faziam projetos nas comunidades, o coletivo de juventude passou a estabelecer parceria para um trabalho em rede na cidade de Fortaleza, de modo a mudar a realidade dos jovens. A intenção é fortalecer a identidade de jovens e adolescentes para não entrarem no mundo da criminalidade. Desse modo, as atividades acontecem regularmente durante um ano, com saraus, cine debate e encontros quinzenais.

Porém, as dificuldades financeiras começaram a surgir, pois o coletivo era mantido por meio de doações e parcerias, que começaram a diminuir. Soma-se a isso o fato de que seus integrantes tiveram que diminuir suas atividades de acordo com os empregos e ocupações no decorrer do tempo. A seguir, a liderança explicita essas dificuldades:

Durante um ano o coletivo teve um intenso movimento de atividades, que ocorriam quinzenalmente, produziam saraus, debates sobre a identidade racial, fortalecimento de identidades, entre outras atividades. No entanto, quando o governo muda e começam a surgir as dificuldades pessoais dos integrantes (desemprego, realização de "bicos", ocupações, outras responsabilidades) e não possuíam mais recursos para atuar, e isso foi desgastando as doações que recebiam. Mas ainda permanece o pensamento e o desejo de fazer atividades não apenas pontuais, mas constantes, sistemáticas (Coletivo Raízes da Periferia).

O Raízes da Periferia costuma realizar suas reuniões no espigão do Hotel Marina Park, de frente para o mar, e suas intervenções são realizadas frequentemente nas praças. Atualmente, as atividades do coletivo estão reduzidas à forma de eventos, no entanto os integrantes afirmam que estão sempre presentes na comunidade e abertos a diálogos. Na esteira dessa compreensão, é válido destacar e relacionar com as ações históricas de movimentos negros e o protagonismo dos jovens negros de periferias graças ao hip-hop e/ou movimentos ligados à arte urbana e à estética (SODRÉ, 2017). Não é novidade a participação e o protagonismo dos jovens, nessa direção destaca Nogueira:

[...] São nesses territórios negros e periféricos que a força do capital e do Estado finca suas mais perversas raízes. Porém, são nesses territórios que surgem expressões de resistências culturais e políticas, sobretudo por parte da juventude, que consegue construir experiências de sociabilidade e lutas alternativas e descolonizadoras, em face de um poder cada vez mais vil e agressivo contra as comunidades e populações negras (NOGUEIRA, 2017, p. 5).

Quanto à representação institucional do Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil, o coletivo tende a fazer algumas críticas, como as descritas abaixo:

O Conselho ZEIS não tem diálogo com a comunidade, só alimentam as plataformas digitais, e isso complica o desenvolvimento da ZEIS, por falta de diálogo. Há um boato sobre a remoção do Oitão Preto (que é a parte mais precária do bairro, onde há um grande número de pessoas marginalizadas e moradores de rua). Alguns dos conselheiros da ZEIS são a favor dessa remoção, mas não pensam nas famílias que ali vivem e nem na vida dos usuários que se refugiam ali (Coletivo Raízes da Periferia).

Havendo algum tipo de evento na comunidade, o coletivo se disponibiliza a fazer o comunicado e a mobilizar a comunidade para que participe e possa defender seus interesses. Cita-se como exemplo a reunião de apresentação dos Resultados Parciais da Fase de diagnóstico do Plano de Regularização Fundiária do Projeto da ZEIS, que ocorreu na Igreja Revival na manhã do dia 18/01/2020. Essa reunião contou com a participação<sup>11</sup> expressiva de moradores, resultado do trabalho de mobilização realizado pelo coletivo e pelo médico do Programa Estratégia Saúde da Família, que utilizaram a metodologia da linguagem inclusiva, por meio de áudio, cortejo nas ruas do bairro e conversa porta/porta dentro da ZEIS, além do convite feito pelo Conselho Gestor.

Em uma conjuntura desafiante à pauta dos direitos humanos, têm importância os ativos políticos que fortaleçam os perfis identitários dos jovens, com incentivo às experiências democráticas que fomentem processos de emancipação dos jovens na escolha dos seus destinos. Nessa direção avistam-se os ativos na ação de mobilização pela via da comunicação popular e comunitária realizada pelo coletivo Raízes da Periferia.

---

<sup>11</sup> Participaram mais de 100 pessoas, embora nem todos tenham assinado a folha de frequência.

Figura 7 - Imagem da reunião de apresentação do Diagnóstico do Projeto PIRF no dia 18/01/2020 na igreja Revival no Moura Brasil



Fonte: Acervo do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.

Os manifestantes fizeram uso de uma linguagem popular com a finalidade de garantir a compreensão da mensagem que se pretendia veicular e o envolvimento dos comunitários no debate acerca do projeto de regularização fundiária integrado a outras áreas temáticas. Segue a letra do áudio utilizado na mobilização com o cortejo pelas ruas da ZEIS Moura Brasil:

Marisaaa ohhhh Mariaaa  
 ohhh meu Deus que diabo para pertubar  
 cadê tu, peste?  
 tou fazendo minhas coisas...  
 mulher, vem cá mulher  
 vou já, vou já...  
 cadê tu, viado?  
 tou indo caraí, a panela tá no fogo...  
 ohhh Maria  
 cheguei o quê é, menino?  
 Maria, tu sabia que tem um negócio aí... que tá acontecendo aqui na  
 comunidade... que tão falando aí de plano de urbanização que tá  
 parecendo mais é remoção.  
 E que diabo é isso?  
 Mulherrrrr não te conto não, mulher...  
 Mulher tão querendo fazer uma mudança aí no bairro e a gente tá  
 preocupado, né!? a gente aqui, a população, por que mulé disseram aí  
 que é 46 a 52 casas. E tem um projeto que se chama Zeis...  
 E que diabo é Zeis?  
 Zeis é a zona especial de investimento social.  
 E é?  
 É uma política que garante pra gente morador da comunidade lindo e  
 "beautiful's" que a gente tem que pegar eeeeeee...

diz p...!  
 mulher é por que eu tou impressionada... por quê mulher, olha, essa lei  
 ela garante que a gente enquanto população, a gente tenham direito a  
 opinar nas mudanças do nosso bairro.  
 Eu não sabia disso não.  
 Pois é! e diz aí que como a gente não tá participando do negócio, do "  
 beregueder".  
 E é?!  
 Eles aprovaram lá, do jeito que eles queria.  
 E é? e agora?  
 Agora mulher nos tem que participar!  
 valha mulher! eu não sabia disso não.  
 O amanhã viado... amanhã...  
 Aonde?  
 Amanhã tu acorda cedo!  
 Aí meu Deus! Cedo da budegar!  
 Lava a louça, lavar roupa, faz o que tu quiser, mas amanhã, 9 horas da  
 manhã, como sem falta!  
 aonde?  
 Na igreja Revival  
 Onde é essa Revival?  
 Lá na ladeira mulher, do Chico!  
 Ahh sei onde é.! sei  
 Pois é, lá amanhã eles vão apresentar o projeto das mudanças do nosso  
 bairro.  
 E é, eu não sabia não!?  
 Pois, mulher tu cuida, viu! tu cuida! Amanhã 9 horas, lá na igreja  
 Revival!  
 Eu não perco essa!  
 Não dorme demais, não diaboooo!  
 eu vou lá, sim!

Portanto, o coletivo de jovens tem uma tática diferenciada de fazer  
 mobilização: por meio de cortejo, usam o som e a linguagem popular a fim de que os  
 moradores compreendam as reivindicações. Essas parcerias entre as potencialidades  
 existentes dentro da ZEIS devem ser fortalecidas para tornar a comunidade mais  
 participativa, o que demonstra capacidade de articulação e mobilização na constituição  
 dos eventos comunitários, tanto para o entretenimento quanto para a luta por direitos.

*Escola Beneficente de Surf Moura Brasil*

Figura 8 - Escola Beneficente de Surf Moura Brasil



Fonte: Blog-post Escola de Surf Moura Brasil <sup>12</sup>

Como fruto dessas atividades, a Escola Beneficente de Surf Moura Brasil trata-se de um projeto para ensinar surf para a garotada do Moura Brasil. Nasceu há 12 anos atrás sem recursos financeiros para se estabelecer, contou apenas com parcerias. Wagner Menezes, mais conhecido como Coruja, surfista e instrutor, e sua esposa, Gerlânia, foram os fundadores dessa associação desportiva e cultural, como se lê:

[...] em 30 de março de 2007 criamos a Escola Beneficente de Surf do Moura Brasil com objetivo de desenvolver e promover ações sociais, culturais, educativas, desportivas e filantrópicas na comunidade do Moura Brasil, tirando as crianças e adolescentes da violência e criminalidade que é o que mais vemos em comunidades carentes e de todo Brasil (Wagner Menezes, Mapa Cultural de Fortaleza).

A Escola de Surf do Moura Brasil surge com o intuito de beneficiar as famílias do território com a realização de reforço escolar para as crianças e adolescentes

---

<sup>12</sup> <http://escoladesurfmourabrasil.blogspot.com/2011/03/blog-post.html>

no período da manhã e da tarde, alfabetização para adultos no período da noite e atividades de esportes: capoeira e aulas de surf. Além disso, a escola também promove o pré-carnaval do bairro com o cortejo do Bloco Unidos do Morro pelos becos e vielas, com a participação de crianças e adolescentes nos finais de semana que antecedem o carnaval.

A diretora descreve o quanto tem legitimidade o projeto desenvolvido na Escola Beneficente Moura Brasil:

Como um coração de mãe, todo mundo se conhece, tem as divergências devido às drogas, à criminalidade e facções, mas eles não desrespeitam o projeto sabe? Há pessoas que gostam de ajudar, fazer algo pelo bairro. As pessoas ficam isoladas, ficam à frente de projetos e os moradores não participam de encontros que podem discutir ou decidir algo da comunidade (Diretora da Escola de Surf).

Vale acentuar que o início do projeto não se deu sem dificuldades. A primeira delas foi conseguir um espaço para a instalação da escola. Não contavam com uma sede onde pudessem instalar a Escola Beneficente de Surf Moura Brasil. Porém, na comunidade havia uma casa abandonada na qual, por muito tempo, funcionou uma associação denominada Cruzeiro do Sul. O surfista e sua então esposa consideraram oportuno ocupar essa casa. Para tanto, convocaram a comunidade para consultá-la se estava de acordo que eles ocupassem o espaço para prosseguirem com o projeto. Após uma reunião, conseguiram o intento de ficar no espaço. Vale dizer que houve algumas desavenças, pois alguns moradores não concordavam que naquele lugar funcionasse apenas a escola de surf, consideraram que outras ações e instituições comunitárias poderiam também ali funcionar, como ilustra o depoimento que se segue:

Lá na escolinha de surf o trabalho é muito legal, só que é assim, é muito só o pessoal dele, é muito fechado, ele não é tanto pra comunidade entendeu? Ele não agrega, tanto que assim, eu pedi pra fazer várias reuniões lá e eles não deixam, como se o prédio fosse deles, mas o prédio era da associação Moura Brasil e a gente emprestou ele pra fazer a escolinha de surf e hoje ele tomou de conta e ele só gira em torno dele, tudo o que acontece ali, a comunidade, muita gente não sabe, é do jeito deles entendeu? (Conselho Gestor da ZEIS)

Apesar dessas controversas, o projeto tem se efetivado ao longo de mais de uma década, e segue, segundo a diretora da escola, com a missão de formar novos atletas a partir da oferta de educação, dignidade e profissionalismo. Com o passar do tempo, ampliaram-se as parcerias e, hoje, há reforço para crianças, com a prática de jiu-

jitsu e capoeira; para as mulheres, funcional, aulas de língua estrangeira ministradas por duas voluntárias de intercâmbio, uma da Argentina e outra do México, pela plataforma AIESEC<sup>13</sup>.

No ano de 2019, foram contemplados com a reforma do espaço, proporcionada pela ajuda de um dos parceiros, além da aquisição de computadores para cursos de informática destinados às crianças e jovens da comunidade. Todos os dias úteis oferta atividades, realiza evento em datas comemorativas e distribui brindes ou cestas básicas para as famílias. Segundo relato da diretora da Escola de Surf:

O projeto é de nível relevante pra quem participa, pois os meninos gostam demais de se envolver nas atividades que a gente tem. O acolhimento, a atenção, estar sempre de braços abertos para receber os meninos e meninas da comunidade, mesmo que seja pra ser rígido, dar uns puxões de orelha. Para potencializar a Escolinha seria necessário o financiamento para melhorar tudo.

O projeto hoje conta com cerca de 90 (noventa) alunos inscritos, entre 5 e 20 anos. Entretanto, mesmo com todas essas atividades e movimentação, a Escola Beneficente de Surf passa por dificuldades financeiras, pois as doações se reduziram substancialmente. Esse é um dos motivos de, atualmente, as atividades serem ministradas por voluntários. Os alunos gostam muito do espaço e das atividades e, por conta disso, muitos deles até se disponibilizam para auxiliar na dinâmica da Escola. Em vista disso, o desejo da diretora é ter mais recurso financeiro e apoio administrativo para ampliar o espaço e as atividades. A gestora almeja ampliar o convite para o restante da comunidade a fim de mostrar que o projeto realmente deu certo e contribui para que a juventude não adentre no mundo da criminalidade.

### *Igreja Revival*

A religiosidade e a fé têm influência importante nas comunidades. Nos territórios periféricos, são frequentes as parcerias com instituições religiosas, podendo ser importantes para o desenvolvimento da comunidade.

---

<sup>13</sup> Trata-se de uma experiência de intercâmbio Internacional que vê o intercâmbio como ferramenta para desenvolver lideranças ativas, tendo como público jovens voluntários de todo o mundo. [https://aiesec.org.br/?gclid=EAIaIQobChMI6LbMjazF5wIVDwSRCh3q7AKFEAAYAiAAEgJJYPD\\_BwE](https://aiesec.org.br/?gclid=EAIaIQobChMI6LbMjazF5wIVDwSRCh3q7AKFEAAYAiAAEgJJYPD_BwE).



A Igreja Revival Fellowship é uma organização religiosa que chegou em Fortaleza na década de 1990 e, na condição de igreja evangélica, proporciona vários serviços para jovens, adultos e crianças. A igreja conta com a Escolinha Sementinha de futebol, garantido esporte para jovens e crianças, além de um grupo de jovens e de mulheres que desenvolvem ações sociais com conteúdo missionário voltado para a comunidade.

Alguns conselheiros do Conselho Gestor da ZEIS, adeptos da religião evangélica, congregam nessa igreja Revival e utilizam suas instalações (salão) para desenvolver suas atividades de desenvolvimento comunitário. Atualmente, firmaram uma grande parceria com o governo municipal para o acolhimento das atividades da creche da ZEIS funcionar na Revival enquanto será concluída a reforma.

Nós temos dentro da comunidade um posto de saúde, tem escola, creche pra 140 crianças, que vão vir pra cá agora também porque tá rachando também, a estrutura tá comprometida, próximo mês ela já vem pra cá. A igreja vai ceder por enquanto de 6 a 7 meses, porque a gente tem essa igreja no Dragão e aqui, e esse espaço vai ser adaptado pra creche. A creche é municipal, mas ela já foi comunitária no começo e aí ela foi municipalizada. E ela nunca teve uma reforma, tem 14 anos (Conselheira 5).

Há uma tendência das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais de se instalarem com maior presença nas periferias, isto é, seu público-alvo é a população pobre, sobretudo aquela com problemas ligados à criminalidade. Esses segmentos de pessoas são atraídos pelo pastor que oferece oportunidades no campo missionário, como cargos de liderança na igreja, irmãos de oração, autoridades comunitárias etc. Os adeptos dizem encontrar nesses espaços acolhimento, reconhecimento e representatividade.

No território Moura Brasil, a violência tem se constituído como problema urbano. Por isso, muitos envolvidos com a criminalidade, com uso abusivo de drogas ilícitas, com problemas de ordem financeira ou familiar, entre outros, aproximam-se da instituição religiosa pela promessa de salvação. Nesse sentido, o trabalho missionário da igreja desponta o protagonismo político religioso (BIRMAN; MACHADO, 2012).

Frequentemente, o salão da igreja Revival é usado para realização de reuniões e eventos comunitários. Essa abertura à população local, por um lado, retraduz um apoio às atividades de cunho comunitário, diante da ausência de proteção social, por outro, adota uma perspectiva de trabalho com as expressões de questão social, com foco

no caráter individualizante, no viés moral para a solução dos problemas, despolitizado do conjunto de determinações sociais e econômicas e das relações sociais. Isto é, não relaciona os problemas de envolvimento no tráfico de drogas ilícitas, violência urbana, exploração sexual e outras ao campo dos direitos sociais, políticos, civis e humanos.

### *Projeto Corre pra Vida*

Trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará que foi implementada pela antiga Secretaria Especial de Política sobre Drogas (SPD)<sup>14</sup>, direcionada a pessoas em situação de rua ou em outras situações de vulnerabilidade social, sobretudo aquelas que fazem uso de drogas. A ZEIS Moura Brasil conta com um dos equipamentos de acolhimento e abordagem (contêineres) voltados ao atendimento à população de rua.

Conforme informação do site do Governo do Estado, os usuários têm acesso a sanitários e chuveiros para banho, bem como a insumos de higiene e saúde. Além disso, os equipamentos servem de ponto de apoio e suporte para a atuação de uma equipe de profissionais que agem de modo interdisciplinar como redutores de danos. O objetivo é reduzir prejuízos causados pelo uso de drogas e promover direitos a inserção nas políticas públicas<sup>15</sup>.

O contêiner está localizado na Rua Senador Jaguaribe, 3-139, na comunidade do Moura Brasil. Conforme informação de alguns entrevistados, o Projeto foi constituído para criar vínculo e mapear as pessoas que sobrevivem em situação de muita vulnerabilidade. Os envolvidos trabalham para melhorar a saúde dos moradores de rua e dos dependentes químicos, por meio da atuação de uma equipe multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos, médicos e voluntários).

O Projeto Corre pra Vida tem como foco os moradores de rua, a partir da distribuição de sopas em determinados dias, além da oferta de arte e de orientações para redução de danos, já que o consumo de drogas é intenso. No entanto, segundo relatos de

---

<sup>14</sup> Com a reforma administrativa do Governo do Ceará em dezembro de 2018, essa passou a ser Secretaria Executiva sobre Drogas ligada à estrutura da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos-SPS.

<sup>15</sup> Conforme notícia de 17 de maio de 2018, o Projeto intitulado Corre pra Vida ganhará novos contêineres <https://www.ceara.gov.br/2018/05/17/projeto-corre-para-vida-ganhara-novos-conteineres/>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2020.

alguns moradores, o projeto não está mais funcionando devido ao corte da verba orçamentária, ocasionando dificuldades para executar ações à comunidade. Dessa forma, as atividades são precárias, porque o ponto de atendimento foi instalado em um local e as ações realizadas em outro, conforme assinala um conselheiro do Conselho Gestor da ZEIS:

A maioria dos usuários não é daqui, é central né? A maioria é bem acolhida pelos moradores, faz um favor ali, pessoal dá dinheiro, lava uma roupa, varre uma casa, compra água, é mais de 100 usuários, são volantes né? Tem um projeto que atua com eles mesmo aqui, que é o Corre pra vida, em frente a Santa Casa. O Corre pra Vida eu acho ele muito fraco o trabalho deles, porque assim, foi montado o projeto, eu participei dele desde a implantação, e o contêiner era pra ser dentro de um canteiro, daí quando eles decidiram na última semana que era pra ser jogado o contêiner lá pra Santa Casa e poucos vão pra ali, e assim, a gente até conversou com eles, a equipe, porque nós temos um médico que trabalha com nessa área mesmo, com usuário de droga, com moradores de rua, as vezes ele sai do posto pra ir vacinar eles, fazer testes rápidos com eles e tudo, é difícil pra gente, ai eles colocaram o contêiner pra longe, e assim, era pra ser um trabalho dentro da comunidade (Conselheiro da ZEIS).

O maior temor de parte dos moradores é que, com a desarticulação do serviço, o governo passe a fazer uma verdadeira higienização social, ou seja, por meio dessas reformas urbanas nesse território marcado pela pobreza e outras expressões da questão social, como drogadição, exploração sexual, população em situação de moradia de rua, aconteça uma limpeza social, sob alegação de atingir o progresso. As autoridades podem responsabilizar o desenvolvimento às custas do disciplinamento e controle dos espaços e dos corpos do contingente populacional considerado classes perigosas. Nesse sentido, alguns interlocutores da pesquisa interpretam que a retirada do equipamento se deve à instalação e funcionamento de uma Escola de Gastronomia próxima ao local. Assim, as atividades, que já são bem reduzidas, limitam-se à redução de danos dos dependentes químicos que moram nos entornos dessa comunidade.

### *Liderança e ativismo das mulheres*

Na ZEIS Moura Brasil as mulheres são maioria e totalizam 1.969, enquanto os homens somam 1.796 de um total de 3.765 pessoas, conforme o último Censo

IBGE/2010. Dessas mulheres a presença maior é de negras (pretas ou pardas), conforme ilustra a tabela que segue:

Tabela - População residente, por cor ou raça e sexo segundo a situação do domicílio						
Sexo	Cor ou raça					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Homens	513	136	20	1123	4	-
Mulheres	609	140	29	1184	7	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico/2010

Gênero, classe social e raça<sup>16</sup> estruturam opressões que se combinam e se entrecruzam, retraduzindo falhas na disposição de garantia de direitos. As mulheres têm sofrido o peso das representações contidas no interior dos discursos que historicamente as subestimaram, atribuindo a elas inferioridade. Tornam-se inegáveis hoje as mudanças nas condições de vida das mulheres, como a maior inclusão social, redução da fecundidade, crescente participação no mercado de trabalho, contribuição no rendimento familiar e elevação na escolaridade. Porém, mesmo com essas mudanças, aspectos contraditórios estão presentes, principalmente no que se refere ao nível de inserção no mercado de trabalho, distribuição de rendimento, condições de moradia, incidência de violência, oferta de educação, representação política e outras opressões.

Na cena contemporânea, diante do avanço do conservadorismo e da reedição de antigas desigualdades que guardam raízes desde o escravismo, pululam os casos de preconceito racial contra os grupos étnicos e raciais historicamente discriminados no Brasil, como a população negra (em particular, a juventude negra e as mulheres negras), os povos e as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e povos de terreiro, adeptos às religiões de matriz africana e afro-brasileiras). No dizer de Oliveira (2016, p. 34), o racismo é estruturante, “Por isso, o racismo aparece como uma ideologia que faz parte dessas matrizes da opressão, estruturantes do autoritarismo social que permeia as relações sociais”.

<sup>16</sup> O conceito de raça não abrange as complexidades contemporâneas, que, por sua vez, não se sustentam em termos biológicos, visto que esse termo advém de uma construção política e social. Para Guimarães (2003), raça é um construto social e que deve continuar sendo utilizado tanto pela academia como pelo Movimento Negro; para este último, como uma espécie de bandeira reivindicatória contra injustiças historicamente praticadas contra os negros.

Dessa forma, dados evidenciam salários menores de mulheres para o desempenho da mesma função que os homens e situação de constrangimento e violência no local de trabalho por assédio sexual, cujas raízes encontram-se em uma sociedade patriarcal, machista e racista de inferiorização das mulheres. Essas práticas configuram o sexismo, em que há um tratamento diferenciado para as mulheres, desencadeado pelas desigualdades nos papéis de gênero.

As mulheres brasileiras trabalhadoras (indígenas, negras e pobres) enfrentam muitos desafios, deparam-se com distintas adversidades, como preconceito racial<sup>17</sup> e violência. Isto é, desigualdades inscritas nas estatísticas, visto que 1 a cada 3 brasileiras, com 16 anos ou mais, foi espancada, xingada, ameaçada, agarrada, perseguida, esfaqueada, empurrada ou chutada no último ano, conforme ilustra a pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (2017).

O Ceará não se distancia dessa realidade de violência contra a mulher. O Estado despontou em liderança nas estatísticas de mulheres assassinadas em 2018, com 447 homicídios<sup>18</sup> dolosos contra elas, sendo 26 registros considerados feminicídios, casos em que os assassinatos contra mulheres ocorrem por questão de gênero.

No entanto, as mulheres têm demonstrado força e ativismo em diversos espaços socioculturais e exprimem modos plurais de viver, fortalecendo a disposição para resistir e recriar as práticas cotidianas, acreditando que outro mundo com bem viver é possível construir. Nesse sentido, foi possível identificar o papel social feminino, em especial o ativismo, na ZEIS Moura Brasil logo nas primeiras entradas no campo de pesquisa.

O estudo revelou que as muitas das mulheres que ali residem tentam se organizar, participar de ações pela busca de melhor qualidade de vida para si e suas famílias, especialmente para seus filhos. Diversas são suas pautas de lutas:

---

<sup>17</sup> “Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou a parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem” (NOGUEIRA, 1985, p. 78-79).

<sup>18</sup> <https://g1.globo.com/ce/noticia/2019/03/08/ceara-foi-o-segundo-estado-onde-mais-se-matou-mulheres-em-2018.ghtml>

escolarização das crianças, combate à violência, luta por saúde, por geração de emprego e renda e outras práticas sociais voltadas para o bem viver. Uma mulher que se destacou durante a pesquisa na área da educação foi Dona Graça, educadora social muito ativa no Moura Brasil. Além de ser educadora da comunidade, já trabalhou voluntariamente como professora de reforço escolar, na sua casa e na Escola Beneficente Moura Brasil, alfabetizou várias pessoas e colaborou para a educação de muitas crianças, jovens e adultos.

Também se tornou oportuno entrevistar a Agente de Cidadania, outra referência na comunidade, mulher negra que tem exercido uma liderança ao logo de 20 (vinte) anos. Ela falou de sua preocupação com o Moura Brasil enumerando os grandes problemas que enfrenta cotidianamente. Trata-se de uma mulher que, embora jovem, tem o respeito de muitos dentro do território. Por muito anos, destacou-se como liderança a partir da participação em vários projetos sociais na comunidade. De forma específica, trabalhou como articuladora política, educadora social, participou do conselho de saúde do bairro, como conselheira da Associação Moura Brasil e trabalho voluntário nas ONGs.

A Agente de Cidadania contou durante a entrevista que chegou ainda muito nova no bairro Moura Brasil. Em especial, falou das vulnerabilidades devido à gravidez na adolescência, como interrupções nos processos educacionais, o cuidado com a casa e com as crianças, os conflitos na relação conjugal e as dificuldades financeiras. Afirmou também que sentiu muita dificuldade para frequentar a escola depois do nascimento dos filhos, mas, com o apoio de projetos sociais, conseguiu concluir o segundo grau, o ensino médio. Sobre esse assunto, ela afirma:

[...] A minha primeira filha tive com quatorze anos, fiquei grávida com treze e tive com quatorze. [...] Eu tive a outra, eu tinha 16 anos, a outra filha. Aí sempre, eu fiquei um ano tentando voltar pra escola, aí parei de estudar metade do ano, aí depois no outro ano, eu continuei de novo, eu entrei, aí parei quase no finalzinho do ano, que eu fiquei grávida de novo. Aí depois eu parei, passei, acho que um ano, aí entrei no projeto do governo, aquele projeto "CEJA" Aí fui pro "TAM" que era também o ensino médio (Liderança feminina).

A exemplo da Agente, interromper a trajetória escolar tem sido frequente na vida de muitas adolescentes que engravidam e assumem a conjugalidade. O cuidado com os filhos e com a casa resultam, na maioria dos casos, em baixa escolaridade que, por sua vez, compromete o desenvolvimento.

No que tange à profissionalização e ocupação no mercado de trabalho, ela assinalou:

Eita, é muita coisa (...) eu trabalho como cabeleireira, eu trabalho na ING, como voluntária, por enquanto, já fui remunerada, vou voltar pra remuneração, se Deus quiser. (...) Oh meu Deus do céu, aqui a gente não ganha nem um salário não, porque?! Porque como eu passo esse tempo no social né, no trabalho social, as vezes, eu deixo a desejar né. Mas tudo meu é agendado, eu tento tirar alguma coisa, mas num chega a um salário não, chega a uns quinhentos reais (Liderança feminina).

Essa realidade de desemprego, sobretudo a precarização na inserção no mercado de trabalho, tem marcado a vida de muitas mulheres do Moura Brasil, reverberando em situação de endividamento. Essa situação atinge as comunidades no Brasil como um todo, pois há 12,8 milhões de desempregados no país. Juntos, pretos e pardos representavam 64,6% dos desempregados no quarto trimestre de 2018. (IBGE,2018). Em 2018, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2.796) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1.608). Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda, esse percentual atingiu 47,3%. Como mulher e negra, a entrevistada não escapa dessa estatística. Em 2018 mulheres pretas e pardas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%)

E, quanto ao trabalho social, a articuladora voluntária afirma:

Trabalho para *Instituto Gotinha do Bem* eu sou articuladora. (...) Porque tá difícil a gente trabalhar o social, porque muitos jovens não querem. Querem tá indo pra criminalidade, e a gente tem que fazer esse resgate. Aqui eu sou articuladora, junto com os pais, os meninos, levando também pro Jovem Aprendiz, Primeiro Passo, como agente de cidadania... Já tou atuando há vinte anos aqui, já participei de vários projetos sociais aqui dentro, como: mediadora, como aluna mesmo. Aprendi minha arte de ser cabeleireira nos projetos sociais da prefeitura (Liderança feminina).

A Agente de Cidadania ainda destaca sua atuação em projetos sociais dentro do território no combate à fome por meio de ações de cunho mais emergencial:

Associação Moura Brasil, onde a gente trabalhava junto com a prefeitura, correndo atrás de benefícios, melhorias pro bairro, doações. A dona Elisa do Marina Park fazendo festinha para as crianças... doação de pão, carne. O padre antigo, que é o padre Ferreira pagava dois táxis pra gente buscar coisa lá no pão de açúcar, que a gente catava, antes das coisas irem pro lixo a gente ia catar, a gente ia lá fazer a seleção de alimento, de verdura pra poder trazer pra comunidade, isso a gente era mais unido, tanto o lado de cá, como o lado de lá. [...] Sopão o Marcondes fazia junto com o padrinho, falecido, acho que é

seu Francisco. Aí ele fazia sopão, a gente dava sopão pro lado de lá também. Hoje em dia...

Ademais, descreve como iniciou sua inserção no trabalho social e foi se constituindo como uma liderança no trabalho, principalmente com crianças, adolescentes e jovens da ZEIS Moura Brasil:

[...] Eu tento ser a mulher bombril né, como todo mundo me chama. Porque assim, eu já tentei até ficar quieta, mas eu não consigo, porque eu era tão tímida quando era criança, eu não era assim, eu era muito no canto, acuada, não tinha expressão, não gostava de dar opinião, gostava de ficar na minha quietinha, sempre fui aquela menina criança. E as outras eram tudo sabidinha, sabidona. E eu sempre fui aquela de ficar observando e ficar no canto, aí quando eu cresci vim pra cá. [...] Minhas amizades também sempre foram muito com criança, sempre muito apegadas a mim. A juventude em si, a criança e o adolescente, já tenho um ímã. Eu tô passando bem quietinha num canto aí: eii, vem cá, quero te perguntar uma coisa. Então, eu já tentei sair mas eu não consigo. Porque é de mim, é um dom que Deus me deu. Eu tenho muita persuasão também. Convencer os meninos: tu tem que sair dessa. Tem meninos aqui que tão fazendo faculdade, muitos estão fazendo faculdade, meninos que eu ajudei. Resgatando esses meninos da ociosidade, botando ele pra fazer curso. Sempre eu tô fazendo alguma coisa. Encaminhando eles pro conselho tutelar, a gente tem um elo com o Conselho Tutelar em Fortaleza. Como eu sou educadora social voluntária também, já fui da prefeitura mesmo, contratada. Passei três anos e trabalho com política também, sou articuladora da política também (Liderança feminina).

Por conseguinte, a entrevistada comenta as qualidades para exercer a liderança, explicita o que é requerido quando se quer alcançar o melhor para o coletivo, para a comunidade. Segundo ela, é necessário ter credibilidade por parte dos moradores, capacidade de conversar, de convencer e de persuadir. Nesse sentido, o trabalho de desenvolvimento comunitário não é fácil, em particular, para as mulheres que vivem e sobrevivem em uma estrutura social marcada pelo sexismo, machismo. Mesmo assim, assumem o protagonismo na organização das comunidades periféricas, em meio às desigualdades de gênero, porém não estão isentas de sofrer ataques a partir de sua condição feminina. Especificamente, ocorreu um caso com a entrevistada, que teve sua imagem depreciada nas redes sociais, cuja repercussão abalou sua reputação, fato que a fez pedir demissão do trabalho.

Questão, deles confiarem muito em mim, eu entrei no face né, peguei o Facebook, me envolvi com uma pessoa que não era de verdade, era um fake. Aí foi quando o casamento desandou mais ainda né, já tava ruim aí ficou



pior. Então, traição, né, com vídeo, fotos, essas coisas. Teve um escândalo aqui, tanto no bairro, como Fortaleza. Até pra fora foi, foto. Porque a pessoa me ameaçou. Disse que tinha sido paga pra isso, tinha sido paga pra isso me, pra poder me botar... então, eu entrei em desespero né, porque eu trabalhava com criança e adolescente, trabalhava no conselho tutelar, trabalhei no Conselho Tutelar, no acolhimento, fui educadora institucional, educadora de abordagem de rua. Toda essa área social. Aí tinha a minha imagem e a imagem da prefeitura, então, eu preferi sair. Me convidaram pra saber se eu queria assinar os papéis e tudo, que aí em algum momento eu voltava. Mas aí, eu queria mesmo era encerrar o assunto, porque saiu na mídia, saiu em todo canto. Pra não sujar a imagem da prefeitura também. [...] Ele pegou foto, vídeo meu e compartilhou (Liderança feminina).

O fato descrito acima ocorreu durante as eleições municipais para vereadores de 2016, em que entrevistada realizava um trabalho de articuladora política, todavia, diante da desmoralização nas redes sociais a partir de uma questão íntima, sua condição de mulher, de ativista, de militante da pauta dos direitos humanos, dos direitos das crianças e adolescentes dentro da comunidade, e até na cidade de Fortaleza, foi abalada. A articuladora afirmou que se sentiu lesada e humilhada diante do esposo, dos filhos e da família como um todo. Contudo, após o ocorrido, evidenciou na entrevista que vem a cada dia se erguendo e enfrentando o sexismo e o machismo nos processos do trabalho social junto às comunidades, inclusive já recebeu convites para atuar junto a instituições que trabalham com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, de modo que isso revela que sua imagem de educadora social ainda é forte e bastante preservada:

[...] Porque eu sou mulher, também porque sou mulher, porque é um grupo só de homens, que tinha, esse grupo aqui no bairro política só de homens. Só tinha eu, de cabeça, mulher. Só tinha eu mesmo, assim, atuante só eu mesmo e também por inveja mesmo, porque como eu não puxo o saco de ninguém, nem tô aqui pra agradar, quero trabalhar pelo povo. Então, eu tenho uma certa liberdade aqui dentro, com todo mundo, pode ser qualquer pessoa, qualquer raça, qualquer religião, qualquer gênero. Eu entro aqui, saio, em todo canto, sou bem recebida. Graças a Deus. Por oposição política mesmo, vou em festinha deles, faço parte (Liderança feminina).

Em suma, as desigualdades de gênero e raciais impõem obstáculos para a mobilidade desse segmento, diminuindo as oportunidades de desenvolvimento social e econômico, bem como comprometem a ampliação do exercício de cidadania diante da cristalização de imagens e sentidos negativos veiculados na mídia. Porém, tais fatores historicamente impulsionaram (e impulsionam) a resistência e o movimentar-se dessas mulheres.

### *Outras iniciativas*

Outras ações sociais e de engajamento podem ser destacadas nessa ZEIS, tais como a coordenada pelo médico que atende no Posto Maria Cirino<sup>19</sup>, Anexo do Posto de Saúde Carlos Ribeiro, que se localiza no Bairro Jacarecanga. O nome do anexo é em homenagem a uma moradora que ajudou bastante a comunidade a construir suas casas: Maria Cirino Souza<sup>20</sup>.

O profissional de saúde é bem ativo na comunidade, conhece bem o território e é considerado um amigo da comunidade. Participa de eventos ocorridos dentro da ZEIS e faz planos para ajudar no desenvolvimento social do território. Um desses projetos refere-se à construção de uma horta de plantas e ervas medicinais, associada a um trabalho socioeducativo para conscientizar os moradores, envolver as crianças e as mulheres no trabalho com medicina natural articulada com a ancestralidade e com foco no cuidado. Outro projeto diz respeito à oferta, aos moradores do bairro de todas as idades, de um curso de escultura em cerâmicas, a fim de lidarem com diversas artes e produzirem artigos para casa e produtos decorativos etc. Esse curso teve duração de um mês, porém os planos são que essa atividade se torne regular.

O médico volta sua atenção para as mulheres e tem apostado em uma iniciativa de empoderamento pela formação de um coletivo de mulheres que se faça em parceria com estudantes de Medicina da UFC e outras mulheres com perfil de lideranças

---

<sup>19</sup> O Anexo de Saúde Maria Cirino da ZEIS Moura Brasil foi entregue em 10 de abril de 2017. O equipamento é composto por consultório médico, recepção, acolhimento, farmácia e espaço para aplicação de medicamentos. A unidade oferece sala de imunização. <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-entrega-anexo-de-saude-maria-cirino-no-bairro-moura-brasil>.

<sup>20</sup> Maria Cirino Souza nasceu em 21 de dezembro de 1932, em Fortaleza. Mais tarde tornou-se uma das grandes lideranças do bairro Moura Brasil. Servidora estadual, Maria Cirino lecionou na escola Moura Brasil e participava sempre das campanhas de vacinação como voluntária, conquistando cada vez mais o respeito dos moradores. Mãe de sete filhos, atuou como ministra da eucaristia na Igreja de Santa Edwiges e Igreja do Patrocínio, participando de diversos projetos sociais com os jovens das comunidades. Faleceu aos 80 anos, em 29 de dezembro de 2012. <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-amplia-atendimento-com-nova-unidade-de-saude>.

e empreendedorismo, além de mulheres trans que residem na ZEIS. Configura-se como uma tentativa de constituição de um coletivo de saúde e direito cujo objetivo é trabalhar narrativas a partir da literatura, estimulando a resistência daquelas mulheres mais afetadas pela vida na favela.

Inicialmente, a ênfase deverá recair sobre mulheres e mulheres trans que tiveram seus filhos mortos pelo tráfico de drogas. Tem relevância, ainda, a perspectiva adotada pela equipe de saúde de considerar o Posto de saúde como lugar de construir saúde. Esse coletivo reúne-se aos domingos com o intuito de trabalhar, pelo viés da literatura, a resistência com foco na realidade das mulheres que moram na comunidade, expondo suas vivências para melhor enfrentar a carga do dia a dia que a vida da comunidade lhes impõe.

E, por fim, outra ação relevante coordenada pelo médico é o curso de espanhol, em parceria com a Escolinha de Surf. O curso, cujo público-alvo são os moradores do bairro, tem duração de seis meses e funciona com o intuito de ajudar no conhecimento de uma nova língua e reforço para quem tem interesse em estudar uma língua estrangeira.

### **3 CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS: OS DESAFIOS À ARTICULAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA**

#### **3.1 POTENCIALIDADES E DESAFIOS**

Para compreender as potencialidades e desafios postos para os territórios urbanos, faz-se necessário entender que a sociedade contemporânea assiste à ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante, cujas forças políticas apostam no projeto societário centrado no mercado. Acresce-se que na sociedade brasileira toma contorno o fortalecimento e a crescente difusão de valores conservadores, atos de intolerância, preconceitos sociais, racismo estrutural, retorno da defesa do machismo, trans e homofobia, xenofobia típicas de estruturas autoritárias com suas manifestações reacionárias (SANTOS JUNIOR, 2019).

Por isso, é salutar compreender que no contexto contemporâneo cresce o autoritarismo, as práticas antidemocráticas e a banalização da violência. Isso tem destruído o tecido social e político e serve mesmo de estímulo ao agenciamento por parte dos sujeitos sociais. O conjunto dessas especificidades caracteriza a ZEIS Moura Brasil.

Ao passar pela Avenida Leste-Oeste, na SER I de Fortaleza, localiza-se uma comunidade pequena, em cima de morro, à vista do mar, espremida entre um dos principais hotéis de luxo da cidade, um prédio do IML, a Escola de Gastronomia e o Corpo de Bombeiros. Do outro lado, uma grande obra do Sistema Metropolitano de Fortaleza atualmente conhecido como Metrofor que atravessa a comunidade e tem provocado problemas de rachaduras nas casas.

Não é esforço pensar nas vulnerabilidades de quem vive ali. Encontramos uma população de, aproximadamente, 4 mil famílias que se destacam também pela resistência e pela alegria. Como relatado, no Moura Brasil tem bloco de carnaval, escola de surf e coletivos de jovens que produzem seus “ativismos”, moradores que são

educadores sociais e igrejas que se engajam no sentido de contribuir com ações sociais voltadas para a comunidade. É válido destacar que essa comunidade teve um histórico de ocupação bem diferente das outras, porém, na atualidade, sofre o peso do estereótipo de um lugar que abriga somente pobres, população de rua, drogados, prostitutas e desprotegidos, ou seja, os indesejáveis.

Por meio das atividades de pesquisa, como o mapeamento comunitário, os Diálogos Urbanísticos e Sociais, grupo focal e entrevistas individuais, foi possível caracterizar em linhas gerais o cenário contemporâneo, apontar diferentes perspectivas por parte daqueles que assumem a função de mobilizar e organizar a ZEIS Moura Brasil, isto é, a visão das associações de moradores, do Conselho Gestor, dos coletivos dos movimentos sociais, políticos e culturais e dos profissionais que atuam com as políticas públicas.

Potencialidades destacadas:

- ✓ Sentimento de pertença dos moradores ao território como lugar bom de morar.
- ✓ Criação do Conselho Gestor da ZEIS com a mobilização e organização para o processo eleitoral realizado em 2018.
- ✓ Existência dos coletivos de jovens.
- ✓ Trabalho conjunto entre os coletivos de juventude nos bairros circunvizinhos do Pirambu e Barra do Ceará.
- ✓ Expressiva participação e apoio na mobilização comunitária por parte dos profissionais da área de saúde.
- ✓ Oportunidades pela localização da ZEIS ser próxima ao centro da cidade, com possibilidade de cobertura de muitos serviços públicos necessários à mobilidade urbana.
- ✓ Surgimento de novas lideranças.
- ✓ Ativismo das mulheres.

Quanto às necessidades e dificuldades que enfrentam, encontram-se:

- ✓ Segregação de moradores no território provocado pela presença de usuários de drogas, moradores de rua, presença do tráfico de drogas e violência policial.
- ✓ Atuação de lideranças de modo impositivo e ausência de processos democráticos e participativos com todos os moradores.
- ✓ Falta de maior união e articulação entre os diferentes movimentos comunitários existentes na ZEIS.
- ✓ Falta de apoio financeiro para a continuidade e fortalecimento das ações do

Trabalho social.
------------------

Por conseguinte, os interlocutores da pesquisa relataram muitas dificuldades que enfrentam no cotidiano, que fragilizam os processos de participação comunitária, comprometendo o fortalecimento da política urbana. Entre esses empecilhos, há histórico de que o bairro é constituído por pedintes e usuários de drogas, como também envolvido com tráfico de drogas e pessoas que vivem da prostituição nos entornos da ZEIS. O território do Moura Brasil, de fato, tem convivido com esses estigmas, colocando-o em forte processo de segregação e exclusão. No que concerne aos aspectos referentes à criminalidade do tráfico de drogas, um dos entrevistados assinalou:

[...] tô perdendo muitos amigos para mundo da criminalidade. Falo muito com eles, ando com eles, mas não faço o que eles fazem, entendeu? Mas eu sempre brigo com eles galera, vocês vendem essas coisas aí, vocês têm pelo menos dinheiro guardado? Tem não, então rapaz, arranja um emprego pra se manter com dinheiro que é muito mais melhor do que vocês ficarem se mantendo com essas coisas, que vocês nem dinheiro tem, se quer se manter com dinheiro de drogas, essas coisas, dá pra se manter com dinheiro do emprego também cara, com trabalho' eu dou muitos conselhos pra eles entendeu? Porque eu já perdi muito amigo desse jeito (Conselheiro da ZEIS).

Ainda sobre este cenário de vulnerabilidade, o conselheiro afirma:

Drogas, a ociosidade da juventude, dos idosos, não tem assim um trabalho para os idosos, não tem zumba, não tem ginástica, todo canto tem, mas aqui não. Falta um trabalho com os idosos bem atuante. Todo dia eu brigo, vou atrás da prefeitura, vê se a prefeitura me dá recurso, mas até agora não vem nada. A gente perdeu muitos idosos com depressão, problemas com os netos, com os filhos que usam drogas, que pega o dinheiro deles e gasta e saem de casa. [...] (Conselheira da ZEIS)

Diante dos problemas sociais que afetam o nível de organização dos moradores da ZEIS, não há unanimidade quanto às soluções destas questões por parte das lideranças que atuam no Moura Brasil. Isso acontece porque alguns visualizam que são expressões de questão social ocorridas em todo o país e, por conseguinte, deve haver investimento em políticas públicas de saúde, educação e geração de emprego e renda, já outros acreditam que esses sujeitos devem ser retirados do território como forma de garantir a limpeza social.

Durante as reuniões na ZEIS, foi possível identificar a presença de narrativas em disputa quanto à compreensão e enfrentamento às expressões da questão social. A questão social tem sido objeto de interpretações divergentes. Há as explicações que a “naturalizam”, considerando como solução as práticas assistencialistas. Algumas tendem a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos, apresentando como resposta a segurança e a repressão (IANNE, 1989). E outras acreditam que a gênese da questão social guarda relação com o processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital, e que pode ser vista como um conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais próprias da sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001). De forma geral verificaram-se, de um lado, os discursos de cunho conservador, em uma perspectiva individualizante de explicação dos problemas sociais, em especial por parte de lideranças evangélicas, que enfatizam um teor disciplinador e fazem uso frequente da linguagem por parábolas e forte apelo à dimensão do afeto e do cuidado no trabalho social de mobilização e participação comunitária (“Nós amamos vocês”). De outro lado, os discursos advindos dos coletivos, principalmente dos jovens, com forte teor crítico e reivindicatório por processos democráticos e transparentes por parte dos órgãos públicos e das lideranças mais institucionalizadas, a partir da utilização da linguagem popular, próxima das massas e demonstram grande potencial de mobilização da comunidade.

De todo modo, é válido evitar a atuação impositiva de lideranças e agentes sociais e institucionais, sem o envolvimento dos moradores na solução de problemas coletivos. Pelo contrário, faz-se necessária maior articulação entre as ações públicas e a população a fim de fortalecer a esfera pública.

Além disso, os interlocutores da pesquisa expressaram a preocupação com os empreendimentos que são instalados na ZEIS, em específico a construção do Sistema Metropolitano de Fortaleza, atualmente conhecido como Metrofor, e suas expectativas no início das obras. Acreditavam que com o Metrofor a comunidade seria beneficiada, por meio do aproveitamento da mão de obra local, com a oferta de trabalho para o grande número de desempregados. Não obstante, o tipo de relação estabelecida entre o Conselho Gestor da ZEIS e os responsáveis pelo Metrofor se configura como mais um desafio, carecendo ainda de muitos alinhamentos, como testemunha o Conselho Gestor da Zeis:

A gente corre atrás, corremos atrás do metrô, de emprego leva um monte de currículo do povo, uma obra grande dessa e não ter ninguém da comunidade trabalhando nela? Foi preciso chamar umas 10 reportagens pra nos ouvirem, ai agora estão trabalhando de casa em casa ajeitando rachadura, constantemente o chão fica alagado, faltou água no bairro todinho? Obra do Metrofor, as casas tudo alagada, ai cobram da gente, não empregaram o povo, entregamos mais de 50 currículos, ai a gente fica como mentiroso, falamos pra galera que ia dar certo empregar eles, que eles teriam prioridade na contratação pra obra, conversamos com o povo cara a cara, dizemos que sim e cadê? Nada. Até hoje em dia perguntam, ‘e ai André, cadê o emprego? Fomos no RH, a gente se esforçou, fomos nos representantes, fomos atrás (Conselho Gestor da ZEIS).

Ou ainda: “Mandaram mensagem pra mim pedindo pra mobilizar a comunidade que ia interditar a rua, que iam fazer um buraco na rua, isso aí eles procuram a gente. Pra comunidade nada, nenhum retorno” (Conselho Gestor da ZEIS).

Nesse sentido, o desafio para o Conselho Gestor é o fato de os responsáveis pelo Sistema Metropolitano de Fortaleza (Metrofor) não compreenderem o real objetivo desse espaço de controle social da política urbana e, como consequência, não compreenderem os esforços para a garantia dos direitos de todos a uma cidade inclusiva. Em outras palavras, devem entender que a relação pode ser de parceria e não de imposição, deve ser de construção em que pese a participação, a consulta e as deliberações coletivas.

Outro desafio que aparece para o Conselho Gestor das ZEIS, por ele sempre expressado, é o que chamam desânimo, desmobilização e pouco envolvimento dos moradores na responsabilização pelos projetos sociais que precisam, por exemplo, de voluntários. Na esteira dessa compreensão, tem-se o Projeto Leitura na Praça:

Temos três quiosques aqui na comunidade, colocamos três voluntários, aí faz uns dois meses que não estão sendo abertos, porque não tem voluntários e aí tem gente que reclama. Aí eu falo, porque tu não passa pelo menos meia hora ali no quiosque da leitura? Que já vai ajudar a gente e não vai, mas reclamar são os primeiros a reclamar, tem pessoas que vendem lanche na frente, vendem pratinho, só sabem cobrar da gente, aí eu fico muito chateado com isso, reclamar sabem, mas ajudar não sabem (Conselho Gestor da ZEIS).

Desse modo, podem-se entrever algumas dificuldades na ZEIS Moura Brasil como um todo. De forma específica, encontramos algumas subdivisões, por exemplo, a parte mais precária do bairro recebe ações sociais, como corte de cabelo, distribuição de roupa, alimentos e comida. Conta também com ações de redução de danos, promovidas principalmente por igrejas, sejam elas evangélicas, sejam católicas.



Quando na pesquisa os interlocutores foram questionados sobre as ações que já aconteceram no bairro, as lutas já realizadas, os desafios e as conquistas, elucidaram que esse território, no passado, contou com muitas iniciativas. Recordaram da Associação Mãe da Vida e da presença de mulheres rezadeiras, que atuavam junto com o Padre Adolfo e o Padre Ferreira.

A liderança do Coletivo Raízes da Periferia, por exemplo, relata ter nascido no bairro o Moura Brasil e ser fruto desse projeto Maria Mãe da Vida, uma casa que recebia jovens e mulheres em vulnerabilidade social. Relatou que o projeto teve fim após a morte da Dona Marilaque, dona da casa e também responsável pelo projeto social. A associação não teve como se sustentar e os padres não continuaram com os projetos devido à falta de recurso financeiros.

No âmbito da saúde, recordaram que:

A gente tinha um trabalho no posto de saúde, com a NASF, tinha uma psicóloga, uma nutricionista e uma fisioterapeuta, que tava acompanhando os idosos, a gente já tava com 43 idosos, mas aí teve um problema na igreja, a Assembleia era central (localidade), mas a Assembleia de Deus não permitiu que fizesse nenhum trabalho social lá dentro, não liberou mais. Como o posto de saúde daqui é muito pequeno, não cabe todo mundo (Conselheira 5).

Outra luta que envolveu muitos moradores da ZEIS diz respeito à construção da creche, um equipamento social que tem relevância para as famílias, sobretudo para as mães que precisam trabalhar e carecem de estrutura de apoio para deixar seus filhos com segurança. Nesse sentido, são elucidativas as palavras do conselheiro:

Luta por saneamento, eu acho que foi a luta pela creche né? Era uma luta bem antiga, da época da minha mãe. O horário da creche é de 7 da manhã a 5 da tarde. 14 anos lutando pela creche. (...) Quem lutou pela creche foi as lideranças antigas né? Maria Cirino, Henrique, Marcones, Dona Juvenilia, eu acho. Naquela época quem lutou pela creche pra gente foi uma vereadora que veio pra cá, ela não era nem vereadora ainda era secretária, dona Teresa de Jesus, era da regional I e aí a gente falou nossa demanda, e aí junto com o Juraci pediu que a gente procurasse um terreno, tinha duas casas abandonadas e uma casa que servia de madeireira, ou era serraria (Conselheira 5).

Ademais, há a luta pelo saneamento básico da ZEIS. Os entrevistados afirmaram que:

Foram os veteranos quem conseguiu sanear aqui, foi o secretário da Regional do centro, o doutor Adahil Fontenelle, ele foi do estado durante muitos anos, foi ele quem projetou todo o projeto junto com o secretário lá e a dona Maria

Cirino também ficou à frente lá com a Juvenília (Conselheira 5).

Fizeram referência também ao Ciclo Operário, local onde funcionava a Associação Comunitária hoje desativada. No espaço, ocorriam os atendimentos de saúde para a comunidade. Nos dias atuais, o prédio está colocado para a venda.

Por conseguinte, o esquecimento dessa comunidade, hoje, é notável. Pode-se recuperar o passado e verificar que antes havia mais projetos sociais voltados aos jovens e adolescentes daquele espaço. Hoje, no entanto, restam poucos projetos, e os que ainda figuram sofrem descontinuidade, pois a dificuldade e a necessidade de sobreviver tornam-se mais urgente. A realidade de quem vive ali é ambígua, haja vista que relatam que tem, por exemplo, o Centro Cultural Dragão do Mar, para entretenimento; o centro, para compras e trabalho; praia, para lazer; hospitais, para saúde etc., ao mesmo tempo em que percebem que esses espaços não são acessíveis para eles, pois não trabalham perto e nem sempre são reconhecidos como moradores do lugar.

A fim de atender a algumas dessas demandas, a ZEIS possui duas associações de moradores: a primeira é a Associação Moura Brasil, que é composta por membros da comunidade. A associação não tem sede fixa, por isso as reuniões, quando acontecem, ocorrem em praças, igrejas, escolas, isto é, em locais que possam abrigar um grande número de pessoas. A segunda é a Associação Maná, ligada à igreja evangélica, no entanto, segundo alguns relatos dos moradores, essa associação não os representa plenamente, pois as reuniões não são abertas (anotações de diário de campo em 21 de setembro de 2019).

No bairro, destacam-se atividades, como teatros, saraus, batalhas de rap, entre outras intervenções culturais que acontecem nas praças (Muriçoca é a mais movimentada). Existem dois blocos de carnaval, o Unidos do Morro, que tem sede própria e onde acontecem atividades para a comunidade, como aulas de surf, reforço escolar, jiu-jitsu, capoeira, e o Bloco Turma do Mamão, situado mais na parte limite do mapa da ZEIS. Como dito anteriormente, no carnaval os foliões se reúnem na praça e saem rumo ao desfile oficial da cidade, na Av. Domingos Olímpio. A Turma do Mamão recebe um financiamento da Prefeitura de Fortaleza, pois participa dos editais de apoio aos blocos de rua no carnaval, por meio da Secultfor.

No campo da cultura, também se destacam na ZEIS Moura Brasil as quadrilhas juninas, organizadas por uma moradora. Uma entrevistada descreve as

atividades que a quadrilha desenvolvia dentro do Moura Brasil, quando chamava muito a atenção de adolescentes e jovens do entorno:

Eu vim pra cá, namorava né. Aí antes disso né, conheci meu namorado nos festejos juninos, primeiramente. Aí eu vim ensaiar quadrilha aqui, 'arraial do Grupo Sol' é antigo né, esse grupo. A dona Francisca da Hora ainda é viva até hoje (...). Se vocês quiserem ir lá. (..) tinha, ela tinha quadrilha e as filhas dela, tudo costurava os vestidos e a gente brincava nesse arraial, nesse grupo junino (Liderança feminina).

Segundo depoimento de um dos brincantes e organizador das quadrilhas e dos festivais juninos, o Moura Brasil tem tradição em festas juninas. A comunidade toda se mobiliza para ver as apresentações festivas. Anteriormente, o festival Moura Brasil era realizado na pracinha da Avenidinha, mas, com o passar do tempo, houve o aumento dos pares das quadrilhas para mais 12 ou 14, além da construção de algumas casas no espaço da praça, de modo que o lugar se tornou muito pequeno, exigindo que se buscasse outro local para as apresentações. A comunidade contou com uma quadrilha junina infantil, conhecida pelo nome Arraiá da Tia Neco, além da quadrilha junina Grupo Sol, voltada mais para os adolescentes e jovens (em média 25 anos) e da quadrilha Chapéu de Palha, que encantava os festivais com os chitões, sandálias de couro e chapéus de palha, porém teve suas atividades encerradas em 2008.

Atualmente, não existe mais quadrilha junina devido ao trabalho para a sua constituição, acrescido pelo fato de os jovens não demonstrarem mais interesse em participar. Diante dessas dificuldades, os organizadores optaram por realizar apenas os festivais organizados pela FEQUAJUCE-Federação das Quadrilhas Juninas do Ceará<sup>21</sup>. O Festival de Quadrilha Arraiá Moura Brasil tem como objetivo valorizar, difundir e incentivar uma das mais populares manifestações culturais, realizado na Rua Aprendiz Marinheiro com Travessa Santo Inácio – atrás da Igreja dos Navegantes.

---

<sup>21</sup> Criada em 1990, contudo sua fundação data de 1993, a FEQUAJUCE se define como entidade civil, de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural, folclórica, social e educativa, que tem por finalidade a preservação da cultura e movimento junino do Ceará, através da construção de modelo de desenvolvimento social, sendo isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações. Disponível em: <https://mapacultural.fortaleza.ce.gov.br/agente/17511/>.

Figura 3 - Quadrilha se apresentando em Festa Junina do Moura Brasil



Fonte: Acervo do organizador do Festival Arraiá Moura Brasil 2019.

O grupo hoje organiza o festival na quadra da Leste-Oeste, faz o cadastro junto à FEQUAJUCE, a instituição, por sua vez, manda de seis a sete quadrilhas juninas para se apresentarem no Festival Moura Brasil, bem como os jurados. O festival tem duração de três noites, com tradição da participação dos moradores da ZEIS e de todos os bairros de Fortaleza, conforme afirma um dos organizadores:

A gente chegou a fazer dois festivais por ano, fazia um na quadra da Leste, próximo a Santa 'Edvirgem', e o outro na quadra dos navegantes, próximo à marinha. Mas aí eu resolvi fazer somente um mesmo, na quadra da Leste. O ano passado foi muito bom, e nesse ano a gente vai fazer de novo se Deus quiser. E aí vem quadrilha de todo canto, assim os ex-brincantes tanto do Grupo Sol, como do Chapéu de Palha eles ficam dando suporte. Eles dão apoio na produção do evento. (...) temos muitas histórias, muitas coisas boas referentes ao nosso festival.

No que concerne à dimensão religiosa, as igrejas católicas e evangélicas têm forte influência na ZEIS Moura Brasil. O território conta com as seguintes igrejas católicas: Igreja dos Navegantes, situada na Av. Filomeno Gomes; Igreja Santa Terezinha, na Av. Presidente Castelo Branco (Av. Leste-Oeste); Igreja Santa Edwiges,

na Av. Presidente Castelo Branco; e a Capela São Francisco, também na Av. Filomeno Gomes. As igrejas evangélicas são: Assembleia de Deus, na Rua Padre Mororó; Assembleia Vida de Abraão, Igreja Vida Plena, Igreja Batista e a Igreja Revival, na Travessa João Felipe.

Quanto aos povos de terreiro, foi possível identificar que o Moura Brasil, no passado, contou com a forte presença do terreiro de Dona Alda, contudo, na atualidade, existe pouca informação sobre povos e comunidades tradicionais de terreiros, como a umbanda e o candomblé. Tais silenciamentos podem encontrar sentido na pressão a que esses povos estão sendo submetidos devido a sua cultura e modo de vida, culminando com o apagamento de suas trajetórias e dinâmicas.

Na comunidade, verificamos uma grande atuação de mulheres. Elas são muito participativas, seja levando à frente projetos sociais, seja buscando serviços ou benefícios para moradores da ZEIS. Assim, elas interagem e tomam as lutas do bairro como suas. O dia a dia demanda uma carga muito pesada de afazeres e muitas responsabilidades para além do cuidado com a família. Contudo, elas se colocam firmes e participativas. Há envolvimento em ações religiosas, pois a maioria se diz pertencente à religião evangélica. Somam-se a isso a participação em coletivos e redes de juventude, como também a representação em conselhos de gestão de políticas públicas.

Nos achados da pesquisa, verificamos que existem muitas lacunas na participação social dessa ZEIS. Em muitos eventos, os moradores não se tornam mais presentes em decorrência, principalmente, da falta de credibilidade nos agentes ou lideranças locais. Foi perceptível a pouca mobilização social entre os moradores. Uns reclamam que não chegam a saber dos eventos, enquanto outros relatam não receber notícias. Essa falta de comunicação fragiliza as ações e propostas de projetos que circulam na comunidade. A mobilização, muitas vezes, é feita pelas plataformas digitais. Porém, nem todos os moradores têm esse acesso com facilidade, resultando em boa parte dos moradores desinformada.

Porém, mesmo diante das dificuldades nos processos de mobilização, das situações de vulnerabilidade de muitos que moram na ZEIS Moura Brasil, durante a pesquisa foi notável o empenho e desejo dos que compõem o tecido associativo de mudar essa realidade, pois muitos expressaram o que desejam como visão de futuro. As narrativas que seguem expressam bem o que esperam com o trabalho que realizam:

Que tudo realmente melhore para os nossos moradores né? Satisfeitos com grandes melhorias, na fachada, nos trilhos, tem casa que não tem banheiro, que passe a ter, tem uma família que mora numa casa de dois vãos, uma mãe, uma avó com seis netos, o pai morreu e a mãe morreu, aí a avó cuida dos netos, tem casas que é só o buraco, que é cheio de areia, infelizmente tem muita precariedade no nosso bairro e a gente sonha em realmente chegar lá, melhorar um pouco as casas, as ruas, serem asfaltadas, esse paredão aí ser todo bonitinho, ajeitado, ser pintado (Conselho Gestor da ZEIS).

Ou ainda:

Você ter orgulho de trazer seus amigos pra cá, pode ficar o nome do Oitão, eu acho que ficaria legal, ver as casas tudo arrumadinha, um centro cultural dentro da comunidade pra se orgulhar, que nem o do Bom Jardim, as pessoas falam muito de lá, do trabalho que é feito lá né, e assim, eu queria muito ter um Centro Cultural Moura Brasil, pra gente poder trabalhar com os jovens, com a juventude, com os idosos. Eu acho que a gente poderia lutar para que tivesse mais centros culturais nas comunidades, já que não pode ter um Cuca, não consegue agregar todos os bairros, tanto que a gente viu que o Cuca da Barra é agregado ao Moura Brasil, mas a gente chega lá atrás de um curso pro jovem e não consegue. Se tivesse centros culturais em cada bairro seria muito bom, sairia mais barato do que um cuca daqueles, descentraliza e o trabalho acontece (Conselho Gestor da ZEIS).

Ademais, acreditam que muitas coisas podem ser feitas:

Investimento maior, um projeto social que vise a gente, não fazer algo limitado (exemplo, fazer algo por dois anos e acabar repentinamente), mas dar atenção à comunidade, criar oportunidades para jovens atuantes dentro da comunidade; financiamento para a comunidade; potencializar as atividades dentro da comunidade. Acabar com a falsa guerra às drogas (Coletivo Raízes da Periferia).

Toda e qualquer ação que vise a superar as desigualdades sociorraciais deve, pois, apostar nas dimensões do reconhecimento dos sujeitos que abrigam os territórios periféricos e da redistribuição econômica, por meio das políticas sociais de caráter universal e específico. Segundo Nanci Fraser (2002), para que isso ocorra, é necessária a distribuição de recursos materiais, o reconhecimento da identidade e da diferença, além da participação. A autora propõe uma concepção bidimensional de justiça que abranja tanto a distribuição como o reconhecimento. A seguir, a autora destaca e explicita o princípio de paridade de participação e as condições necessárias para sua efetividade:

Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e voz dos participantes [...]. Em contraponto, a segunda condição para a paridade participativa requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social (FRASER, 2002, p. 13).

Para mudar a situação de desigualdade no Brasil, é imperioso o fim da segregação social, racial e de gênero nas diferentes esferas da sociedade. É salutar, também, a profusão de práticas políticas que visem a romper a invisibilidade e a naturalização das opressões sociais por diversas formas, como organização política da sociedade civil, aprimoramento das políticas sociais públicas tanto universais quanto a adoção de políticas de ações afirmativas; crescimento econômico com redistribuição de riqueza e renda; medidas de superação da discriminação em áreas estratégicas, por exemplo, no mercado de trabalho; acesso às políticas urbanas, de geração de emprego e renda, da assistência social; acesso à justiça, educação e saúde (MADEIRA, 2017).

### 3.2. NECESSIDADES E LUTAS

A história das políticas públicas relacionadas à questão urbanística e habitacional implementadas em comunidades de baixa renda tem geralmente demonstrado descontinuidade nas ações do poder público para esses espaços, ausência da participação da comunidade, deteriorização de projetos, insatisfação da população, dentre outros efeitos. Destaca-se também a grande incerteza e insegurança com relação às intervenções públicas realizadas, sobretudo no que diz respeito aos processos de urbanização.

Os moradores e as lideranças da ZEIS Moura Brasil deparam-se com essa gama de obstáculos, mas conhecem bem suas necessidades em alterar os indicadores sociais e econômicos em áreas estratégicas para o Desenvolvimento social, a saber: mercado de trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, educação, violência e representação política.

Demanda apresentada pelos entrevistados:

- ✓ Cursos de capacitação profissional ofertados na própria comunidade.
- ✓ Investimentos contínuos nos grupos culturais existentes e em novos espaços de cultura (Centro Comunitário).
- ✓ Construção e restauração de praças e outros espaços de uso coletivo.
- ✓ Trabalho social contínuo para atendimento de pessoas em situação de rua e dependentes químicos que não são residentes da ZEIS, mas que se fixam em

uma das ruas principais, pela particularidade da localização do território.

- ✓ Fortalecimento por meio de subsídios financeiros dos grupos culturais já existentes na ZEIS.
- ✓ Respeito ao direito de ir e vir nos pontos de acesso à praia no entorno do Marina Park Hotel.
- ✓ Oportunidades de estágio ou inserção no mercado de trabalho para os jovens da ZEIS Moura Brasil.
- ✓ Investimento em projetos e programas esportivos dentro da comunidade, uma vez que as atividades desenvolvidas hoje se fazem de forma voluntária pelas lideranças.



#### **4 PROPOSTAS PARA O PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

As propostas aqui descritas são de autoria da equipe técnica da UECE, em conjunto com os moradores da ZEIS Moura Brasil, interlocutores da pesquisa. Para construção das propostas de estímulo à participação comunitária e constituição de desenvolvimento social, partiu-se dos seguintes pressupostos:

- A- A ZEIS Moura Brasil comporta cenário de pobreza, desemprego, uso e tráfico de drogas ilícitas, violência urbana e violência policial, além de moradores em situação de rua. Portanto, qualquer tentativa de superação dessas desigualdades e cenários de violências deve considerar a qualificação da participação social e comunitária, com envolvimento de todos que moram no território no processo de intervenção em infraestrutura e de trabalho social. O desenvolvimento econômico e social é constituído historicamente em função de processos de lutas e conquistas que identificam um território. Dessa forma, abre-se a possibilidade de empoderamento da esfera pública, local onde se expressam os conflitos, espaço de mediação de interesses, de consensos, de negociação e de deliberação em torno da política urbana.
  
- B- Comunidades organizadas e com bom nível de informação podem contribuir favoravelmente em decisões que lhe afetam diretamente, desempenhando um importante papel na criação de uma formação segura e sustentável. Contudo, esses territórios devem ser concebidos como locais de criatividade, potências múltiplas e plurais.
  
- C- A participação social é a distribuição de poder entre os membros de uma comunidade. A participação se torna mais sustentável, quando ela não se restringe a processos de consultas ou à participação pontual, mas quando elemento constituinte do cotidiano. A participação qualificada e diferenciada dos

atores coletivos (ou lideranças comunitárias) faz emergir necessidades e interesses legítimos que têm a ver com trajetórias e projetos específicos. Num contexto democrático, é fundamental que atores locais se reconheçam e sejam reconhecidos como principais sujeitos de tal processo e, assim, contribuir para construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária.

D- É função do movimento popular e das lideranças (representações institucionais e independentes) apresentar as principais necessidades e demandas, enquanto as saídas técnicas e urbanísticas devem ser apontadas pelo poder público. Nesse caso, têm lugar as parcerias com as instituições formuladoras e executoras das políticas públicas setoriais e o setor privado com responsabilidade social.

Para apresentar propostas de fortalecimento da participação comunitária e delinear estratégias de desenvolvimento social para as Zonas de Interesse Social (ZEIS), é preciso uma leitura atenta acerca das especificidades que demarcam a sociedade na contemporaneidade, dos projetos societários em disputas, das forças sociais e políticas e dos desdobramentos no sistema político democrático recente no Brasil, conforme Manfredini e Lopes apontam (2005, p. 1-2):

Desenvolvimento Local e Participação constituem, hoje, conceitos centrais no debate público acerca do quadro de exclusão social que persiste no mundo, mesmo após décadas de políticas públicas direcionadas ao combate da pobreza. Estes dois conceitos sintetizam o pressuposto de que o conceito de desenvolvimento é bem mais amplo que o mero crescimento econômico, e envolve aspectos abrangentes de qualidade de vida do indivíduo, tais como inclusão social, proteção à diversidade cultural, uso racional de recursos naturais etc. O enfoque do local se justifica pelas diversidades existentes, que estabelecem condições diferentes, e, por isso, precisam soluções específicas e adequadas.

Prevalece, na atual realidade brasileira, o fortalecimento e a crescente difusão de valores conservadores, individualistas, assim como atos de intolerância que, juntos, abalam fortemente a recente democracia. Consequentemente, prolifera-se o preconceito e as formas diversas de discriminação, típicos de estruturas autoritárias com suas manifestações reacionárias de negação da esfera pública e, sobretudo, da redefinição da relação entre Estado e sociedade civil. As novas formas de sociabilidade são caracterizadas pelos seguintes aspectos:

(i) negação da política e da democracia como esfera pública de regulação dos conflitos e como convivência com o outro, com o diferente; (ii) formas centralizadas e opacas de decisão, fortemente hierarquizadas; (iii) formas de controle comportamental vinculadas a instituições religiosas conservadoras, em geral igrejas neopentecostais; (iv) repertório de ação assentado no controle difuso de redes sociais, com a produção e difusão de notícias próprias (incluindo uma vasta produção de notícias falsas, as chamadas fake news) e voltadas para públicos específicos; (v) possuir vínculos com grupos milicianos armados, os quais sustentam e legitimam nas suas ações coletivas, fortalecendo a “militarização insidiosa da vida nas cidades” e a “urbanização militar”. (SANTOS JUNIOR, 2019, p. 19)

Essas características colocam-se como desafios à sociabilidade na ZEIS Moura Brasil. No tocante à pesquisa, foi possível notar, por um lado, a desmobilização de amplo setor da comunidade e, por outro lado, a existência de espaços de conflitos, insurgências e disputas de narrativas entre os ditos representantes tradicionais das organizações comunitárias institucionalizadas e os novos sujeitos sociais que entram na cena da organização e da participação comunitária, nos moldes dos representantes das igrejas evangélicas, das redes sociais e dos coletivos de jovens.

Para execução e monitoramento das propostas que serão apresentadas, faz-se necessária a realização do trabalho social que, segundo a Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014 que aprova o Manual de instrução do trabalho social nos programas e ações do Ministério das Cidades, é definido como:

um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014, p.05).

O trabalho social<sup>22</sup> coloca-se como um importante campo de atuação profissional, no âmbito da questão urbana e do direito à cidade, realizado por técnicos

---

<sup>22</sup> O trabalho social e a regularização fundiária foram considerados elementos estruturantes nos projetos integrados de construção de moradias, com vistas a consolidar o programa Habitar Brasil BID. Esse trabalho social apresentava três objetivos: mobilização da participação e organização da comunidade, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda. Segundo esse Programa as ações do trabalho social consistiam na mobilização e organização comunitária, a capacitação de lideranças, a educação popular, o apoio à educação formal e combate ao analfabetismo, a qualificação e requalificação de mão de obra, o incentivo a grupos de produção, a constituição de cooperativas e/ou associações de

com a colaboração e envolvimento da comunidade. O objetivo principal é promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos indivíduos e famílias beneficiárias e a sustentabilidade da intervenção. As principais ações a serem desenvolvidas têm caráter socioeducativo, de educação ambiental e sanitária, organizativo e de mobilização popular e comunitária. Voltadas para o desenvolvimento sustentável, contribuem de forma significativa para ampliar o exercício da cidadania dos moradores do território e com isso aumentar a consciência sobre responsabilidades e direitos, valorização das lideranças e empoderamento do ativismo comunitário.

Na ZEIS Moura Brasil as práticas inclusivas e interativas entre os moradores e as instituições representativas dos diversos segmentos sociais (bloco carnavalesco, coletivo de jovens, grupos de religiosos, escola de surf, escola de futebol, projetos sociais, grupos interessados na gestão comunitária em saúde etc.) são guiadas por uma gama considerável de interesses que buscam garantir melhor qualidade às relações sociais e ambientais, no desafio grandioso de articular, aproximar, coletivizar e integrar as diferentes ações. Tudo isso requer fortalecimento das conexões entre as distintas ações existentes na ZEIS, empoderando a mobilização social a partir de uma premissa democrática.

No momento de execução do Projeto Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), é ponto fundamental a organização e participação da comunidade para o alcance do desenvolvimento sustentável. Sabe-se que a ZEIS contará com algumas intervenções, que deve contar com o trabalho social, numa articulação entre as intervenções físicas, sociais e a regularização fundiária. O Plano Integrado de Regularização Fundiária afirma que a intervenção é compreendida em três situações possíveis: reforma, realocação e reassentamento. Nos três tipos de intervenção requer-se o trabalho social técnico de acompanhamento das famílias beneficiárias, de estímulo às iniciativas desenvolvidas e conduzidas pelos membros da própria comunidade, atendendo às suas necessidades e com mobilização do máximo de agentes, de modo que os mesmos assumam o protagonismo, saiam da invisibilidade e possam expor a voz da comunidade.

Conforme síntese do Diagnóstico Urbanístico, a ZEIS Moura Brasil apresenta déficit habitacional, a saber:

Moradia - Foi indicado um potencial de déficit habitacional de 203 unidades habitacionais (u.h.), sendo: a) 33 u.h. por inadequação de acordo com o relatório das ZEIS no Plano de Habitação; b) 59 u.h. da Rua Adarias de Lima, em processo de análise de risco (das quais 8 têm testada menor que 3m); c) 46 u.h. da Rua Santo Inácio, em processo de análise de risco (das quais 2 têm testada menor que 3m); d) 14 u.h. com área inferior a 18m<sup>2</sup> (das quais 13 estão na área de remanejamento); e) 81u.h. com testada menor que 3m. Essas unidades deverão ser estudadas individualmente à época da implantação do projeto para indicação de melhoria habitacional ou remanejamento, se comprovada a necessidade (...) (CADERNO URBANISTICO, 2020, p.7).

O Caderno Urbanístico (2020) revelou que na ZEIS Moura Brasil, além do déficit habitacional, alguns imóveis têm largura menor que 3m, neste caso a indicação é que seja removido. Será necessário o reassentamento e a implantação de infraestrutura e a construção de um equipamento social, o centro comunitário.

Em vista disso, algumas estratégias são necessárias para superar os aspectos dificultadores da participação comunitária e da construção coletiva de modelos de desenvolvimento sustentável. Ou seja, mecanismos que considerem as potencialidades existentes, as oportunidades que circundam o território e as formas de como superar os obstáculos, as fragilidades e as possíveis ameaças externas que acabam dificultando os processos democráticos e fragilizando o sentimento de pertença dos que habitam o Moura Brasil. Dessa forma, indicam-se aqui algumas ações para o Plano de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil e pelo IPLANFOR.

#### 4.1 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO

Nesse item destacam-se estratégias de fortalecimento das organizações existentes no território, além da constituição e formalização de novas representações e canais de participação e controle social. Assim, as ações compreendem:

- ✓ A inserção da organização comunitária da área em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social.
- ✓ A criação de organismos representativos da população em grupos sociais e/ou comissões de interesses (tais como comissão de acompanhamento de obras, comissões de jovens, de mulheres e de outros interesses despertados pelo projeto).
- ✓ Definição de ações de participação social nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras, conforme a Instrução Normativa nº 8 do Ministério das Cidades, 26 de março de 2009, e a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do mesmo Ministério, ou legislação mais recente, se houver.

#### 4.1.1 Construção do Equipamento Comunitário – Centro Social e Cultural

Durante o trabalho de campo, nas oficinas dos grupos focais, nos diálogos urbanísticos e nas entrevistas individuais, os participantes apresentaram a demanda de construção de um espaço reservado às ações de organização comunitária e culturais, com condições de abrigar os diferentes coletivos e movimentos sociais existentes na ZEIS. Vale destacar que os participantes demandaram a construção de um equipamento social e comunitário, no modelo do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte.

Afirmaram que com esse equipamento os processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população da ZEIS tornar-se-ão mais facilitados, de modo ser possível promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle e fortalecimento social dos já existentes.

#### **Quadro 2 – Propostas das lideranças, grupos e coletivos de moradores para o fortalecimento das organizações comunitárias**

EIXO	PROPOSTA DAS LIDERANÇAS, GRUPO E COLETIVOS
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro comunitário (cultural e social) que permita o contato entre diferentes grupos pertencentes à comunidade.</li> <li>• Criação de espaços nos quais pessoas que normalmente estariam separadas dentro da comunidade se reúnam e discutam, organizem-</li> </ul>

DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<p>se e atuem em questões de interesse comum, tais espaços são áreas abertas, que serão compartilhadas para ensaio de quadrilhas junina, de bloco carnavalesco, dentre outras.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Local destinado a realizar atividades artísticas, geradoras de renda, cursos diversificados, palestras e grupos de discussão.</li> </ul>
----------------------------	--

Os moradores expressaram o desejo de contarem com um centro social e cultural nos moldes do CUCA<sup>23</sup> no Moura Brasil como espaço de encontro, cultura, esporte e lazer com infraestrutura para funcionar uma ampla variedade de atividades, oficinas, formações e para as associações de moradores, os coletivos de mulheres, de jovens e outros em todas as suas vitalidades. Vale lembrar que, nesse centro comunitário, poderão ser realizadas as atividades das associações de moradores, com funcionamento de alguns projetos sociais e realização de ensaios das quadrilhas juninas e dos blocos carnavalescos. A infraestrutura desse equipamento deve levar em conta a natureza das atividades a serem realizadas. As iniciativas comunitárias poderão contar com o ensino de competências relacionadas à cidadania, cabendo a todos compreenderem que esse espaço será coletivo, devendo ser respeitado e preservado como um direito à cidade.

O Caderno Urbanístico também identificou essa demanda e apresentou a seguinte proposta:

A demanda por um centro comunitário surgiu dos momentos participativos com a comunidade durante reuniões e oficinas realizadas ao longo da construção do presente Plano Urbanístico. A fim de atender à solicitação, propõe-se a instalação do equipamento no equivalente a dois apartamentos térreos em edificação da área de remanejamento da Rua da Saudade (2020, p.43).

Após diálogos entre as equipes dos dois Cadernos (Urbanístico e de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social) e diante da especificidade apresentada de forma reiterada pelos moradores, com a demanda da construção de um equipamento social que atenda às necessidades das associações, Conselho Gestor, grupos culturais e artísticos, projetos educativos e outros coletivos, considerou-se adequado apontar nos Cadernos os terrenos fora do território delimitado da ZEIS, mas na circunvizinhança, para a

<sup>23</sup> São Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte e referem-se a equipamentos voltados para juventude. Fortaleza conta com três equipamentos localizados nos bairros Jangurussu, Mondubim e Barra do Ceará. Na Rede Cuca são ofertados, gratuitamente, cursos de formação, práticas esportivas, programação cultural, produções na área de comunicação, promoção e garantia dos Direitos Humanos e a realização de festivais, mostras e exposições. Oferece cursos de formação distribuídos em oito áreas: audiovisual, fotografia, informática, Libras, inglês, música, dança e teatro <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/rede-cuca-alcanca-mais-de-500-mil-atendimentos-em-2019>

construção do equipamento. Alguns dos entrevistados apontaram o terreno da antiga Hidrauleste, outros indicaram o terreno da praça Novo Milênio e o espaço entre a Rua do Trilho e Avenida Presidente Castelo Branco (todos ficam em frente à comunidade).

Portanto, o centro cultural e social demandado tem o propósito de abrigar atividades de cunho administrativo das entidades existentes na ZEIS, mas também atender à diversidade cultural, que se ressentem por não contar com espaço que contemple essas atividades. Assim, ficam apontado a indicação de terrenos circunvizinhos com condições de instalar o equipamento com tais especificidades.

#### 4.1.2 Constituição do Fórum Permanente da ZEIS Moura Brasil

Constituir o Fórum Permanente de Participação da Comunidade em ação conjunta com o Conselho Gestor da ZEIS. Dele participarão moradores e representantes do Conselho Gestor, das associações de moradores, dos coletivos de jovens, de mulheres, dos grupos religiosos e outras representações da sociedade civil organizada, além de profissionais das políticas públicas que atuam na área. O objetivo será acompanhar as obras de infraestrutura, melhorar a comunicação entre Sistema Metropolitano de Fortaleza (Metrofor), o projeto de PIRF e os moradores, numa espécie de “canteiro social”. Funcionará como espaço de diálogo e mediação, com vista a melhorar a interação entre órgãos responsáveis pelas intervenções e os moradores da ZEIS e com capacidade de garantir a socialização de informações, de tirar dúvidas sobre as intervenções físicas, ambientais e sociais que acontecem no território. Além do acesso à informação, oportunizará formação para trabalho, cursos, atividades e reuniões. Compete ao Fórum articular as forças associativas existentes no território de modo a contemplar a diversidade de organização e interesses.

### **Quadro 3 – Propostas das lideranças, grupos e coletivos de moradores para o fortalecimento das organizações comunitárias**

<b>EIXO</b>	<b>PROPOSTA</b>
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fórum Permanente da ZEIS Moura Brasil com a função de exercer as ações de controle social, por meio do acompanhamento e monitoramento de todas as obras implantadas (nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras).</li> <li>• Terá como finalidade desenvolver novas formas de gestão pública</li> </ul>



	<p>por meio da participação, visando ao bem comum da ZEIS.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter na sua estrutura comissões (de mulheres, de jovens, idosos, religiosos, artistas etc.) com ênfase na descentralização das ações a ele articuladas, assegurando a participação da comunidade em diferentes eixos e políticas. Depois da criação do Fórum serão constituídos os instrumentos legais como regimentos.</li> <li>• Criar Comissões de acompanhamento das obras do PIRF.</li> <li>• Aprimorar a relação entre os moradores, as representações políticas junto ao Sistema Metropolitano de Transporte - Metrofor.</li> <li>• Criar organizações representativas dos moradores dos condomínios.</li> <li>• Mapear, sistematizar e divulgar os projetos sociais desenvolvidos pelas organizações comunitárias da ZEIS.</li> <li>• Propor debates, consultas e audiências públicas de assuntos relevantes para o desenvolvimento da comunidade.</li> </ul>
--	--

Um dos aspectos centrais para o Fórum Permanente da ZEIS diz respeito à necessidade de qualificar a relação dos moradores da ZEIS Moura Brasil com a coordenação do Sistema Metropolitano de Fortaleza - Metrofor -, na perspectiva de melhorar o diálogo a partir de programas de desenvolvimento local. Deverá envolver a participação efetiva da comunidade, em diferentes segmentos, para que os moradores possam influir nas decisões e construir novas articulações com as intervenções na área, no tocante aos impactos da obra do metrô nas casas do entorno. Nesse sentido, é imperioso um projeto de mitigação que retire a população dessa circunstância desfavorável.

#### 4.1.3 Formação da Rede de Mulheres

O objetivo principal é incentivar a criação de espaços de discussão coletiva e inclusão social das mulheres. A proposta é constituir uma Rede de Mulheres, haja vista a identificação da necessidade de as mulheres terem um espaço para falar de sua condição de vida, socializar as formas de discriminações e violências que sofrem, as vulnerabilidades que demarcam sua vida cotidiana e também as formas de como enfrentam e resistem a essa gama de problemas. O propósito é fortalecê-las para combater o sexismo, o racismo, as diversas formas de violência e outras formas de opressões, como também estimulá-las nas conquistas dos seus direitos e autonomia.

A Comissão de Mulheres fará parte do Fórum Permanente da ZEIS Moura Brasil e deve enfatizar sistematicamente a defesa dos direitos das mulheres a partir do fortalecimento e elevação de suas autoestimas. Ademais, essa Comissão necessita articular parcerias com organizações não governamentais, movimentos populares, sociais e de mulheres, coletivos, além de organizações governamentais, como a Casa da Mulher Brasileira, o Conselho Municipal e Estadual dos Direitos das Mulheres e o Fórum Cearense de Mulheres. Quanto mais conexões conseguirem estabelecer, mais ricas serão as trocas de saberes, maior a probabilidade de colaboração com outras pessoas e instituições.

**Quadro 4 – Propostas dos grupos de mulheres e dos profissionais de saúde para o fortalecimento de suas organizações**

EIXO	PROPOSTA DO GRUPOS DE MULHERES E DOS PROFISSIONAIS DA SAUDE
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação dos grupos e coletivos de mulheres no Fórum Permanente da ZEIS Moura Brasil, como uma comissão com o trabalho em rede articulado com a política pública voltada para as mulheres e os movimentos sociais de defesa dos direitos das mulheres.</li> <li>• Formação de grupo de mulheres para discussão de gênero e literatura junto ao curso de Medicina da UFC.</li> <li>• Uso de sites e redes sociais para informar sobre os direitos das mulheres na ZEIS.</li> <li>• Possibilitar às mulheres envolvidas encontrarem novas ideias e oportunidades, inclusive de geração de trabalho e renda, estímulo ao empreendedorismo, dentro e fora da ZEIS.</li> <li>• Articulação política com os Laboratórios, Núcleos de estudo e atendimento às mulheres nas universidades.</li> <li>• Estabelecer parceria com o Projeto “Mulher Ativa”, da UNIFAMETRO, voltado para capacitação na área do empreendedorismo e formas de economia solidaria, como participação em feiras.</li> </ul>

Esses espaços fortalecem a esfera pública, fomentam a participação e podem potencializar o que essas mulheres sabem fazer e produzir rumo à independência e autonomia econômica. Acresce o propósito da Rede de Mulheres de garantir reconhecimento identitário a partir da identidade de gênero e étnico-racial, além da

possibilidade de melhor compreenderem e acessarem seus direitos, a justiça e constituírem modelos de desenvolvimento baseados na autogestão e na produção alternativa da economia desde o comunitário. Observa-se, então, a necessidade de educação e cultura voltadas para a igualdade, com fortalecimento da cidadania, ao incorporar as questões de gênero, raça e etnia, orientação sexual e identidade de gênero. As mulheres precisam ser vistas como sujeitos históricos, com capacidade de transformar sua própria condição social, econômica e política.

#### 4.1.4 Fortalecimento da Política de Editais

Fortalecer organizações, grupos culturais e populares pela via da Política de Editais para o repasse de recursos a organizações da sociedade civil. Ampliar a política de editais, de forma diversificada e democrática, com aumento dos recursos, estabelecendo linhas de financiamento, que contemplem todos os setores artísticos e criativos em suas diferentes linguagens, garantindo sua produção, circulação e intercâmbio, bem como a desburocratização dos processos de inscrição, seleção, repasse de recursos e prestação de contas, com formação para elaboração de projetos sociais e formas de gerir recursos adquiridos via políticas de editais.

#### **Quadro 5 – Propostas dos grupos e coletivos de jovens para o fortalecimento de suas organizações**

EIXO	PROPOSTAS
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação dos grupos e coletivos de jovens no Fórum Permanente da ZEIS Moura Brasil.</li> <li>• Proposição de editais específicos para financiar as organizações de jovens, mulheres, conselho de políticas públicas, associações de moradores das ZEIS, nas áreas de educação, esporte, cultura e lazer.</li> <li>• Criação e manutenção de sites e redes sociais pelos próprios jovens para informar sobre o PIRF e articulação com os sites dos órgãos governamentais voltados para a ZEIS.</li> <li>• Participação em editais para garantir autonomia das organizações existentes e fortalecimento institucional.</li> <li>• Fortalecimento da intersectorialidade das políticas públicas voltadas para os jovens na ZEIS.</li> <li>• Articulação com instituições públicas, privadas, e as universidades, para o estabelecimento de parcerias sustentáveis, acesso a políticas</li> </ul>

	<p>públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revitalização do Festival de Quadrilhas na ZEIS.</li> </ul>
--	---

Os editais para projetos culturais devem contar com requisitos pré-estabelecidos, critérios de pontuação, com prioridade para atividades que gerem fortalecimento da diversidade cultural, das culturas populares, bem como de apoio aos processos estruturantes de organizações compostas por mulheres e jovens que tenham experiência em trabalho associativo, possibilitando maior acesso aos territórios de periferia que sofrem a segregação socioespacial.

#### 4.2 Formação Continuada das Lideranças e Sujeitos Sociais

O Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Comitê Gestor da ZEIS do Moura Brasil e pelo IPLANFOR, no eixo da Formação Continuada das Lideranças e sujeitos sociais em processos de gestão comunitária, compreende ações como:

- ✓ Capacitações para as lideranças e grupos representativos sobre o papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população no controle social das políticas públicas.
- ✓ As questões de formalização e legalização das entidades representativas e sobre organização dos condomínios nos empreendimentos verticalizados (legislação, objetivos, organização e funcionamento).
- ✓ Estabelecimento de programas educativos (oficinas, campanhas, seminários, fóruns, rodas de conversa e outros) para formação de lideranças e demais pessoas da comunidade sobre conteúdos relacionados à mobilização, participação comunitária, educação sanitária e ambiental, formação para o trabalho – geração de trabalho e renda.
- ✓ Esclarecimento sobre as responsabilidades individuais e coletivas dos beneficiários dos serviços e dos equipamentos implantados.
- ✓ Estímulo aos grupos e às organizações comunitárias para buscarem parcerias com as instituições sociais cujo objetivo será desenvolver ações permanentes de educação ambiental que possibilitem atividades relacionadas à separação e

reciclagem de resíduos sólidos, bem como à correta utilização das unidades sanitárias e da rede de esgoto.

Todas as formações propostas nas diversas áreas de política sociais e públicas (urbana, saúde, educação, segurança pública, cultura, proteção social, geração de trabalho e renda, meio ambiente, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de moradia de rua e as de cunho transversal como igualdade racial, juventude, mulheres e outras ) serão efetivadas a partir de parcerias com os órgãos governamentais (secretarias setoriais no âmbito federal, estadual e municipal), organizações não governamentais, universidades, com a participação do Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil e com os grupos, associações e coletivos formados por segmentos (jovens, mulheres, grupos culturais, de esporte e lazer, religiosos) a depender da área da capacitação a ser realizada. Dessa forma se garante, em todos os momentos de formação, a participação comunitária.

#### 4.2.1 Formação das instâncias de controle social das políticas sociais

Torna-se importante indicar capacitações para as lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária sobre temas relevantes. Quando se quer alcançar mobilização e participação comunitária e social com efetividade, a qualificação deve estar presente, em especial nos seguintes temas: o papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população no controle social das políticas públicas; as questões de formalização e legalização das entidades representativas; gestão cultural de forma permanente e continuada; organização e gestão patrimonial e condominial (isso será de grande importância nos casos de realocações e de edificações de unidades habitacionais verticalizadas na ZEIS); e a educação ambiental que possibilite atividades relacionadas à separação e reciclagem de resíduos sólidos, bem como à correta utilização das unidades sanitárias e da rede de esgoto, dentre outras.

#### **Quadro 6 – Propostas dos representantes dos comitês, grupos e coletivos para formação continuada das lideranças**

EIXO	PROPOSTAS
FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS E SUJEITOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um programa de capacitação e políticas de incentivo à qualificação, difusão e efetivação da ação dos que representam as instâncias de controle social da política urbana na ZEIS Moura Brasil.</li> <li>• Formação para as instâncias de controle social das políticas sociais existentes na ZEIS.</li> <li>• Formação sobre elaboração de projetos sociais.</li> <li>• Formação sobre formas de participação, representação e democracia para as lideranças e ativistas da ZEIS.</li> <li>• Realização de curso sobre gestão financeira dos projetos sociais.</li> <li>• Formação sobre uso e acesso às mídias e inclusão digital.</li> <li>• Realização de capacitação das lideranças representativas dos condomínios verticalizados sobre a gestão condominial, organização, o funcionamento, a legislação e as normas de convivência coletiva.</li> </ul>

Ficou evidente a necessidade de formação para o Conselho Gestor da ZEIS, de reflexão sobre questões centrais no cenário atual como as formas de participação comunitária, a construção coletiva dos processos democráticos, representação política e da ampliação da cidadania. Ainda há a exigência de trabalhar com a diversidade de atores sociais, posto que a representação ampliada é mais justa, reflete posicionamentos e narrativas diferentes e supõe projetos societários mais amplos capazes de agregar, por meio da reafirmação da solidariedade local, redes de articulações políticas voltadas para a defesa do direito à cidade.

#### 4.2.2 Capacitação dos moradores

Neste item, tem destaque a ação de capacitar a população local para a importância da mobilização, organização e participação comunitária em uma perspectiva democrática, por meio de assessoria jurídica e social no processo de constituição de entidades, e processos representativos de novos atores sociais e políticos. Consideram-se as demandas e reivindicações apresentadas pelos moradores, bem como as potencialidades, as formas criativas que assumem para resistirem em

condições adversas, de modo a qualificar os processos para gerar informações, comunicação, envolvimento e revezamento na direção das organizações. Neste aspecto, tem importância estabelecer parceria com as secretarias estaduais e/ou municipais que tratam da política urbana, de infraestrutura, habitação de interesse social, mobilização e participação social e comunitária.

**Quadro 7 – Propostas dos representantes dos comitês, grupos e coletivos sobre formação continuada das lideranças e sujeitos sociais**

EIXO	PROPOSTAS
FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS E SUJEITOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de um programa de educação ambiental com o objetivo de incentivar práticas de cuidado com o meio ambiente e com os equipamentos de uso coletivo implantados pelo PIRF.</li> <li>• Capacitação sobre organização dos condomínios nos empreendimentos de verticalização, com a construção de apartamentos; novas regras de convivência para facilitar as relações de sociabilidade entre os moradores.</li> <li>• Realização de curso sobre plantas medicinais.</li> <li>• Realização de capacitação para os jovens na área da comunicação popular na perspectiva dos direitos humanos para criação de novos comunicadores sociais.</li> <li>• Realização de capacitação para as mulheres.</li> <li>• Realização de cursos voltados para artes e artesanato.</li> <li>• Formação sobre as normatizações PIRF da ZEIS Moura Brasil.</li> <li>• Formação para o trabalho voltada para estímulo à economia criativa, ao associativismo e empreendedorismo a partir do fortalecimento das potencialidades e talentos existentes na ZEIS.</li> <li>• Formação sobre temas relevantes no cotidiano dos moradores como violência urbana, racismo, sexismo e direitos humanos.</li> <li>• Formação sobre segurança pública e policiamento comunitário com o propósito de garantir que jovens e outros grupos não sofram abordagens violentas e o direito de participação e cidadania.</li> </ul>

A criação de um Programa de Educação ambiental e patrimonial tem o propósito de promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os

aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção. Essa iniciativa de formação pode ser realizada pela via de parcerias com as instituições estadual e municipal através da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, mais diretamente com a Coordenação de Educação Ambiental e Articulação Social- COEAS e SEUMA-Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

Torna-se relevante monitorar o conteúdo das normatizações no PIRF na ZEIS Moura Brasil, socializando-as entre os representantes comunitários e os moradores da ZEIS, para evitar fraudes e distanciamento das referências propostas. É necessário acompanhar o cumprimento da normatização, para que todos conheçam as propostas de intervenção. Cabe auxiliar pequenos negócios, novos moradores, novas edificações. Serão responsáveis pelo esclarecimento sobre as responsabilidades individuais e coletivas dos beneficiários dos serviços e dos equipamentos implantados na correta utilização e preservação dos serviços implantados.

#### 4.2.3 Formação para economia criativa local

Para garantir o desenvolvimento socioeconômico sustentável nos territórios, tem suma importância a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

Nessa perspectiva é relevante garantir a formação para a Economia Criativa Local, por meio do estímulo aos grupos e às organizações comunitárias para buscarem parcerias com Escola de Gastronomia e Hotelaria Estação das Artes no Moura Brasil. Parceria referente a curso e qualificação profissional na área da cultura alimentar cearense, hotelaria e turismo, voltados para os moradores da ZEIS Moura Brasil, principalmente para os jovens e as mulheres. A Escola de Gastronomia existente atenderá com prioridade a jovens entre 19 e 29 anos com ensino fundamental concluído ou em fase de conclusão. A proposta é abrir turmas de curso gratuito para os moradores, a partir dessa



formação desenvolver habilidades técnicas e sociais, contando com módulos que incluam além do ensino de técnicas culinárias, aulas sobre cidadania, acesso a direitos e oportunidades, postura profissional e alimentação saudável. Será um investimento na capacidade produtiva dos jovens que está hoje retraída. Isso se faz por meio de capacitações para ampliar a intervenção política e ao mesmo tempo para preparação para adentrar o mercado de trabalho.

Conforme propostas apresentadas pelo Caderno de Geração de Trabalho e Renda, indica-se o fomento e desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária mediante as seguintes ações:

Realizar inventário dos empreendimentos de economia solidária na ZEIS-Moura Brasil; ii. Identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimentos de economia solidária; iii. Analisar com o Conselho Gestor a viabilidade da implantação dos Grupos de Trocas Solidárias no âmbito das ZEIS-Moura Brasil; iv. Preparar Metodologia de difusão da ideia do Consumo Solidário e da Conscientização Ambiental; v. Verificar a viabilidade de formação de Cooperativas Populares; vi. Consultar junto aos Bancos Públicos sobre a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos solidários (CADERNO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, 2020, p.4).

Com o trabalho social e a ação dos agentes sociais e institucionais na ZEIS, poderá se preparar curso sobre empreendimento solidário e cooperativas, considerando as capacidades instaladas dos jovens e das mulheres, bem como as oportunidades presentes no entorno. Neste sentido, é salutar o estabelecimento de parcerias com os institutos de educação superior existentes no estado, com o SINE, SENAC e SENAI, estabelecimentos bancários para possível política de crédito, dentre outras.

#### 4.2.4 Formação sobre segurança pública e policiamento comunitário

Promover formação por meio de curso ou oficinas sobre segurança pública e policiamento comunitário, gerenciamento de diferenças, de conflitos e de situações dolorosas, com o objetivo de estimular o diálogo entre a instituição polícia, os formuladores de políticas públicas, lideranças comunitárias e moradores para a transformação das representações sociais do bairro Moura Brasil e de seus moradores, demonstrando que o crime, o uso abusivo das drogas ilícitas e a violência não representam no todo as características dominantes da cultura local.

No processo ensino/aprendizagem devem-se construir outras representações positivas do território, capazes de desestabilizar e subverter estereótipos negativos, e qualificar a abordagem policial dentro da ZEIS. Metodologicamente pode ser utilizada a arte, a criatividade para despertar as habilidades e facilitar o contato e interação entre policiais e comunidade para juntos, apesar das diferenças, encontrarem soluções sustentáveis, da cultura de paz, de policiamento comunitário, da governança democrática e da justiça social e racial. As parcerias a serem estabelecidas para realização de capacitações dessa ordem são com a Guarda Municipal de Fortaleza e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Estado.

Enfim, a educação e a informação são fundamentais na tomada de decisão e possibilitam instrumentalizar os cidadãos a se organizarem. Ao participarem das formações referentes ao desenvolvimento social ou a temas que tratam das desigualdades sociais, da violência urbana, fortalecem-se as formas de participação rumo à superação da pobreza, fortalecimento identitário e político, empoderamento dos moradores, ativistas e lideranças. Empoderar os sujeitos sociais representa tornar os cidadãos informados, atuantes, com poder de decisão, ou seja, revestidos de *empowerment*, um processo em que uma coletividade adquire poder à medida que fortalece laços de coesão, capacita-se e habilita-se para promover seu autodesenvolvimento (PETRUS, PEREIRA JUNIOR, 2016).

#### 4.3 Articulação Comunitária e Parcerias

Em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Comitê Gestor da ZEIS do Moura Brasil e pelo IPLANFOR, no eixo da articulação comunitária e parcerias, encontram-se as ações voltadas para promover parceria com instituições governamentais e não governamentais de estímulo aos indivíduos, aos grupos e às organizações comunitárias para buscarem relacionamentos, trocas e complementaridades no fazer de suas atividades em diferentes áreas, que guardem relação preferencialmente com as potencialidades existentes na comunidade, bem como fortalecer a comunidade nos processos de inclusão social.

##### 4.3.1 Comunicação Popular e Comunitária

No que se refere às formas de comunicação, foi possível notar, no trabalho de mobilização da comunidade realizado pelas lideranças e os jovens na ZEIS, algumas potencialidades e muitas fragilidades. Para superar as fragilidades, faz-se necessário o aprimoramento na forma de se comunicar e estimular a comunidade para participação comunitária. Isso requer a qualificação proporcionada via formação ministrada pelas instituições públicas e privadas de ensino superior, em particular via parceria com cursos da área da comunicação e ciência da informação, com os sindicatos dos jornalistas, coletivos de jornalistas comunitários e outros órgãos de comunicação com a finalidade de garantir capacitações sobre tecnologias da informação, comunicação e mídia, favorecendo novas aprendizagens e inclusive no que diz respeito à inclusão digital.

É salutar empoderar e estimular o engajamento dos moradores na comunicação comunitária para o aprimoramento dos processos de comunicação e mobilização da comunidade rumo à superação da exclusão, abandonando o uso restrito de velhas formas de mobilização, como convite pessoal. No tocante ao aspecto da comunicação e da informação, torna-se importante a valorização da linguagem popular, enfatizando experiências de diversos atores sociais e grupos culturais existentes no território, uma vez que produzem linguagens insurgentes, como a poesia, o slam, o rap, o teatro, o samba, que, de forma particular, expressam e reivindicam o direito de atribuir sentido às suas práticas sociais nativas. Essa produção cultural pode contribuir para validar os pertencimentos identitários no território e traduzir o que é comum, o que os une diante das disputas e conflitos pelo território popular, apresentando como resultado uma comunidade bem informada e mobilizada para participar ativamente.

Certamente, é de grande valia o aproveitamento do potencial da juventude na produção de linguagem popular, partindo da compreensão da comunicação como um direito humano. Na busca de qualificar essa iniciativa, torna-se oportuno articular parceria com os cursos de Comunicação e Jornalismo das universidades públicas e privadas. Dessa forma, estarão realizando a comunicação comunitária, aquela que dá voz a quem normalmente não consegue espaço nos meios tradicionais (de mídia). Configura-se como oportunidade para apoiar jovens aspirantes a jornalistas em suas comunidades. A comunicação comunitária reconhece o valor de suas vidas, das suas identidades e pode contribuir com a superação de estigmas de segregação socioespacial,

provocando maior interação com o mundo externo à ZEIS. Fomentar nos moradores a plena prática cidadã de participar dos eventos, debater, opinar. Isso requer a construção e a aplicação de ferramentas mais apropriadas para orientá-los rumo à ampliação da autonomia e de suas capacidades na construção de estratégias que sejam a um só tempo efetivas e sustentáveis.

#### 4.3.2 Estabelecimento de Parceria

Quanto ao estabelecimento de parceria, cabe estimular os grupos, entidades e coletivos existentes na ZEIS Moura Brasil a construir estratégias de união entre comunidade, empresas privadas e públicas, ONGs e universidades na missão de garantir a relação de ensino/aprendizagem eficaz em diversas áreas das políticas sociais, como meio ambiente, assistência social, educação, trabalho e renda, combate ao uso de drogas, segurança alimentar e nutricional, cultura, dentre outras, e fortalecer as já existentes. Contudo, tais parcerias não podem representar substituição de responsabilidade do Estado, e sim incremento dos conhecimentos e de competências.

Outras parcerias com instituições não governamentais e com o setor privado (empresas e organizações) por meio da responsabilidade social podem contribuir para que a ZEIS Moura Brasil, historicamente estigmatizada, saia do isolamento, ganhe visibilidade e abra fronteiras para a comunidade, construindo elos de comunicação com a cidade de Fortaleza. São importantes parcerias com instituições de educação superior, as universidades públicas e privadas. A ZEIS Moura Brasil está localizada fisicamente próxima à UNIFAMETRO, que conta com muitos projetos sociais e ações de responsabilidade social. A ZEIS também está na mesma área da Escola de Hotelaria e Gastronomia da Estação das Artes que trabalha com a cadeia gastronômica, hoteleira e turismo do Ceará, importantes setores para o desenvolvimento econômico e social.

Toda comunidade tem recursos, potencialidades e na ZEIS Moura Brasil não é diferente. Os jovens tanto carecem de formação como são força de trabalho (com ou sem qualificação) e podem ser diretamente beneficiados por um programa existente nessas instituições. Empresas do setor privado, incluindo indústria e serviços, serão beneficiadas ao apostarem na contratação de jovens, adultos que podem trabalhar e tornarem-se mão de obra qualificada no futuro.

**Quadro 8 – Propostas dos representantes dos comitês, grupos e coletivos  
para articulação comunitária e parcerias**

EIXO	PROPOSTAS
ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer acordo entre os governos municipal, estadual e o Conselho Gestor da ZEIS Moura Brasil para o cumprimento do PIRF.</li>   <li>• Firmar parcerias com o poder público e a UECE para assegurar a efetivação do Programa de Educação e do Componente de Educação Ambiental e Sanitária do PIRF.</li>   <li>• Firmar parcerias com as universidades e ONGs para realizar oficinas de jornalismo, fotografia, cinema, música, dentre outras, que envolvam os moradores, para apoiar jovens aspirantes a jornalistas em suas comunidades, como geradores de conteúdos e narradores de suas próprias histórias, fazendo com que estes expressem as suas vidas e dos demais moradores para outros sujeitos sociais.</li>   <li>• Articular parceria estratégica de ordem econômica, cultural e de educação profissional junto à Escola de Gastronomia e Hotelaria Estação das Artes no Moura Brasil com o SENAC/FECOMERCIO.</li>   <li>• Construir canais de comunicação alternativos para veicular os acontecimentos e as informações sobre o que há de melhor referido à ZEIS do Moura Brasil. A exemplo do programa de rádio, mídias sociais, produção de documentário, de modo a democratizar informações (WhatsApp, Instagram, Facebook etc.).</li>   <li>• Garantir interação com o site que será desenvolvido pelo IPLANFOR que contará com importantes informações como: regimento interno, calendário das reuniões, nomes dos conselheiros, entre outras informações a respeito do funcionamento e da estrutura do Conselho, além de disponibilizar os documentos internos (como atas e regimentos), além dos nomes e contatos dos conselheiros.</li> </ul>

#### 4.4 Outras Propostas

Os moradores e os interlocutores da pesquisa que deu base ao diagnóstico da ZEIS Moura Brasil apresentaram inúmeras sugestões de ações de revitalização do território e de estímulo ao exercício da cidadania nos agentes sociais e institucionais. Dentre elas destacaram-se a necessária realização do trabalho social no bairro, em parceria com as instituições governamentais e com o setor privado, a viabilização dos

espaços para implantação/complementação de infraestrutura (realocação e reassentamento) e a construção de equipamento social.

#### 4.4.1 Espaços apontados pela comunidade para implantação de infraestrutura

A partir do diagnóstico urbanístico, sabe-se da indicação para a construção de equipamento comunitário, das unidades habitacionais, realocação e reassentamentos. Neste sentido, o Caderno Urbanístico mapeou 05 espaços vazios em que as edificações podem ser implantadas, a saber:

Vazios - Foram mapeados 5 terrenos dentro de um raio de 3km da comunidade, com capacidade para construção de aproximadamente 280 u.h. Dentro da poligonal da ZEIS outros dois terrenos podem ainda ser trabalhados para a implantação de cerca de 100 u.h. (CADERNO URBANÍSTICO, 2020, p.8).

Os moradores da ZEIS Moura Brasil demonstraram preocupação e o desejo de acompanhar as três situações possíveis de intervenção no território: reforma, realocação e reassentamento. Em particular, a intervenção do tipo reassentamento, entendida como:

(...) entende-se a ação de fixar em quadra diferente do endereço de origem, uma pessoa ou um grupo de pessoas que estejam em lotes a sofrerem intervenção e que não seja possível a solução através da reforma ou da realocação (CADERNO URBANÍSTICO, 2020, p.50).

Verificou-se o temor e recusa dos moradores em serem removidos. Expressaram isso durante os eventos realizados na fase do diagnóstico do PIRF. Tal posicionamento deve-se ao histórico das remoções de famílias para fins de obras públicas no Moura Brasil, como ocorreu na década de 1970 com a construção da Avenida Leste-Oeste, que pouco beneficiou os moradores que ali residiam. Com obras de interesses mais econômicos que sociais, apesar de estar bem localizada, a ZEIS sofreu uma série de impactos de ordem social, urbana e econômica. Com esse entendimento, os

moradores e algumas lideranças expressaram que não aceitarão ser removidos para outras áreas, mesmo que próximas, a exemplo da comunidade Morro do Ouro. Segundo eles, nesse território há muitos obstáculos, dentre eles os conflitos de facções criminosas. No entanto, demonstraram interesse que as obras a serem executadas, como unidades habitacionais e o Centro cultural, possam ser construídas na área que eles denominam terreno da antiga Hidrauleste, localizado em frente à igreja Santa Edwiges, e apontaram como adequado também o terreno ao lado da empresa Estação Pneus Multimarcas.

A proposta é que o Conselho Gestor da ZEIS juntamente com outras representações e liderança, que formarão o Fórum Permanente, monitorem o trabalho social na abordagem às famílias impactadas, no acompanhamento das visitas técnicas e nos possíveis encaminhamentos tomados. Ou seja, as ações referentes ao momento pós obras vão requerer o trabalho social que viabilize o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, que favoreça a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda família (BRASIL, 2009, p.3). O momento do pós-obra Fase inicia-se imediatamente após a conclusão das obras/serviços, mudança dos beneficiários para a nova unidade habitacional ou a conclusão de melhoria habitacional, quando for o caso, e terá a duração de 6 (seis) a 12 (doze) meses.

Essas ações deverão estar contidas no projeto de intervenção, que precisará ser avaliado e monitorado à luz de indicadores por parte de equipe técnica local no pós obra, cabendo aos mesmos buscar apoio técnico em universidades, institutos de pesquisa e outros profissionais especializados no assunto. Porém a coordenação dos trabalhos é da equipe local, que deverá garantir a melhor forma de realizar a avaliação e de adequar os indicadores à realidade e às especificidades de cada intervenção.

#### 4.4.2 Indicadores Sociais

No que se refere aos indicadores para avaliar a efetividade e a sustentabilidade das propostas de Participação Comunitária e Desenvolvimento social apresentadas, deverá se levar em consideração a multidimensionalidade dos fatores que geram a exclusão social e fragilizam as formas de participação dos moradores da ZEIS Moura Brasil. Certamente, construir os indicadores não é tarefa complexa, cabendo reconhecer os fatores de vulnerabilidade e exclusão (econômica, laboral, formativa, social, sanitária, urbana, territorial, relacional e política/de cidadania), com ênfase no enfoque social e nos processos de tomada de decisão. Os indicadores têm sua relevância para a política pública e para o processo de tomada de decisão, avaliação de impactos e resultados, como também contribuem para um planejamento mais amplo das intervenções implementadas.

Vale salientar que a concepção norteadora da implementação de ações comunitárias que procuram ampliar a participação dos atores sociais na definição de uma agenda política de acessos aos serviços sociais e garantia de direitos com organização social exige criar instrumentos que possibilitem um maior controle social durante a formulação e implantação das ações públicas propostas. Para a construção do processo avaliativo do PIRF no que tange aos resultados, impactos e nível de satisfação dos beneficiados, os indicadores têm um lugar privilegiado.

Recomenda-se a construção de indicadores para avaliação do período pós-obra pela equipe técnica responsável por desenvolver o trabalho social juntamente com os moradores beneficiados pelas obras implantadas. Os indicadores podem enunciar se os objetivos do projeto foram alcançados, dar visibilidade aos resultados e impactos, aos acertos e erros, aos avanços e dificuldades, possibilitando mensurar a efetividade das ações e o grau de satisfação da população beneficiada, pois os indicadores sociais são:

[...] medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2005, p. 138).



Os indicadores sociais a serem usados no PIRF, no que concerne à participação comunitária e desenvolvimento social, deverão ter como objetivo monitorar o modo como as ações propostas alcançam ou não o fim da transformação social e a apropriação do conhecimento pelos usuários das ações de inclusão e participação social. Os impactos podem ser objetivos (mudanças quantitativas nas condições materiais de existência), subjetivos (mudanças subjetivas na percepção da população sobre o seu bem-estar/grau de satisfação) e substantivos (mudanças qualitativas nas condições de vida). Portanto, tornam-se salutar os indicadores sociais de efetividade e sustentabilidade como foco permanentemente orientado para a ampliação da autonomia e das capacidades dos indivíduos e grupos, que mensurem o acesso tanto aos mecanismos culturais de desenvolvimento pessoal e inserção social, como aos sistemas de proteção e solidariedade coletiva, nível de interações sociais de aproximação, vinculações e pertencimentos dos moradores.

Como já explicitado, o período pós-obra é caracterizado pela conclusão das intervenções físicas e pela ocupação das novas unidades habitacionais (quando for o caso). Assim, se exige a continuidade do trabalho social por um período que se considere necessário, visando a propiciar a sustentabilidade do empreendimento em todos os seus aspectos físico, ambiental e social. Por isso, os indicadores a serem avaliados nessa fase são definidos com base nos objetivos e estratégias de condução do projeto de intervenção. A escolha de indicadores deve considerar a disponibilidade e facilidade na obtenção de informações, a clareza de significado, capacidade de explicação, a pertinência e consistência, a universalização e a constância do uso de instrumentos ou meios de verificação como observação, registro fotográfico, frequência da reunião, depoimentos, entrevistas etc. A construção dos indicadores sociais deve operar consensos de forma a permitir a todos os envolvidos (gestores, equipes técnicas, lideranças e moradores) a possibilidade de observar e acompanhar a avaliação dos objetivos a serem alcançados, como acesso à cidadania e efetividade dos meios garantidores de inclusão social, incorporação dos processos e instrumentos de participação, de ativação de papéis pessoais e comunitários, e de fortalecimento do capital humano e social.

As informações necessárias para a construção desses indicadores podem ser extraídas de instituições públicas federais, estaduais e municipais em áreas essenciais

como saúde, educação, trabalho, proteção social, e também dos institutos de pesquisa, além de informações extraídas da própria comunidade por meio de levantamentos/pesquisas quantitativos e qualitativos. Dessa forma, apresenta-se em seguida a matriz avaliativa dos indicadores, tomando como referência o documento Matriz de Indicadores para Avaliação do Pós-ocupação dos Projetos Piloto de Investimento Intervenção em Favelas<sup>24</sup> do Ministério das Cidades.

**Quadro 9- Matriz Avaliativa: eixos, ações, indicadores e meios de verificação no pós- obra**

EIXO	AÇÃO	INDICADOR	MEIO DE VERIFICAÇÃO
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	Construção do Centro Comunitário - Social e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação dos moradores na conservação dos equipamentos</li> <li>• Uso e ocupação de acordo com o projeto aprovado</li> <li>• Adequação às funções básicas do equipamento</li> <li>• Estabelecimento de regras e pactos de convivência</li> <li>• Cidadania e participação</li> </ul>	<p>Questionário/entrevista com os moradores</p> <p>Vistoria ou observação de campo</p>
	Criação do Fórum Permanente da ZEIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível de organização dos moradores</li> <li>• Participação em grupos de interesse (formais, informais)</li> <li>• Estabelecimento de regras e pactos de convivência</li> <li>• Participação de representantes da organização local em instâncias de controle social como Conselhos de políticas</li> </ul>	<p>Pesquisa com os moradores</p> <p>Registros fotográficos</p> <p>Participação e frequência de eventos</p>

<sup>24</sup> Documento foi elaborado pelo Instituto de Estudos Especiais da PUCSP – IEE, contratado pelo Programa HABITAR BRASIL/BID – HBB, da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, para atender às exigências do Programa e objetivando sua utilização em avaliações de outros programas semelhantes na esfera do Ministério das Cidades. Essa matriz foi citada no Anexo I da Instrução Normativa Nº 8, de 26 de março de 2009, que regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários das Ações e Programas geridos pelo Ministério das Cidades.

	Formação da Rede de Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociabilidade</li> <li>• Índice de violência contra a mulher</li> <li>• Organização das mulheres</li> <li>• Grupos de convivência</li> </ul>	Pesquisa com as mulheres
	Fortalecimento da política de editais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diálogo com o poder público</li> <li>• Conhecimento das ações do poder público</li> <li>• Informação acessada</li> </ul>	<p>Pesquisa com os grupos e coletivos que participam dos editais</p> <p>Percentual de projetos, propostas contempladas nos editais</p>
FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS E SUJEITOS SOCIAIS	Formação das instâncias de controle social das políticas sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diálogo com o poder público</li> <li>• Organização local dos moradores</li> <li>• Participação de representantes da organização local em instâncias de controle social como Conselhos</li> </ul>	Questionário/entrevista com as lideranças, as representações políticas locais
	Capacitação dos moradores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociabilidade</li> <li>• Participação comunitária</li> <li>• Capital social</li> </ul>	Questionário/entrevista com os moradores
	Formação para economia criativa local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia familiar- Aumento da renda média familiar</li> <li>• Inserção qualificada no mercado de trabalho</li> <li>• Incremento de formas de geração de renda</li> </ul>	Pesquisa com os moradores
	Formação sobre segurança pública e policiamento comunitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança Pública</li> <li>• Ocorrência de assaltos, homicídios e outras formas de violência urbana na área de intervenção</li> <li>• Presença de grupos ligados ao tráfico</li> <li>• Presença de policiamento</li> <li>• Abordagem policial qualificada</li> </ul>	<p>Questionário com moradores</p> <p>Observação de campo</p>
	Formação para economia criativa local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia familiar- Aumento da renda média familiar</li> <li>• Inserção qualificada no mercado de trabalho</li> <li>• Incremento de formas de geração de renda</li> </ul>	Pesquisa com os moradores
ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	Comunicação popular e comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação e acesso à informação</li> <li>• Conhecimento das ações do poder público</li> <li>• Inclusão digital</li> </ul>	Questionário e/ou entrevista com moradores
	Estabelecimento de parceria	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidadania e participação</li> <li>• Sustentabilidade e</li> </ul>	Percentual % de parcerias estabelecidas

		efetividade das parcerias firmadas <ul style="list-style-type: none"> <li>• Impactos na vida da comunidade</li> </ul>	
OUTRAS PROPOSTAS	Implantação de infraestrutura (construção de unidades residenciais, equipamentos sociais etc.)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação da unidade às necessidades da família</li> <li>• (%) domicílios com evidências de cuidado estético</li> <li>• Participação dos moradores na conservação dos equipamentos</li> <li>• Adesão às regras e pactos de convivência</li> </ul>	Vistoria ou observação de campo Questionário e/ou entrevista com moradores

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse documento tratou da política urbana e do direito à cidade, com foco na participação comunitária e desenvolvimento social para as Zonas de Interesse Social, especificamente a ZEIS Moura Brasil, em Fortaleza. Para tanto, o Caderno é composto por duas seções principais. A primeira diz respeito ao diagnóstico, resultado de uma investigação socialmente construída mediante interações entre pesquisadores, pesquisados e a comunidade com o propósito de apontar as fragilidades e potencialidades existentes no território da ZEIS Moura Brasil. Ela, ao término, revelou um contexto rico e complexo da diversidade de agenciamentos sociais e culturais de suma importância na dinâmica do território. A metodologia adotada teve cunho participativo ao considerar as experiências e os relatos de pessoas, das lideranças que moram, trabalham e atuam na comunidade.

A segunda seção refere-se ao plano com as propostas de ações voltadas para aprimoramento, qualificação da participação comunitária e constituição do desenvolvimento social, do ponto de vista dos atores que atuam por meio de variadas formas, com foco na reivindicação da cidadania e no fortalecimento do papel da sociedade civil e do Estado na condução da participação social e política na cidade. Teve como horizonte políticas públicas mais abertas à participação social e voltadas para as necessidades dos cidadãos.

É importante assinalar que, por muito tempo, as práticas governamentais nos territórios marcados por segregação espacial, pobreza e violência urbana nem sempre contemplaram as demandas apresentadas pelos movimentos sociais e populares. Nos dias atuais, entretanto, diante da mudança de paradigmas nas políticas públicas de urbanização, ocorre a defesa do reconhecimento desses territórios como parte integrante da cidade, além da necessidade do fortalecimento da organização e da participação comunitária em todas as etapas do projeto integrado de regularização fundiária. Isso se dá tanto do ponto de vista urbanístico quanto jurídico, validando a garantia de permanência das famílias no território e de participação como um eixo fundamental quando se busca o direito à moradia, um dos direitos fundamentais, e quando se pretende alcançar a efetivação da função social da terra urbana.

Foi possível analisar os comportamentos comunitários na ZEIS Moura Brasil referentes à participação social que integra indicadores de presença do capital social, compreendido como as várias maneiras de como os sujeitos atuam em sua comunidade, em cadeia de relações, com confiança, cooperação, participação e com reciprocidade. O conjunto desses elementos constitui os pilares de sustentação do desenvolvimento social, porque demonstra a proximidade, a empatia, as vinculações entre as pessoas, o sentimento de pertença e de fortalecimento dos relacionamentos interpessoais e coletivos.

Verificou-se, na ZEIS Moura Brasil, que o indicador de participação social no atual momento ainda não está satisfatório. Existem elementos limitantes como o individualismo entre os moradores, em que cada um cuida de si, sem preocupação com os outros ou com os mais próximos, marcados pela resignação, o medo e a acomodação. Ao mesmo tempo apresentam também contrastes, com uma comunidade que avista qualidades no seu território, que é prestativa, afetiva e acolhedora. Aqueles que habitam o território costumam destacar, com orgulho, tudo de bom que encontram no Moura Brasil e nas suas circunvizinhanças, a saber: equipamentos sociais e culturais como o Centro Cultural Dragão do Mar, com salas de cinema, teatro, espaço público para o lazer, o Passeio Público, o Centro comercial de Fortaleza, o fato de ficar em frente ao mar, a “Praia da Leste”. Os moradores têm fácil acesso à Santa Casa de Misericórdia, ao Corpo de Bombeiros, ao IML- Instituto Médico Legal (Perícia forense do Estado), ao

grande centro de moda - Centro Fashion, à Escola dos Marinheiros, ao Metrofor, e contam com escolas, creches e o Anexo do Posto de Saúde.

Por meio do diagnóstico ficou evidente que os moradores e as lideranças da ZEIS Moura Brasil precisam de qualificação rumo ao aprimoramento da participação social e comunitária, pois, através das capacitações, abre-se a oportunidade de construção de projetos de interesses comuns. Projetos que apostem no aumento da consciência de direitos e obrigações por meio de atividades específicas, tais como a vinculação de membros da comunidade a serviços públicos básicos, de participação e tomada de decisões quanto aos rumos da comunidade. Como foi realçado, quem vive nesse território segue desafiado cotidianamente a se deparar com a ação violenta da polícia, o uso abusivo de drogas, a ociosidade de jovens e a diminuição considerável de projetos sociais de inclusão para jovens, mulheres e crianças, realidade que difere muito do passado, segundo depoimentos dos moradores.

Algumas lideranças reclamam da pouca mobilização e envolvimento dos moradores nas atividades coletivas que exigem decisões comunitárias quanto ao desenvolvimento social, aos direitos e acesso deles à política urbana. Mesmo a despeito do esforço dos representantes da ZEIS e demais ativistas, a participação tem sido prejudicada. Neste aspecto, a ZEIS não difere de outros territórios no Brasil, em que predomina a cultura autoritária e de naturalização da exclusão e desigualdades presentes nas mentes dos sujeitos sociais.

Para muitos dos interlocutores da pesquisa que deu base ao diagnóstico, essa realidade da fragilidade dos processos participativos pode mudar com a edificação de um equipamento social como ponto de encontro de todos, que agregue as ações que estão espalhadas, paralisadas ou prejudicadas por falta de espaço específico para o fim do associativismo – o Centro Social e Cultural. Por isso é necessária a tomada de consciência do papel que tem a organização social para atingir o crescimento e o desenvolvimento econômico e social, mesmo diante de tantas adversidades. Da mesma forma, é importante empoderar os moradores para participarem e mudarem a sua realidade e de sua comunidade, levando ao desenvolvimento social e local. Empoderar no sentido de colocar as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, pois diz respeito a um processo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, e consciência da sua

habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Como diz o dito popular: ser dono do seu próprio destino (PETRUS, PEREIRA JUNIOR, 2016, p 2). A aposta é de que os moradores fiquem mais desinibidos, sem temor de revelar sua opinião, e também lutem por seus ideais de participação, posto que o conjunto trará o crescimento econômico, social e político do local.

No momento de sistematizar as demandas, foi preocupação da equipe de pesquisadores do Caderno apontar a definição do que a comunidade precisa e demanda, pois são as pessoas que vivem aquela realidade as capazes de explicitar suas necessidades e apontar as formas de acessar direitos. As propostas apresentadas têm o objetivo de transformar as intervenções físicas de urbanização, melhorias nas moradias, edificação de novas unidades habitacionais em condomínios verticais e a construção do Centro social e cultural, que poderão modificar o território, em processos de desenvolvimento sustentável, isto é, de crescimento econômico com distribuição de benefícios e de recursos sob gestão democrática, provocando mudança positiva nas pessoas e na comunidade. Os processos de mobilização e participação comunitária levados adiante pelo trabalho social estimulam o envolvimento da comunidade nos momentos da formulação, da implantação, monitoramento e avaliação do PIRF.

Enfim, a ZEIS Moura Brasil precisa despertar e potencializar o capital social que se encontra latente na diversidade de atividades desenvolvidas, em meio a muitas dificuldades, mas com muita potência. A partir de uma escuta qualificada e respeitosa do que a comunidade conta como patrimônio e contribuição, em especial na utilização da cultura, da imaginação e da criatividade dos moradores, verifica-se que isso pode servir como ferramenta importante para realizar a conexão com a cidade e subverter estereótipos negativos sobre a comunidade. Narrativas e recursos culturais das próprias comunidades são utilizados para mostrar a diversidade do povo e das experiências da vida nos territórios. A garantia de um desenvolvimento justo e equitativo passa necessariamente pela construção de um poder local assentado numa nova cultura política, cujo foco seja a organização e a solidariedade como instrumentos de libertação e articulação de ativos sociais e políticos rumo a uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Maria Matos. O processo de metropolização em Fortaleza: uma interpretação pela migração. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 94 (73), 1 de agosto de 2001. <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-73.htm>.

BARROS, Angerlania da Costa e MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. As contradições do desenvolvimento urbano: entre o discurso inclusivo e a prática excludente. **Fronteiras & Debates**. Macapá, v. 2, n. 2, jul./dez. 2015.

BRASIL. Normativa Nº 8 do Ministério das Cidades, 26 de março de 2009. Regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários, no âmbito das Ações e Programas geridos pelo Ministério das Cidades. DOU de 07/04/2009 (nº 66, Seção 1, pág. 42).

BRASIL. Portaria Nº 21 de 22 de janeiro de 2014- Aprova o Manual de instrução do trabalho social nos programas e ações do Ministério das Cidades. DOU de 23/01/2014 (nº 16, Seção 1, pág. 39).

BRASIL. Manual do Programa Habitar Brasil/BID: orientações do subprograma urbanização de assentamentos subnormais. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2004. <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/OrientacaoOperacional/RegulamentoOperacional-1-20.pdf>.



BRASIL. Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos-piloto de investimento intervenção em favelas. Ministério das Cidades. [https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Avaliacao/AVALIACAO\\_DE\\_POS\\_OCUPACAO.pdf](https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Avaliacao/AVALIACAO_DE_POS_OCUPACAO.pdf)

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão. Brasília (DF), 2016.

COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 12 n. 35. São Paulo, fev., 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300008>.

FASE. A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades. Fase: Rio de Janeiro, 2018. <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf>

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Tradução de Teresa Tavares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, 2002. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1250>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

GARCIA, Fátima. Bairros de Fortaleza: Arraial Moura Brasil. Fortaleza em **Fotos & Fatos**. Disponível em: <http://fortalezaemfotos.blogspot.com/2009/07/bairros-de-fortaleza-arraial-moura.html,2009>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 47, núm. 2, março-abril, 2013, pp. 357-378.

HORTA, Marina Cajaíba da Silva; OLIVEIRA, Marlene Oliveira. A construção de indicadores sociais aptos a medir a inclusão digital no Brasil. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.29, n.3, p. 23-40, jul./set. 2019

IAMAMATO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Ano 2, nº3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IANNI, Octávio. A Questão Social. **Ci. & Tróp.**, Recife, v. 17 n. 2. p. 189-202, julh/dez., 1989.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005

JOVCHELOVITCH, Sandra; PRIEGO-HERNANDEZ Jacqueline. **Desenvolvimento social de base em favelas do Rio de Janeiro: um guia prático**. Rio de Janeiro: London School of Economics and Political Science (LSE), 2015.

[http://eprints.lse.ac.uk/62564/1/Desenvolvimento%20social%20de%20base\\_2015\\_auth\\_or.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/62564/1/Desenvolvimento%20social%20de%20base_2015_auth_or.pdf)

LIBANIO, Clarice de Assis. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 765-784, set/dez 2016.

LOPES, José Sergio Leite e HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. (Orgs.) **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

MADEIRA, Maria Zelma de A. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. **Argumentum.**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; GOMES, Daiane Daine Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.154>.

MADEIRA, Maria Zelma de A. Política de igualdade racial na realidade cearense. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2020 - n. 45, v. 18, p. 148 – 164.

MANFREDINI, C.; LOPES, J. R. Participação comunitária em projetos de desenvolvimento local: um estudo no bairro de Marins, Piquete/SP. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPAD**, 29., Brasília, 2005. *Anais...* Brasília: Anpad, 2005

NEVES, Frederico de Castro. O Cural dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p.93-122, jan. 1995. Semestral.

NOGUEIRA, Fábio. Governo Temer como restauração colonialista. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4-5, 9 jan. 2017.

OLVIEIRA SOBRINHO, Afonso de. São Paulo e a ideologia higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 15 no. 32, jan/abril. 2013p. 210-235

PANDOLFI, Dulce; ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. Movimentos Sociais Urbanos e Esfera Pública: Questões para o debate. LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados de Heredia, organizadores**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

PEREIRA, Linconly Jesus Alencar. **A umbanda em Fortaleza: análise dos significados presentes nos pontos cantados e riscados nos rituais religiosos**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, Denise de Alcantara. Estratégias e processos participativos para o desenvolvimento local e regional na Baixada de Sepetiba, RJ. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 47, pp. 147-171, jan/abr 2020.

PETRUS Júlia Kátia Borgneth; PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos. A influência da participação social para o desenvolvimento local. Estudo de caso em uma comunidade rural no nordeste do Brasil. **Polis** [online], 44 | 2016, posto online no dia 14 setembro 2016, consultado o 01 maio 2019. URL: <http://journals.openedition.org/polis/11909>

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. **Desenvolvimento urbano e seus reflexos socioespaciais**: estudo da relação entre a população e uma política de produção do espaço urbano no Arraial Moura Brasil – Fortaleza – Ceará. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Dissertação de Mestrado, UECE, 2007.

PINHEIRO NETO, Armando. **De curral da fome a campo santo**: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza. Dissertação de Mestrado. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014. [http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao\\_armando-p-neto](http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_armando-p-neto).

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Participação e Insurgências: ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto da inflexão ultraliberal no Brasil. nº 39 ▪ ano 10 | dezembro de 2019 ▪ **e-metropolis**. [http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/304/original/emetropolis39\\_art1.pdf?1580756166](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/304/original/emetropolis39_art1.pdf?1580756166)

SILVA, Regina Balbino da Silva; PEREIRA, Alexandre Queiroz; COSTA, Maria Clélia Lustosa Costa. Fortaleza e a Ocupação do Espaço Litorâneo no Grande Pirambu. **Geografia** (Londrina) v. 27. n. 1. pp. 47 – 65, abril/2018.

TATAGIBA, Luciana, ABERS, Rebecca e SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (org). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: IPEA; ENAP, 2018. <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8601/1/Movimentos.pdf>.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [ 3 ]: 777-796, 2009.

VIANNA, M. A. (2017). **A agricultura familiar em Seropédica**, RJ: gestão social, participação e articulação dos atores do polo de conhecimento local em agropecuária. Tese de Doutorado. Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. Sistema de Bibliotecas. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos**. 3 ed. [recurso eletrônico]. Fortaleza, CE, 2020. 3 v.; 150 p.: il. <http://www.uece.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/27/2020/03/GUIA-UECE-2020-FINAL.pdf> Acesso em 23 de março de 2010.

#### Artigos de Jornais e sites

Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais. Entrevista especial com José de Souza Martins. Por: **Patrícia Fachin** | 09 setembro 2019. <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>.

Líderes comunitários buscam respostas sobre casas interditadas por risco de desabar no Moura Brasil. <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/lideres-comunitarios-buscam-respostas-sobre-casas-interditadas-por-risco-de-desabar-no-moura-brasil-1.2206043> Acesso dia 04 de fevereiro de 2020.

Defesa Civil interdita 21 casas e famílias são removidas após risco de desabamento, em Fortaleza. <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/defesa-civil-interdita-21-casas-e-familias-sao-removidas-apos-risco-de-desabamento-em-fortaleza-1.2205427> 31 DE JANEIRO DE 2020 Acesso dia 05 de fevereiro de 2020

Moura Brasil já foi campo de concentração de retirantes da seca. O POVO NOS BAIROS 05/09/2013. <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/opovonosbairros/2013/09/05/noticiasopovonosbairros,3123766/moura-brasil-ja-foi-campo-de-concentracao-de-retirantes-da-seca.shtml>

Prefeitura de Fortaleza autoriza requalificação da comunidade Moura Brasil. 07 de agosto de 2019. <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-autoriza-requalificacao-da-comunidade-moura-brasil>

## 7 APÊNDICES

### APÊNDICE A – TCLE

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de pesquisa para elaboração do **Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social** que irá compor o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social Moura Brasil. O PIRF possui o objetivo de indicar as ações necessárias para promover a garantia de permanência digna e integrada à dinâmica da cidade aos moradores do Moura Brasil. Para isso esta pesquisa visa a identificar as organizações e ações existentes no território voltadas à participação comunitária e desenvolvimento social, bem como estratégias necessárias para ampliação dos canais de controle social.

Dessa forma pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a um questionário sobre o tema acima proposto que poderá ser gravado se o (a) Senhor (a) concordar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar que sua participação é voluntária e o (a) Senhor (a) poderá a qualquer momento deixar de participar desta, sem qualquer prejuízo ou danos. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de relatórios, planos, artigos científicos e revistas especializadas e (ou) encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos com a Coordenadora da pesquisa Maria Zelma de Araújo Madeira, telefone (85) 88487432, E-mail: zelmadeira@yahoo.com.br.

Este termo está elaborado em duas vias, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_ tendo sido esclarecido (a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Participante

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador (a)

**APÊNDICE B - INSTRUMENTAL ROTEIRO NORTEADOR DO GRUPO FOCAL  
JUNTO AO CONSELHO GESTOR DA ZEIS MOURA BRASIL**

- Você conhece a situação socioeconômica e participação comunitária da ZEIS Moura Brasil? Sim ou não? Justifique.
- Você conhece ou concorda com o processo de administração/organização do comitê gestor da ZEIS Moura Brasil. SIM? Como é o estilo da governança/participação/? Não? Por quê?
- Existe um processo de participação comunitária, no processo de desenvolvimento da ZEIS Moura Brasil/Comitê? Sim ou não? Justifique.
- Você conhece a sua missão ou função dentro do comitê gestor? Se sim, qual? Se não, por quê?
- Participam das discussões, dos processos desenvolvimento da ZEIS todos os atores que deveriam participar? Se sim, quantos? Se não, quem participa e deveria participar? Por que esses atores não participam?
- De que forma os atores envolvidos nos processos participam?
- Como você observa a atuação do poder público no que se refere à abertura e à participação da comunidade nas decisões e projetos que vão contribuir para o desenvolvimento do Moura Brasil?
- E a atuação de outras organizações como: associações, coletivos, sindicatos, entre outros?
- A prefeitura procura envolver a comunidade nas decisões de políticas de desenvolvimento? Se sim, de que forma? Se não, o porquê?
- Quais os problemas e/ou causas que dificultam a participação da comunidade?
- Quais os benefícios que o processo de participação trouxe para você?
- Que benefício o processo de participação trouxe para o bairro/ ZEIS Moura Brasil?
- Quais as suas contribuições para o processo de desenvolvimento da ZEIS Moura Brasil?

## APÊNDICE C - ROTEIRO DA OFICINA PARTICIPATIVA PARA ELABORAÇÃO DO PIRF

### Perguntas para produção do mapa

1. Que atividades voluntárias são realizadas na comunidade? Onde elas ocorrem?
2. Que eventos (festas tradicionais, saraus, reggae, forró, outros) são realizados na comunidade? Em qual local eles ocorrem?
3. Quando e onde as pessoas costumam se reunir para eventos esportivos/práticas de esporte?
4. Quando e onde as pessoas costumam se reunir para atividades religiosas (igrejas, terreiros, centro espírita...)?
5. Onde ficam os espaços de lazer da comunidade?
6. Como as informações são divulgadas na comunidade? Existem rádios comunitárias ou outros meios de comunicação utilizados? Onde ficam?
7. Em quais locais os jovens costumam se reunir na comunidade?
8. Em quais locais as mulheres costumam se reunir na comunidade?
9. Em quais locais os idosos costumam se reunir na comunidade?
10. Existem grupos culturais aqui? Onde costumam se reunir?
11. Vocês frequentam algum grupo ou associação fora da ZEIS? Onde?
12. Quando você procura algum atendimento para sua saúde, aonde você vai?
13. Quando você procura algum serviço de educação, aonde você vai?
14. Quando você procura algum atendimento jurídico, aonde você vai?
15. Você conhece algum projeto social para crianças, adultos, gestantes, jovens, idosos, ou outros, que atua na ZEIS? Onde ele ocorre?

Observações: Lembrar de observar com que frequência ocorrem e quais as dificuldades para acessar esses locais – válido para todas as perguntas.